

Gisele Becker

***A construção da imagem da prostituição e da moralidade em
Porto Alegre pelo jornal Gazetinha: Uma análise dos códigos
sociais segundo a Hipótese de Agendamento (1895-1897)***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de pós-graduação em Comunicação social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Porto Alegre

2007

AGRADECIMENTOS

A demorada construção de uma tese de doutorado é um trabalho solitário. Mas, ao mesmo tempo, é grande a lista de pessoas queridas, cujo incentivo foi fundamental nesta fase de grande crescimento pessoal e profissional.

Ao meu orientador, prof. Antonio Hohlfeldt, que soube conduzir meu trabalho, compreender as minhas dificuldades de disponibilidade e tempo, me ajudar neste grande desafio que foi fazer o doutoramento em uma área de investigação tão nova pra mim: a Comunicação Social.

À minha querida família: minhas irmãs, Vanessa e Taís, meu cunhado (quase irmão), Daniel, e minha mãe, Vera, exemplo de força e vontade de viver. Pelo apoio constante, pelo incentivo, pelo amor incondicional, por acreditar que é possível repensar e reconstruir a vida mesmo nas horas mais difíceis.

Aos queridos amigos que surgiram nos últimos anos, no ambiente de trabalho: Roswithia, Márcia, Inês, Rodrigo, Luciane, Luiz Antonio, Helena e Cleidi (minha segunda mãe). Muitas vezes, só o encontro do “grupinho” já era

suficiente para tocar o trabalho adiante, após as tantas risadas que sempre acompanham os nossos encontros.

Aos queridos colegas e amigos da van da *Ciatour*: René, Denise, Luciana (as duas!- Lu *da Letras* e Lu *surfistinha*), Daniel, Luiza, Rodrigo (*Fernando*), Mari, Thais, Josi, Joana, Farina, Camila (as duas! - Camila *da Moda* e Camila *do Design*), Tio Orlando, as gurias do FISEM. Com direito a comunidade no *orkut*, eventos e muitas piadinhas, sempre tornam a volta de Novo Hamburgo mais leve, após horas de trabalho. Mais do que uma simples volta pra casa, trata-se de um encontro diário com amigos e , até mesmo, momento de terapia para a construção da tese – e foram horas de terapia com a Lu, que passou pelas mesmas angústias que eu, pelos mesmos motivos...

Às minhas queridas amigas museólogas: Andréa e Cíntia, que sempre souberam entender as minhas dúvidas, o estresse, que entenderam as minhas ausências nos encontros desmarcados enquanto eu escrevia o trabalho, pelo carinho.

Ao casal de amigos Kate e Thiago, sempre me recebendo com chazinho e chocolate no finalzinho de domingo... Amigos, quase meus irmãos, além de historiadores, com quem reparti todos os eventos da minha vida durante este tempo e o desafio de fazer o doutorado em Comunicação. Pelo carinho constante, pela amizade verdadeira, por acreditar no meu trabalho.

Às amigas do coração: Juliane, Mary e Viviane: amizade de muitos anos e para a vida toda. Pela grande amizade que temos, pelo amor de família, nem há palavras para agradecer o quanto vocês foram importantes durante todo este tempo, não apenas em função da tese, mas por todo o contexto de vida que a rodeou. Todas nós passamos por grandes mudanças durante este período, e o mais importante é que passamos por tudo isso juntas. Aos seus respectivos maridos, que, juntos, são garantia de diversão; Marcelo, Cristiano e Jorge – que

apostou no meu ingresso no doutorado antes mesmo que fosse divulgado o resultado do processo seletivo.

In memoriam, ao meu pai querido, Carlos Guilherme, que sempre acreditou em mim; que comemorou, com muito orgulho, o meu ingresso no curso, mas que não chegou a ver a tese concluída.

RESUMO

Este estudo se volta para o jornal a Gazetinha, publicado em Porto Alegre em fins do século XIX e que, neste momento e através de diferentes espaços em suas páginas, construiu uma fala de que as famílias de bem encontravam dificuldades de transitar nas ruas da cidade, ocupadas por bêbados, vândalos e mulheres que agarravam os homens à força. É o que alguns estudos históricos já chamaram de processo de *saneamento moral*. Entretanto, a proposta de análise aqui apresentada pretende se debruçar não apenas sobre a fala do jornal em si, mas sobre a maneira como ela foi elaborada por meio da construção de códigos de agenciamento de poder. Somado a isso, percebeu-se que a Gazetinha agendou a temática da prostituição e da moralidade entre os anos de 1895 e 1897, marco cronológico deste estudo. Trabalha-se, portanto, com a hipótese de que a insistência de uma fala ritmada, empregando códigos e termos semelhantes e em diferentes espaços do jornal (textos, colunas, anúncios publicitários e caricaturas, estas publicadas somente nas edições ilustradas da Gazetinha) elaborou códigos que contribuíram para a formação de uma mentalidade coletiva a respeito de um problema social, já existente, mas ampliado a partir da Abolição da Escravatura, quando muitas mulheres negras e sem opção no mercado de trabalho se voltaram para o ofício da prostituição. Trabalha-se, aqui, a hipótese de *Agenda-Setting* e sua contribuição para a consolidação destes códigos; a aproximação entre a História e o Jornalismo na construção de um conhecimento sobre uma sociedade que parece tão distante dos elementos que a caracterizam hoje, mas que, ao mesmo tempo, apresenta tantos aspectos comuns: ao contrário do que dita o senso comum sobre a sociedade do século XIX, um universo repleto de indivíduos com autonomia de pensamento, embora influenciadas por um discurso midiático, como percebemos nos dias que correm.

Palavras-chave: Gazetinha; prostituição; moralidade; *agenda-setting*; agenciamento de poder.

ABSTRACT

This study focuses on the Gazetinha newspaper, published in Porto Alegre in the end of the nineteenth century. Back then, and though different sections on its pages, this newspaper creates a speech that good families found it hard to circulate on the streets of Porto Alegre, for the streets were occupied by drunk people, vandals, and women who grabbed man using force. That's what some studies have called *moral sanitation*. However, the analysis proposed in this paper intends to discuss not only the speech of the newspaper itself, but also the way it is built through the creation of codes of search for power in the creation of the text. In addition, the Gazetinha had the prostitution and morality themes on its agenda during the period between 1895 and 1987. These years are the chronological landmark of this study. Thus, it is considered the hypothesis that the insistence on a rhythmated speech, using codes and similar terms and in different sections of the newspaper (texts, columns, advertising and caricatures, the las ones published only on the illustrated editions of the Gazetinha) leads to the creation of codes that contribute to the formation of a collective mentality about an existing social problem which was expanded after the Slavery Abolition, when many black women with no professional opportunities started to work as prostitutes. In this study, the *Agenda-Setting* hypothesis is analysed, and so is its contribution for the consolidation of these codes and the approximation between History and Journalism in the construction of knowledge about the society. This society that seems so distant from the elements that characterize it today, and yet, with so many aspects in common: in contrast with what common sense says about the society of the nineteenth century, it was a universe filled with individuals who have independent thoughts, though influenced by a media speech, as we perceive nowadays.

Key words: Gazetinha, prostitution, morality, *agenda-setting*, search for power.

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: População presente, segundo a instrução, do RS – 1890	32
Tabela 2: Movimento na Casa de Correção em 1898	36
Tabela 3: preços anunciados pela Casa F. Maisonnave	76
Tabela 4: Refeições do Hotel e Restaurante do Comércio	77
Tabela 5: População recenseada em Porto Alegre – 1890	114
Tabela 6: População presente no RS – 1890	115
Tabela 7: Classificação dos gêneros jornalísticos, segundo Luiz Beltrão	141

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página

Figura 1: Mapa – concentração de bares, bordéis e casas de jogo	26
Figura 2: O n. 42 da General Paranhos	33
Figura 3: o zelo dos senhores fiscais – parte I	53
Figura 4: o zelo dos senhores fiscais – parte II	54
Figura 5: D. Higiene	55
Figura 6: Logotipo da <u>Gazetinha</u>	71
Figura 7: capa da Gazetinha – o lápis e a pena	72
Figura 8: A Gazetinha e o Zé Povinho'	73
Figura 9: Jornalismo sensacionalista em fins do século XIX	83
Figura 10: A suicida Paulina Fuchs	84
Figura 11: Capa da edição especial da Gazetinha sobre o duplo assassinato na Azenha	85
Figura 12: Capa da Gazetinha: Assassinados	86
Figura 13: O padre e a devota	89
Figura 14: Edição bilíngüe de maio de 1897	92
Figura 15: Gazetinha para piano	97
Figura 16: Incubação da Guarda Municipal	160
Figura 17: A Nova Polícia	164
Figura 18: Sombras visíveis e clarões presumíveis	166
Figura 19: Um dos muitos moralistas	168
Figura 20: Marquês das castanholas	170
Figura 21: Teatro: antiga escola da moralidade	173
Figura 22: Teatro-Pátria	175
Figura 23: Mãe abandona o filho	177
Figura 24: A La Fin de Siecle	181
Figura 25: Caporal Marion I	183
Figura 26: Caporal Marion II	184
Figura 27: Bazar Gertum	187
Figura 28: Negrita	190

SUMÁRIO

Introdução	11
CAPÍTULO 1: PORTO ALEGRE NA VIRADA DO SÉCULO XIX: CENÁRIOS URBANOS E SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DA IMPrensa LOCAL	21
1.1 O processo de urbanização e a necessidade da higienização moral	21
1.2 O crescimento da imprensa local e o papel da <u>Gazetinha</u>	67
CAPÍTULO 2: HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES E QUESTÕES TEÓRICAS	99
2.1 O Jornalismo e a construção de realidades históricas	101
2.2 O agenciamento e a gramática do poder: códigos sociais	108
2.3 A contribuição da hipótese de <i>agenda-setting</i> para o reforço dos códigos sociais	120
CAPÍTULO 3: CÓDIGOS SOCIAIS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL GAZETINHA SOBRE A MORAL E A PROSTITUIÇÃO EM PORTO ALEGRE	143
3.1 As capas	145
3.2 As charges e as caricaturas	158
3.3 Os anúncios publicitários	178
3.4 As colunas	195
Considerações finais	204
Referências bibliográficas	211

INTRODUÇÃO

A aparentemente pacata cidade de Porto Alegre, prestes a entrar na modernidade do século XX, guardava alguns segredos. Em meio a um movimento ideológico, político e cultural vigente na época, o Positivismo – defensor da moral e da família –, nem tudo (ou todos) seguiam o exemplo do bom comportamento e da moralidade desejada.

Processos-crime apontavam mulheres líderes de quadrilhas e acusadas de estelionato, como o caso da famosa Joana Eiras, cujo julgamento ocupou as páginas de importantes jornais da época, como A Federação. Outros assinalavam, escandalizados, acusações a uma famosa prostituta e cafetina da cidade, Ana Fausta, de aliciar menores de idade e mulheres casadas a seguir a mesma profissão. Além disso, crimes como o da Rua do Arvoredo¹, alguns anos antes, sugerem que a calma Porto Alegre não

¹ Referente a fato ocorrido em Porto Alegre em 1864, quando o açougueiro José Ramos e sua mulher Catarina Palse foram presos como autores de crimes de assassinato. O casal era acusado, também, de fabricar e vender, em seu estabelecimento, lingüiças feitas com a carne das vítimas.

era tão pacata quanto se supunha. Cidadãos de atitude, mulheres que encabeçavam processos de divórcio, pedidos de anulação de casamento, escândalos nas páginas dos jornais: tudo insinuava uma grande movimentação social, que acompanhava o processo de crescimento urbano e a nova mentalidade dele decorrente.

Paralelo a isso, uma imprensa agitada estava em pleno funcionamento. Nada que se comparasse à abrangência do jornalismo contemporâneo, com grande extensão de páginas, cadernos, seções, correspondentes e amplo uso da imagem por meio da fotografia.

A imprensa de Porto Alegre, ao final do século XIX, apresentava-se bem mais singela neste sentido. Com exceção dos grandes jornais, como Correio do Povo, A Reforma e A Federação, os outros veículos tinham reduzido número de páginas e menor abrangência na sociedade porto-alegrense. Nem por isso, entretanto, eram menos barulhentos, ou nem por isso tinham pouca receptividade do público.

Ainda que os meios de apreensão da mensagem pudessem, possivelmente, ser outros (por não se tratarem de grandes veículos e nem possuírem vinculação político-partidária, como era o caso de A Federação e de A Reforma), também provocavam seus impactos, até mesmo pela característica de Porto Alegre na época, uma capital com ares de cidade interiorana, onde todos se conheciam, onde se tinha o hábito do comentário da vida alheia, onde todos se observavam e se vigiavam mutuamente.

Essas são questões que fazem parte do cotidiano da cidade e de sua cultura. De acordo com Clifford Geertz, as atitudes somente podem ser entendidas dentro de um contexto maior: *acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise*². A aparência pacata e de cidade de interior que Porto Alegre apresentava no momento diz respeito aos significados por ela própria criados:

² GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.15.

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade ³.

A linguagem utilizada pelos jornais da época também diferia bastante da fala empregada atualmente. Não havia, por exemplo, a preocupação com a imparcialidade. Eram correntes as campanhas, diretamente declaradas, em prol das mais variadas causas; críticas à situação política e econômica do estado e do país feitas sem maior polidez de palavras. De acordo com Nelson Werneck Sodré, o jornalismo, naquele momento, era praticado ainda por um grupo de literatos, em grande parte. Para o autor, o resultado da mistura entre jornalistas e literatos nem sempre é positiva: aparece uma linguagem empolada e até mesmo feia, esteticamente falando ⁴.

Ainda que o panorama da imprensa sul-rio-grandense daquele período seja muito interessante, este estudo se volta para apenas um jornal, de publicação inicialmente irregular, em Porto Alegre: a Gazetinha⁵, que não apresentava a expressão e a extensão (possuía 4 páginas) dos grandes jornais da cidade, já citados anteriormente. Dadas as características de Porto

³ GEERTZ, Clifford . **Op. Cit**, p.24,

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁵ Como metodologia de trabalho, optou-se pela análise mais detalhada da Gazetinha, ainda que os arquivos históricos de Porto Alegre/RS tenham exemplares de outros jornais da época, pelo cunho social e de crônica cotidiana que caracterizavam a publicação. Dadas às dificuldades de conservação do material, em se tratando de um jornal do século XIX, não houve acesso à totalidade da coleção. Parte do acervo estava em fase de encaminhamento para restauro. Ainda assim, a pesquisa se debruçou sobre grande volume das edições publicadas entre os anos de 1895 e 1897, marco cronológico deste estudo, localizado no Arquivo Histórico Municipal Moyses Velinho, em Porto Alegre/RS. Adotou-se como critério de seleção dos textos e imagens publicados os que fizeram parte da campanha empreendida, pelo jornal, contra a imoralidade e a prostituição na cidade, em função da delimitação do tema deste estudo. A partir desta seleção, trabalhou-se com uma divisão de categorias: textos de capa, textos de coluna, charges e caricaturas e anúncios publicitários. Estes, ainda que pertençam a outro campo de estudo da Comunicação – a Publicidade – integram este estudo enquanto objeto de análise por complementarem a argumentação que se busca aqui construir: entende-se, neste estudo, que anúncios publicitários publicados pela Gazetinha apresentavam reflexos das temáticas trabalhadas em outros campos do jornal, acerca da prostituição e da imoralidade. Assim, nesta perspectiva, apontar a publicidade da época, em conformidade com textos e imagens publicados, reforça a hipótese de Agendamento.

Alegre na época, entretanto, os termos utilizados pela folha e a campanha declarada contra os focos de prostituição na Capital, pode-se pensar no impacto dos códigos produzidos por este jornal na sociedade porto-alegrense.

Grande parte da fala do jornal se concentrava em não apenas narrar, mas também em criticar o que acontecia na rua General Paranhos, atual avenida Borges de Medeiros ⁶, famosa pela concentração de bordéis e casas de jogo, escandalizando a imprensa e as *famílias de bem*. Em uma época em que a cidade vivia sob a imposição dos princípios positivistas, que definiam um modelo de mulher como mãe e esposa ideais, protetora do lar e da família, a prática da prostituição, exatamente contrária a essa imagem sacralizada, tornou-se um problema social amplamente discutido, ocupando as páginas dos jornais e direcionando as ações das autoridades policiais.

Por intermédio de diferentes espaços em suas páginas, a Gazetinha construiu uma fala por meio da qual as famílias *de bem* encontravam dificuldades de transitar nas ruas da cidade, ocupadas por bêbados, vândalos e mulheres que agarravam os homens à força. É o que alguns estudos já chamaram de processo de *saneamento moral*⁷. A proposta de análise aqui apresentada, entretanto, pretende se debruçar não apenas sobre a fala do jornal em si, mas também sobre a maneira como foi trabalhada por meio da construção de códigos de agenciamento de poder das mensagens elaboradas, transmitidas e recebidas. Somado a esse agenciamento de poder, formulado mediante códigos, percebe-se que a Gazetinha agendou a temática da prostituição e da moralidade entre os anos de 1895 e 1897, marco cronológico deste estudo. Trabalha-se, portanto, com a hipótese de que a insistência de uma fala ritmada, empregando códigos e termos semelhantes e em diferentes espaços do jornal (textos, colunas, anúncios publicitários e caricaturas, estas publicadas somente nas edições ilustradas

⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.80.

⁷ MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: VARGAS, Anderson Zalewski. (et.alli) **Porto Alegre na virada do século 19: Cultura e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS / ULBRA / UNISINOS, 1994.

da Gazetinha⁸) construiu códigos que contribuíram para a elaboração de uma mentalidade coletiva a respeito de um grande problema social antes já existente, mas ampliado a partir da Abolição da Escravatura, quando muitas mulheres negras e sem opção no mercado de trabalho se voltaram para o ofício da prostituição.⁹

Trabalha-se, aqui, a hipótese de que *poder e conhecimento se apóiam mutuamente*, conforme ressaltou Peter Burke, ao fazer a retomada histórica do Conhecimento.¹⁰ Cria-se uma sociedade em dependência dos meios de comunicação:

Todos nós dependemos dos produtos da comunicação de massa para a grande maioria das informações e diversão que recebemos em nossa vida. É particularmente evidente que o que sabemos sobre números e assuntos de interesse público depende enormemente do que dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno. Pouco podemos ver por nós mesmos. Os dias são muito curtos, e o mundo é enorme e muito complexo para podermos cientificar-nos de tudo o que se passa nos meandros dos governos. O que pensamos saber, na realidade não sabemos, no sentido de que saber representa experiência e observação ¹¹.

⁸ Uma vez ao mês, a partir de 1895, era publicada a edição ilustrada. Nestas ocasiões, as capas eram mais elaboradas, ilustrando os temas polêmicos em discussão ou prestando homenagens a políticos, heróis de guerra ou grandes nomes da cultura e das artes. Também nas edições ilustradas era reservado espaço para charges e caricaturas, bem como elaborados anúncios publicitários. Nas outras edições, sobressai o texto.

⁹ A abordagem da fala da imprensa no século XIX sobre a moralidade já foi alvo de pesquisas no campo da História, utilizando jornais como a Gazeta da Tarde, O Mercantil, o Correio do Povo, além da Gazetinha. Entretanto, as pesquisas de detiveram na análise da representação do tema nas páginas dos jornais, e não necessariamente sobre possíveis técnicas empregadas pelos veículos para criar a polêmica e um efeito sobre o espectador. Nesse sentido, a contribuição deste estudo está em analisar a utilização, pela Gazetinha, do Agendamento, não importando tanto a veracidade dos registros feitos pelo jornal, mas o efeito capaz de provocar na sociedade, tornando possível discutir que a *Hipótese de Agendamento*, até então utilizada para análise dos meios de comunicação de massa, também pode ser empregada para o entendimento do funcionamento de uma folha publicada no século XIX.

¹⁰ BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

¹¹ RIVERS, William L. & SCHRAMM, Wilbur. **Responsabilidade na comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970, p..27. Os autores também salientam que *uma pessoa que aceita uma mensagem tende a interpretá-la de acordo com a sua experiência adquirida e sua escala de valores, porque pode fazê-lo apenas em termos de respostas aprendidas anteriormente. Tendemos a interpretar as novas experiências, se possível adaptando-as à*

Ainda que na sociedade porto-alegrense, em fins do século XIX, essa dependência ainda não fosse fortemente percebida, pode-se assinalar um papel de relevância da imprensa sobre os comportamentos, uma vez que formulada por um discurso masculino ainda predominante. Torna-se possível dizer, assim, que o jornal tem uma responsabilidade, um papel social. Há uma expansão do conhecimento que, somado às experiências individuais dos que recebem as mensagens e as interpretam de acordo com sua trajetória, também emana da construção da mídia: *a expansão de nosso conhecimento dos assuntos de interesse público só pode provir dos veículos de massa*¹². É importante, portanto, ressaltar o papel das apropriações individuais, uma vez que se considera, atualmente, a bidirecionalidade dos meios de comunicação. Tal tarefa é mais difícil em se tratando de um jornal do final do século XIX, mas a Gazetinha nos fornece alguns indícios da recepção de sua fala por intermédio de colunas que evidenciam uma preocupação com a vida alheia. De acordo com Peter Burke,

como é óbvio, a aquisição do conhecimento depende não só da possibilidade de acesso a acervos de informação, mas também da inteligência, pressupostos e práticas individuais. A história das maneiras de ouvir e das maneiras de ver não foi estudada em profundidade, mas a história da leitura atraiu bastante atenção nas últimas duas décadas, levando, por exemplo, a uma nova maneira de escrever a história da ciência¹³.

Este estudo também pretende ser uma contribuição nesse sentido, levando em consideração a manipulação dos textos, de acordo com

experiência adquirida e aos valores aceitos. Isso, evidentemente, leva algumas vezes à distorção – freqüentemente selecionando as partes de uma mensagem que se adaptem confortavelmente e descartando o restante. (p.34) Sobre esta questão, José Arbex Jr. assinala que *mais além na cadeia de relações entre o jornalista e o consumidor do produto final, está o próprio consumidor das notícias: como, e em que medida, os tempos vividos, as asserções ideológicas, os relatos e as memórias transmitidas pelos jornalistas e editadas pelo jornal serão captados e experimentados pelo indivíduo exposto ao fluxo ininterrupto de informações veiculadas pela mídia?* (ARBEX JR., José. **Showrnlismo: A notícia como espetáculo**. 4ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 26).

¹² RIVERS, William L. & SCHRAMM, Wilbur. **Op. Cit.**, p.28.

¹³ BURKE, Peter. **Op. Cit.**, p.161.

determinados propósitos. Neste momento histórico, muitos dos padrões de vida e de comportamento de Porto Alegre foram *importados* do Rio de Janeiro, desde os tempos da Corte: modos de vestir, hábitos noturnos – tudo parecia se aproximar da moda ditada pelo Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, apontando para as novas formas de sociabilidade e para as necessidades do mercado de trabalho. Faziam parte deste grande *pacote* a educação e mesmo a imprensa, feita aqui de acordo com os padrões ditados pela então capital do país.

De acordo com Marialva Barbosa, no Rio de Janeiro daquele momento, criaram-se as condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria da notícia, que já pretendia informar com neutralidade e isenção:

Editando com destaque as notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade, introduzindo a entrevista nas primeiras páginas, os jornais procuraram construir uma representação ideal da sociedade. A opinião isola-se no artigo de fundo e a ilustração, posteriormente substituída pela fotografia, publicada ao lado do texto, cumpre também esse papel. [grifo meu] ¹⁴

Em Porto Alegre, é preciso questionar esta neutralidade, mas, de qualquer forma, a construção de uma representação ideal da sociedade também se fez sentir aqui. A imprensa, conforme salienta José Arbex Jr, cria metáforas que explicam o mundo, transformando-as em convicções individuais¹⁵. A linguagem e os códigos empregados se encarregam desta construção. Daí a importância da análise da forma como são utilizados:

É a linguagem que condiciona o homem, sua forma de agir e de se relacionar com o mundo e com os outros homens – com a cultura, enfim, aqui entendida em seu sentido mais amplo, como o ambiente construído pelos homens e que constrói os homens segundo seus próprios códigos, linguagens que agem sobre os corpos e delimitam o seu campo de percepção. É o caso já muitas vezes comentado da capacidade que tem o esquimó de identificar

¹⁴ BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p.24.

¹⁵ ARBEX JR. **Op. Cit.**, p.37.

na neve várias tonalidades da cor branca, ali onde o comum dos mortais pertencente à cultura ocidental só enxergará um extenso e monótono deserto branco. (...)

Não há uma 'linguagem total', um sistema de códigos que, abarcando tudo aquilo que o ser humano produziu como linguagem, conseguisse o máximo de aproximação entre a própria linguagem e o mundo ¹⁶.

Para tanto, em um primeiro momento, este estudo pretende traçar um histórico do desenvolvimento urbano e das novas formas de sociabilidade esboçadas em Porto Alegre no momento de virada do século XIX para o XX. Assinala-se, aqui, o crescimento da cidade em um contexto de expansão urbana presente também no restante do país, acompanhada de uma sociabilidade urbana e de uma vida pública igualmente em processo de expansão. O desenvolvimento da imprensa local e do universo das Letras (percebido pelo investimento, ainda que raso, da instrução pública, além do surgimento de gabinetes de leitura, bibliotecas públicas e a imprensa literária) também faz parte deste cenário, contribuindo para a construção de uma fala a respeito de uma necessária moralidade pública.

Em um segundo momento, pretende-se fazer uma discussão teórica a respeito dos preceitos que embasam este estudo: a construção dos códigos e de uma gramática do poder, presente em todas as relações sociais, não somente as contemporâneas, mas mesmo as mais remotas: códigos sociais de poder ¹⁷ que permeiam as nossas falas, igualmente na imprensa local e –

¹⁶ ARBEX JR. **Op. Cit.**, p.85/86.

¹⁷ De acordo com Isaac Epstein, em sua **Gramática do Poder**, *Em seu significado mais geral, a palavra 'poder' é correlata à competência (atual ou potencial) para agir e produzir efeitos. Neste sentido tanto pode referir-se às inter-relações humanas, como ao poder sobre os fenômenos naturais. Estes dois 'tipos' de poder, porém, são imbricados'. ... (p.35) O autor salienta que o poder exercido nas inter-relações humanas pode ser o de uma pessoa sobre outra (agenciado em múltiplas circunstâncias), de uma categoria, de uma classe, de um partido político, de uma empresa, de um sindicato, de um país. Individualmente, cumprimos os sinais de trânsito, procuramos não infringir as leis do país, obedecemos aos nossos superiores hierárquicos, mas também, em certas circunstâncias, entregamos nossa carteira ao assaltante ou cedemos ante uma ameaça. Boa parte da transmissão cultural, tanto de informações e procedimentos, quanto de valores, hábitos, etc., está baseada no assentimento mediante sanções. Daí derivam os poderes dos pais, do chefe de oficina, do policial da esquina. Em outros casos, acatamos o professor, o médico, o sacerdote. ... (p.35) Finalmente, alerta que definir o exercício do poder, como circunscrito a situações de emissão e obediência a ordens ou mandatos, deixa aparentemente de lado*

neste estudo em particular – na Gazetinha; a hipótese de *Agenda-Setting* e sua contribuição para a consolidação destes códigos; a aproximação entre a História e o Jornalismo, na construção de um conhecimento sobre uma sociedade que parece, ao mesmo tempo, tão distante dos elementos que a caracterizam hoje, mas que, ao mesmo tempo, apresenta tantos aspectos comuns: ao contrário do que dita o senso comum sobre a sociedade do século XIX, um universo de pessoas com autonomia de pensamento, embora influenciadas por um discurso midiático, como percebemos nos dias que correm. O poder, de acordo com Isaac Epstein, é elemento integrante do *tecido social*:

A idéia de poder, associada ao poder coator do Estado, sedimentou camadas de significado que foram se superpondo na História. (...) A trajetória do poder, então, após sua hipotética origem, desce e percola a intimidade do tecido social em todas as suas capilaridades e ‘explica’, bem ou mal, todas as outras formas ‘menores’ de poder do homem sobre o homem.¹⁸

Finalmente, em um terceiro momento, busca-se uma análise do veículo em si e da fala construída por ele. A partir de uma perspectiva de agendamento de temas acerca da prostituição e da moralidade pública, capazes de gerar polêmica e atrair a atenção do público leitor, em diferentes espaços da Gazetinha, o jornal se colocava *ao lado do povo*, especialmente como defensor da moral e dos comportamentos adequados, por meio de textos dedicados ao tema publicados não só na capa e em colunas, mas também igualmente presentes na utilização da imagem: as caricaturas e os anúncios publicitários que fechavam as edições.

muitas situações mais latentes onde ‘ordens’ são menos visíveis ou concretas, mas nem por isso menos reais em seus efeitos. ... (p.36) (Gramática do Poder. São Paulo: Ática, 1993)

¹⁸ EPSTEIN, Isaac. **Op. Cit.**, p.47.

CAPÍTULO 1

PORTO ALEGRE NA VIRADA DO SÉCULO XIX: CENÁRIOS URBANOS E SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA LOCAL

1.1. O processo de urbanização e a necessidade da higienização moral

Em meados do século XIX, a cidade de Porto Alegre estava em franco processo de crescimento. Foi o período em que a cidade recebeu melhoramentos urbanos por parte dos incentivos prestados pelos presidentes de Província. Em meio ao crescimento urbano, as instituições culturais da cidade tornaram-se as responsáveis pela movimentação cultural que Porto Alegre passou a vislumbrar a partir

daquele momento. Organizaram-se os gabinetes de leitura, que contribuiriam para o incentivo ao mundo das Letras (juntamente com a estruturação da Instrução Pública), ainda que fossem poucos os que lhes tivessem acesso, pelo baixo índice de alfabetizados entre a população. A movimentação teatral também se fez bastante presente, trazendo aos palcos discussões presentes no Brasil do século XIX, como o papel da mulher na sociedade e a defesa do abolicionismo.

Esse não foi um momento exclusivo de Porto Alegre, quando da virada do século XIX para o XX. O Império, no Brasil, havia proporcionado mudanças significativas em termos de desenvolvimento e urbanização, especialmente no Rio de Janeiro, a Capital do governo imperial. À época, sentiu-se necessidade de maior estrutura para a vida pública, que veio a provocar reflexos em outros centros urbanos¹⁹ do país. A vida na Corte pedia cafés, iluminação noturna, teatros, ruas pavimentadas, saneamento básico. Ainda que todas essas melhorias não fossem imediatas, formaram-se novos padrões que se disseminaram em cidades como Porto Alegre. Esse novo panorama possibilitou o crescimento da imprensa local. De acordo com Marialva Barbosa, esta acumulação urbana

¹⁹ *Por extensão, o termo urbanismo passou a englobar uma grande parte no que diz respeito à cidade, obras públicas, morfologia urbana, planos urbanos, práticas sociais e pensamento urbano, legislação e direito relativo à cidade.* (HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas: Papyrus, 1990, p.8.) Novos hábitos e costumes surgem em Porto Alegre, onde o crescimento da vida cultural torna-se parte integrante de um projeto de incremento dos equipamentos urbanos, em busca da formação de um centro *civilizado*. Segundo Norbert Elias, *o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. (...) Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada 'racionalmente', através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem (...) planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou* (ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: A formação do Estado e a civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.193-194.v.2).

possibilita a própria industrialização, criando condições para novas áreas industriais e para que capitais se concentrem em setores distintos do comércio. (...) A cidade tem, pois, todas as condições necessárias para a ampliação e o desenvolvimento de uma nova indústria - a de notícias - construída em moldes inteiramente diversos do que fora, até então, a atividade de fazer jornal²⁰.

Foi como se a vida cultural fosse despertada, no Brasil, pela vida na Corte:

O enriquecimento da vida cultural do Rio de Janeiro, e até mesmo do país, após 1808, decorreu, sobretudo, das necessidades da elite dominante, que nela encontrava as formas de sociabilidade indispensáveis para sua própria existência. (...) [Entretanto] se a civilidade, o luxo, o conforto, o gosto pelas artes, o teatro e a música enraizavam-se nas camadas da elite, costumes rudes e violentos persistiam, de modo geral, no cotidiano das populações rurais, e, no próprio meio urbano, a presença da escravidão continuava a exigir o recurso indispensável da força e da violência para garantir a ordem e os privilégios da minoria branca. Logo após o desembarque da Corte no Rio de Janeiro, a criação da Imprensa Régia, pelo decreto de 13 de maio de 1808, contribuiu, como nenhuma outra medida, para despertar a vida cultural da colônia²¹.

Formou-se, a partir de então, um circuito cultural que incluía, por exemplo, as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas, algumas das mais significativas concentrações urbanas da época. A

²⁰ BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p.22 – 23.

²¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.47. Os autores ainda salientam que, *a partir da instalação da Imprensa Régia, a censura foi atribuída à sua Junta Diretora, à qual cabia 'examinar os papéis e livros que se mandarem publicar e vigiar para que nada se imprima contra a religião, a moral e os bons costumes* (p.49).

apresentação de espetáculos estrangeiros, com frequência, também evidenciava a visibilidade cultural que se alcançou naquele momento. Assim, a atividade jornalística acompanhou esse processo. Percebeu-se o surgimento de jornais em profusão, em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, tanto aqueles com tendências políticas, como folhas operárias e periódicos literários. A influência de questões tratadas nos jornais do Rio de Janeiro foi grande, ainda que houvesse maior espaço para as questões locais.

No momento de passagem do Império para a República, em 1889, o Rio de Janeiro seguiu sendo exemplo a ser seguido nas questões culturais. Politicamente, o Rio Grande do Sul ingressou na chamada República Velha [1889-1930], sob forte influência dos ideais positivistas. Porto Alegre havia crescido, não apenas no que diz respeito aos índices populacionais, mas até mesmo na paisagem urbana. Os investimentos em saneamento, iluminação, vida noturna (com teatros e cafés) e calçamento de ruas haviam tornado Porto Alegre uma cidade com ampla circulação de pessoas. Já durante o século XIX, o investimento em iluminação pública modificara os hábitos de muitos cidadãos que, com opções de lazer em profusão, e a possibilidade de vivenciar uma noite tão clara quanto o dia ²², saíam mais à rua, evitando o precoce recolhimento aos seus lares. Conseqüentemente, estando mais atento ao que acontecia fora de casa, não apenas percebiam-se as melhorias que a cidade vinha apresentando (fenômeno não restrito a Porto Alegre, cabe ressaltar, pois a segunda metade do século XIX assinalou o crescimento das cidades em todo o país), como os problemas sociais e a necessidade de

²² Sobre a iluminação pública em Porto Alegre, ver: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre *moderna*. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.XX, nº 2, dezembro de 1994.

segurança pública mais reforçada também saltavam aos olhos. O momento de virada do século, por exemplo, marcou a transformação da capital na *sala de visitas*²³ do Rio Grande do Sul, assinalando a necessidade de limpeza, não apenas física e urbana, mas também moral.

Segundo Maria Eunice Moreira,

Porto Alegre é [em 1889] uma cidade de contrastes: a luz elétrica atinge apenas o centro, não há abastecimento de água, nem rede de esgotos, porém conta com 3 livrarias, 2 teatros e 4 faculdades – Direito, Engenharia, Medicina e Farmácia, numa população de 74 mil habitantes²⁴.

Conforme assinala Sandra Jatahy Pesavento, *o contraste enunciado é o de um núcleo urbano pequeno e carente de serviços públicos, mas com um certo 'ar cultural'*²⁵.

Também a instrução pública²⁶ se configurou como uma das preocupações centrais dos presidentes de Província que, em seus relatórios²⁷, expunham a necessidade de serem feitas melhorias no campo da educação. Segundo Áurea Prado,

é o século XIX que vai registrar o verdadeiro início do movimento educacional no meio rio-grandense, assistir à sua tradição em ritmo

²³ BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

²⁴ MOREIRA, Maria Eunice. **Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: IEL, 1989, p.16.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999, p.288.

²⁶ Segundo Jussemar Weiss Gonçalves, a educação pública é um elemento do processo civilizador. O autor assinala que *caberia à escola pública formar o cidadão ativo, aquele que exerce responsabilidades políticas, dar-lhes a cultura, gosto pela discussão* (GONÇALVES, Jussemar Weiss. Decoro e decência: civilização, iluminismo e educação. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, nº 25, 1999, p.201).

²⁷ Em 1864, o relatório do presidente de província Espiridião Pimentel, por exemplo, salientava que *a primeira necessidade deste interessante ramo de serviço público [a Instrução] é a fundação de uma escola normal, onde se formem aqueles a quem vai se confiar a importantíssima tarefa de desenvolver a inteligência e formar o coração da mocidade*. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Espiridião Eloy de Barros Pimentel**. 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Provincial, Porto Alegre, 10 de março de 1864).

lento mas ascendente, e procurar as primeiras diretrizes para uma política educacional no plano das realizações ²⁸.

É importante considerar que o desenvolvimento urbano mais significativo, em primeira instância, ocorreu no Centro de Porto Alegre, local onde a cidade surgiu. Embora o crescimento pelos arredores (como o Menino Deus e o Moinhos de Vento) já se fizesse bastante presente, o foco das atenções continuava sendo o Centro, no momento da virada do século. O espaço ainda era muito residencial, embora concentrasse também o comércio, as redações dos jornais, os cafés e os teatros. Onde a vida acontecia, enfim...

Justamente em função desses ares de desenvolvimento, problemas já antes existentes pareciam tomar, agora, dimensões maiores. De acordo com Margaret Bakos,

no decorrer da República Velha [1889-1930], a imprensa versa freqüentemente sobre o 'outro lado' de Porto Alegre, onde não há vida elegante, cafés ou cinemas repletos, revelando aspectos da miséria anônima nas ruas e nos perímetros urbanos. Os mendigos aumentam na cidade, tornando-se manchetes de jornais ²⁹.

Cortando o centro de Porto Alegre, estava a *famigerada* rua General Paranhos³⁰, atual avenida Borges de Medeiros. Em meio a toda a movimentação urbana e cultural que a cidade apresentava, a rua era famosa pela concentração de bordéis e casas de jogo, escandalizando a imprensa e as *famílias de bem*, como se percebe através do mapa a seguir:

²⁸ PRADO, Áurea. *A formação do professor primário no Rio Grande do Sul*. In: PRADO, Áurea. (et.all.) **Rio Grande do Sul: Terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1964, p.227.

²⁹ BAKOS, Margaret Marchiori. **Op. Cit.**, p.31.

³⁰ De acordo com Sérgio da Costa Franco, a General Paranhos era um *estreito beco que subia desde a Rua Gen Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno*. O nome de General Paranhos datava de uma resolução da Câmara Municipal de 30/10/1871, mas a população porto-alegrense, com seu aferrado tradicionalismo, ainda aludia àquela via pública como Beco do Poço, que fora uma de suas denominações espontâneas. Embora houvesse planos de melhorias previstos pela Intendência Municipal desde 1894, é em 1914 que ocorre o alargamento da rua. (FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992, p.81)

FIGURA 1: Mapa com a concentração de bares, bordéis e casas de jogo

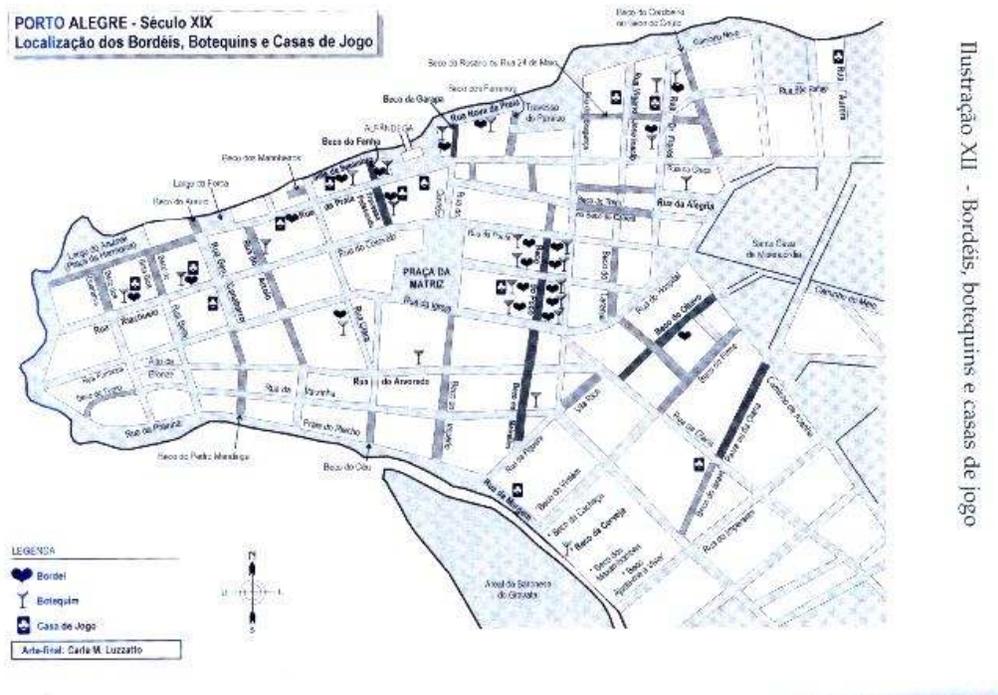


Ilustração XII - Bordéis, botequins e casas de jogo

Fonte: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.208.

Antigamente, a rua General Paranhos era popularmente conhecida como Beco do Poço, cuja alcunha já trazia significado pejorativo. Conforme salienta Sandra Pesavento, o beco é

o reduto dos excluídos urbanos e corresponde, de forma exemplar, a uma bela demonstração do que poderíamos chamar a maneira conflitiva de construir o espaço público. (...) o beco é, por definição, visualizado como um espaço noturno e escuro, propriedades às quais se acrescentam as dimensões do acanhamento, abafamento e desorganização, sendo, por decorrência, feio, sujo, fétido e perigoso, pois nele se concentram as socialidades condenáveis³¹.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.32. Sobre o Beco do Poço, a autora ainda salienta que o local, *como já muito se viu, disparava na frente em número de ocorrências, uma vez que concentrava bordéis e congregava todas as instâncias da malta dos turbulentos. Mais do que*

O problema parecia ser não apenas a existência desses estabelecimentos, apelidados na ocasião de *espeluncas*³², mas as atitudes daqueles que trabalhavam naqueles locais. Em uma época, por exemplo, em que muito se discutia sobre o lugar da mulher na sociedade (ainda que sua emancipação fosse maior do que se imagina), a prática da prostituição se tornou um problema social amplamente discutido, ocupando as páginas dos jornais e direcionando as ações das autoridades policiais. Segundo Rachel Soihet, haveria um motivo para a vigilância estabelecida com relação aos comportamentos femininos, em especial quanto à prática da prostituição:

Durante a *Belle Epoque* (1890-1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país despontaram como lema dos grupos ascendentes, que se preocupavam em transformar suas capitais em metrópoles com hábitos civilizados, similares ao modelo parisiense. Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o trabalho compulsório passava a ser trabalho livre. Neste sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo de trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida³³.

isso, tinha o seu epicentro na figura-chave da prostituta, que atraía os homens, incitava à briga, á bebida e ao jogo, degenerando mesmo para o crime (p.176).

³² Segundo Pesavento, a *espelunca designa um local escuro, mal freqüentado, sórdido, escuso, onde se joga. Também chamada de casa de tavolagem, a espelunca é, sobretudo, um lugar mal freqüentado, onde o aspecto feio e maltratado se associa a práticas ilícitas e realizadas às escondidas. A espelunca é, assim, um antro do vício – o jogo, no caso -, onde se potencializam e estimulam a bebedeira, o linguajar de baixo calão, os atos obscenos e as desordens, que, por extensão, podem degenerar para o crime. Assim, a designação de que um estabelecimento era uma espelunca se revestia de uma agressão de sentido, tanto para o proprietário quanto para os seus freqüentadores. Num deslizamento de significados, mas sempre a indicar um local de vícios e contravenção, a espelunca passa a designar todos aqueles locais onde se propiciava o mau proceder, não só a bebida (PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo dos excluídos. *Op. Cit.*,p.49).*

³³ SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del (org).

História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p.362. A autora ainda salienta que *Convergiam as preocupações para a organização da família e de uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução*

Assim, novos comportamentos e formas de sociabilidade faziam-se necessários ao projeto de modernização pelo qual passava o país. Como empecilho para a concretização desses ideais, no entanto, estavam os problemas sociais presentes no Brasil há mais tempo. A prostituição, por exemplo, parece ter se agravado no contexto de Abolição da Escravatura, em função das dificuldades de reorganização do mercado de trabalho quanto à utilização da força de trabalho livre³⁴. Antes mesmo da abolição, alguns problemas já vinham sendo observados; entretanto, com relação à mulher, o ofício da prostituição se mostrou como opção para muitas que não conseguiram uma colocação profissional assalariada. Conforme salienta Sandra Pesavento,

no que diz respeito aos trabalhadores livres da lavoura de subsistência (...) estes dependiam econômica, social e politicamente do proprietário das terras. Sua liberação para o trabalho em outra região estava, pois, pendente da aquiescência do 'coronel', que tinha naqueles elementos os seus 'homens'. Quanto aos trabalhadores livres dos centros urbanos de então, a opção pelo trabalho na lavoura tinha o conteúdo de uma degradação social, uma vez que se traduzia numa tarefa realizada por escravos negros e, como tal, pejorativa e incompatível com elementos brancos e livres. Para estes elementos, atingidos eles também pelo estigma da escravidão, a alternativa válida seria antes o trabalho esporádico, o

dos novos propósitos. A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres (p.362).

³⁴ Segundo Margaret Rago, as mulheres negras, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período (...), ao contrário do que ocorre com as imigrantes européias. Contrastando com o texto das notícias que relatavam crimes passionais ou batidas policiais nos bordéis e casas de tolerância, nos jornais, as fotos ilustrativas revelavam meretrizes brancas, finas e elegantes, lembrando muitas vezes as atrizes famosas da época. (RAGO, Margaret. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.582) [grifo meu] A autora complementa que *normalmente, as mulheres negras são apresentadas como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania* (p.582).

biscate ou mesmo a vadiagem, mas não um trabalho em tudo similar ao compulsório escravista³⁵.

No meio urbano, a inserção dos libertos no mercado de trabalho também se tornou tarefa difícil, uma vez que a predileção era sempre pelos trabalhadores brancos para as tarefas consideradas mais importantes. Nesse sentido, houve a insistência pela requisição da mão-de-obra européia, que teria o *intuito de promover o branqueamento social*³⁶. Salienta Pesavento:

Entenda-se, no caso, que o ingresso no mercado de trabalho de indivíduos brancos de origem européia imigrante causava, como se viu, um escalonamento dos trabalhadores: primeiro, encontrava colocação e era considerada mais habilitada, exercendo funções qualificadas, a mão-de-obra européia, regeneradora; em segundo lugar, vinha a mão-de-obra nacional, livre; por último, os libertos, de recente passado servil, herdeiros de toda sorte de estigmas ligados à escravidão³⁷.

Criou-se, portanto, um novo problema social, devido a esse desordenamento. A prática da prostituição trazia consigo o estigma de uma série de problemas desse cenário urbano: o preconceito, resquício de uma sociedade que há pouco deixara a escravidão de lado, já que boa parte das prostitutas eram mulheres negras, oriundas da dificuldade de colocação profissional; a contradição do papel ideal reservado para a mulher do século XIX, de mãe amantíssima e esposa fiel; a

³⁵ PESAVENTO, Sandra. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1989, p.10-11.

³⁶ AQUINO, Rubim Santos Leão de. (et.al) **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.51. O autor ainda salienta que *constitui condição básica para o Estado brasileiro a submissão de todos à ordem por ele imposta, pois dessa forma tanto manteria funcionando a estrutura econômica, quanto legitimaria a divisão social vigente. Nesse caso, o combate à lógica cultural de origem afro, que oferecia inconscientemente subsídios ao negro para uma conduta à margem da ordem legal, levou o Estado a encará-la como caso de segurança pública, como forma de obrigá-lo ao respeito ao direito de propriedade da classe dominante. Essa situação condicionou o negro, na estrutura da economia urbana, esmagadoramente como mão-de-obra desqualificada. A ele destinou-se o espaço como força de trabalho complementar ligado principalmente ao setor de serviços, como elemento de apoio no trabalho doméstico ou na própria economia formal, além da prostituição, como alternativa de sobrevivência de muitas* (p.55).

³⁷ PESAVENTO, Sandra. *Emergência dos Subalternos*. *Op. Cit.*, p.45. Segundo a autora, *a elite dominante ensaiava novas formas de dominação sobre os subalternos no processo de transição capitalista, tentando regular o acesso do liberto ao mercado de trabalho livre. (...) Às práticas de controle social acrescentava-se a reelaboração ideologizada do trabalho e da vagabundagem, pólos opostos de uma mesma realidade capitalista em construção* (p.45-46).

desordem, pela prostituição estar associada a uma vida de *vícios*, de prazeres mundanos, de jogo, bebida e mulheres. De acordo com as falas construídas na época, as *famílias de bem* encontravam dificuldades de transitar nas ruas do centro, ocupadas por bêbados, vândalos e mulheres que agarravam os homens nas ruas (e aliciavam inocentes mocinhas de família a seguirem o mesmo caminho), em função da movimentação provocada pela rua General Paranhos.

Embora a General Paranhos fosse a mais atacada pela imprensa, em função do foco da prostituição ali instalado, outros locais da cidade também ganharam a fama pública por seus moradores fugirem ao comportamento entendido como ideal. Nas proximidades da General Paranhos, estava a Rua dos Pecados Mortais. De acordo com Antônio Coruja, cronista do jornal Gazeta de Porto Alegre, em 1884, em cujas páginas abordou o cotidiano da cidade,

alguém que possuía este terreno ladeirento fez edificar sobre ele sete casinhas, que os gaiatos daquele tempo chamaram *Os Sete Pecados*, nome que lhes assentava bem, tanto pelo lado físico dos prédios quanto pelo lado moral das moradoras³⁸.

De acordo com a historiadora Cláudia Mauch, haveria um discurso higienista montado pela imprensa porto-alegrense da época:

Da mesma forma como os higienistas lutavam por uma desinfecção das cidades através da eliminação dos focos de doenças [e a Rua General Paranhos acabava por se enquadrar nestes espaços...], é também em prol do bem comum que os jornais exigem controle policial sobre os focos de desordem. A sugestão de medidas de controle contra as pessoas cujo modo de vida era considerado um perigo para a sociedade justifica-se, assim, pela associação entre desordem ou crime e doença infecciosa. Na opinião dos jornais porto-alegrenses, a polícia deveria impedir que a 'parte ruim' da sociedade contagiasse a 'parte sã', proibindo a circulação de turbulentos e prostitutas em locais freqüentados por

³⁸ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: U.E. Porto Alegre, 1996, p.13. A Rua dos Pecados Mortais compreendia um pedaço da Rua da Igreja, atual Duque de Caxias.

famílias, ou simplesmente eliminando o problema através do fechamento de bordéis e botequins³⁹.

Conforme será visto mais adiante, entretanto, provavelmente as ações empreendidas pela imprensa e pelas autoridades governamentais também se davam em função da ameaça que esses espaços representavam à manutenção da ordem social vigente. Afinal, modelos femininos e comportamentais (aqui, de homens e mulheres) que fugiam a esse padrão, embora existissem em diferentes exemplos, que ainda persistem nos dias atuais, evidenciavam que a sociedade porto-alegrense da época não correspondia ao ideal propagado pelo Positivismo, então vigente no governo estadual, e motivador de um discurso normatizador de comportamentos, especialmente os femininos. Foi esse contexto que propiciou a formulação de códigos fortes⁴⁰, empregados pela Gazetinha. A fala sobre a prostituição no jornal representou, sob essa ótica, um repúdio a essas ameaças, mais do que uma preocupação com a higienização moral de Porto Alegre na virada do século. Para Cláudia Mauch, *a idéia era impor um determinado padrão de ordem e comportamento para todo o espaço público através da moralização dos indivíduos e locais perigosos*⁴¹. Agendando a temática em suas páginas, colocando-a como parte integrante de suas preocupações diárias, por meio da utilização de códigos fortes, a Gazetinha contribuiu para a formação de uma opinião a respeito da presença daqueles que formariam o grupo de *excluídos* da cidade, em nome de comportamentos de retidão⁴².

³⁹ MAUCH, Cláudia. *Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890*. In: VARGAS, Anderson Zalewski. (et.alli) **Porto Alegre na virada do século 19: Cultura e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS / ULBRA / UNISINOS, 1994, p. 12.

⁴⁰ De acordo com Isaac Epstein, constituem os códigos fortes as mensagens unívocas (que admitem somente uma única interpretação). (**Gramática do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p.18-19). Já os códigos fracos, constituem as mensagens equívocas (que, se revelando ambíguas, permitem mais de uma interpretação).

⁴¹ Mauch, Cláudia. *Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890*. Op. Cit., p.12..

⁴² Segundo Michael Kunczik, no jornalismo, o “defensor é conceituado como o paladino de certos grupos socialmente abandonados e que, por si mesmos, não podem representar seus interesses como o Quarto Poder, impedindo o abuso do poder. Isso pode implicar pelo menos um esforço para mudar a estrutura social. O defensor não se sente comprometido com o princípio da neutralidade de valores; identificando-se com os valores do público ou de partes do público, fazendo uma campanha vigorosa pela difusão de certas idéias ou fatos, sem reivindicar a posse da verdade fundamental sobre o assunto tratado. Essa concepção de jornalismo, no entanto, pode também proporcionar a legitimação própria que provoca a supressão de informações consideradas não-proveitosas para o público ou para certos grupos.” (KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2002, p.98).

Conforme será visto, esses códigos se propagaram ainda que nem todos na cidade tivessem acesso ao mundo das Letras (em função das altas taxas de analfabetismo, como podemos verificar pela tabela a seguir), pela própria dinâmica da vida em sociedade:

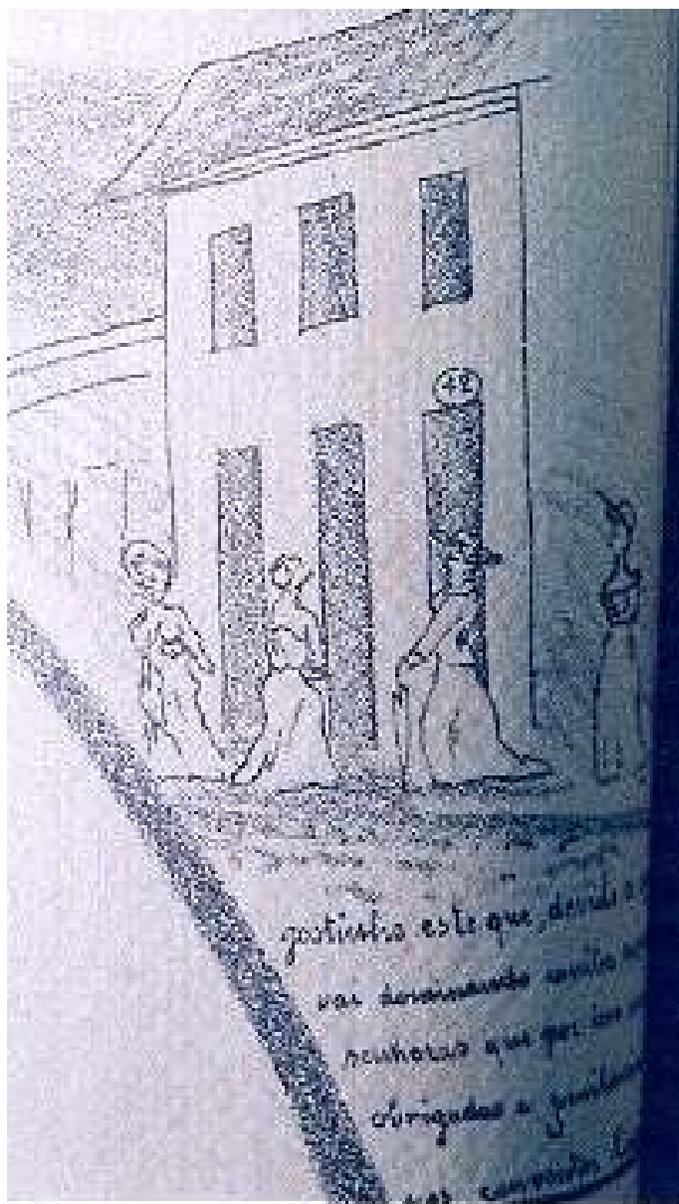
TABELA 1: População presente, segundo a instrução, do Rio Grande do Sul – 1890

Instrução	População presente	Percentual sobre o total
Sabem ler e escrever	226.994	25,29 %
Não sabem ler nem escrever	670.461	74,71 %
De instrução não declarada	-	-

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.93.

Boa parte da fala construída pelos jornalistas de então estava centrada na figura de Fausta Marçal, uma mulher negra dona de um estabelecimento (ou, conforme as palavras da Gazetinha, uma *espelunca*) situado no n° 42 da Rua General Paranhos, antigo Beco do Poço, representado na ilustração publicada pela Gazetinha, em 1895:

FIGURA 2: O n°. 42 da General Paranhos



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 27 de outubro de 1895, contracapa.

A imagem é parte componente da contracapa da edição, onde uma série de outras imagens – que serão objeto de análise neste trabalho –, compõem a idéia de que a sociedade porto-alegrense passava por um período de transformações. O texto que acompanha as imagens, e que culmina na ilustração do nº 42 da General Paranhos, diz: ... *Não é de estranhar, portanto, que o teatro (a antiga escola da moralidade) seja transformado também. (...) Gostinho esse que, devido às operetas,*

vai dominando muitas respeitáveis senhoras que por isso viram-se obrigadas a penitenciar-se nos conventos livres ⁴³.

As operetas, a que o jornal se refere, constituíam um gênero teatral, alvo de algumas críticas no momento em que a arte dramática entrava em decadência. As atividades teatrais estavam concentradas no *teatro lírico* e no gênero *revista*, cujas belas coristas eram chamarizes para os espetáculos. Mulheres que, pela atividade exercida, fugiam também aos padrões desejados. Formou-se, na época, uma imagem negativa das atrizes, perante os moralistas, conforme salienta Margaret Rago:

As prostitutas estavam relacionadas a várias profissões; floristas, modistas, costureiras, vendedoras de charutos, figurantes de teatro. Eram as viúvas, casadas, divorciadas ou solteiras que, em sua classificação, apresentavam atributos comuns, como o tipo de habitação ou os costumes, as horas de trânsito, o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos, etc.) ⁴⁴.

A famosa Fausta escandalizava a sociedade porto-alegrense, não apenas por dirigir a *espelunca*, mas em função de outras acusações que acabaram por gerar um processo judicial contra ela, em 1898. No momento do processo, Fausta tinha 38 anos de idade. Os autos do processo-crime se referem ao local como um estabelecimento de prostituição, onde

existem mulheres as quais a denunciada presta auxílios e..., dando-lhes teto e mesa mediante quantia em dinheiro, proporcionais ao número de visitas diárias recebidas pelas prostitutas. Acresce que a denunciada recebe adiantadamente dos freqüentadores de sua casa o preço correspondente ao aluguel do quarto destinado ao encontro com a meretriz. A justiça pública, senhores de Júri, tem o maior interesse na punição da denunciada, cuja atividade criminosa tem produzido lamentáveis desastres no seio da nossa sociedade, pois é sabido que, além do crime acima descrito a denunciada ocupa-se também em iniciar na prostituição moças de família e senhoras casadas, que vítimas do prejuízo de uma educação precária nem sempre resistem ⁴⁵ [grifo meu].

⁴³ Gazetinha, Porto Alegre, 27 de outubro de 1895.

⁴⁴ RAGO, Margaret. Op. Cit, p.590.

⁴⁵ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 2.

A denúncia, feita pela promotoria pública, tem base nos depoimentos de homens que atestam a veracidade dos fatos. É interessante notar a camada social a que pertenciam as testemunhas. Em uma cidade onde a grande parte da população era iletrada, justamente os que deixaram suas falas registradas nos autos foram homens com curso superior, o que indica a possibilidade de que essa camada conhecesse os *serviços* prestados por Fausta, ainda que sua fama corresse as ruas. Como exemplo disso, está o depoimento de Deoclécio de Carvalho, jornalista de 24 anos de idade, morador de Porto Alegre, que dizia ser verdade Fausta ocupar o n° 42 da General Paranhos, onde alugava quartos para *questões amorosas* ⁴⁶.

Germano Feldmann, jornalista de 44 anos de idade, casado e morador de Porto Alegre, atestou a finalidade do endereço de Fausta, para encontros e relações amorosas, embora não pudesse confirmar que o estabelecimento empregasse moças de família. Entretanto, disse que poderia *assegurar que sabe que a mesma denunciada atende em seu bordel senhoras casadas, facilitando, assim, os meios para que estas lá se encontrem com seus homens afeccionados para fins ilícitos* ⁴⁷.

O advogado Argemiro Rosa, 32 anos, também morador do município, respondeu que era público e notório que a denunciada possuía uma casa de prostituição, onde facilitava os encontros amorosos, desempenhando o papel de *cafetina* ⁴⁸. A única testemunha que reconheceu ter estado no local foi o jornaleiro Manoel da Silveira, 60 anos de idade, homem casado, que afirmou ter sido vizinho de Fausta, alegando ter estado no n° 42 da General Paranhos apenas em *uma ocasião, por passeio unicamente* ⁴⁹. Manoel disse nada saber sobre as denúncias feitas pela promotoria.

Após ouvir o relato das testemunhas, o Juízo reconheceu como procedente a denúncia e como provado que Fausta recebia prostitutas e lhes prestava auxílio, assistência e moradia, atuando como *cafetina*. A primeira sentença, lavrada em 24

⁴⁶ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 2.

⁴⁷ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 2.

⁴⁸ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 10.

⁴⁹ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 9.

de abril de 1899, determinou que ela fosse presa e recolhida à Casa de Correção. O crime foi considerado afiançável em 2:000\$000 [dois contos de réis]. A acusada recorreu da sentença, logo depois. Em interrogatório, Fausta afirmou que residia no nº 42 da General Paranhos há cerca de 7 anos e que, como meio de ganhar a vida, *lava e engoma para fora e recebe homens*⁵⁰. Fausta pagou a fiança estabelecida em Juízo e aguardou o restante do processo em liberdade.

Para uma cidade pequena como Porto Alegre, naquele momento, o movimento na Casa de Correção podia ser considerado intenso, conforme assinala a tabela a seguir:

TABELA 2: Movimento na Casa de Correção em 1898

	Homens	Mulheres
Sentenciados	206	6
Pronunciados	26	1
Processados	10	2
Detidos	1	-

Fonte: A Federação, Porto Alegre, 4 de janeiro de 1899, ano XVI, nº 4, p.2.

Com relação aos crimes cometidos em 1898, percebe-se que os quais atentavam à moral – preocupação constante – aparecem listados. Em 1898, foram 242 homicídios, 62 roubos, 25 lesões corporais, 8 atentados ao pudor, 3 estelionatos, 4 por uso de moeda falsa, 1 incêndio, 1 contrabando, 1 envenenamento, 6 tentativas de morte, 1 infanticídio, 40 por jogo, 5 por desordens, 2 abusos de confiança, 1 por perjúrio, 1 por suborno, 2 por insubordinação e 7 por *gatunice*⁵¹.

Na apelação, tentou-se mostrar que as acusações contra a negra Fausta não possuíam fundamento, que não existiam provas que a enquadrassem como aliciadora de menores e de mulheres casadas no estabelecimento de prostituição,

⁵⁰ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 34.

⁵¹ A Federação, Porto Alegre, 4 de janeiro de 1899, ano XVI, nº 4, p.2.

acusações tão graves quanto o ofício de prostituta e cafetina. Os autos do processo, em tempos de apelação, chegaram a sugerir que os depoimentos foram coletados sem maiores critérios, porque haveria uma pressa da promotoria em enquadrar Fausta como criminosa, possivelmente pelas pressões exercidas pela sociedade e mesmo pelos jornais da época, sendo Fausta uma figura de notório e público conhecimento. Nos autos, constam que

os jornais tudo dizem, falam e comentam, tendo noticiado que Fausta fora pronunciada, e, dizemos, tendo sido intimada da pronúncia em 24 de maio, se fosse criminosa, se como tal sua consciência lhe bradasse, não teria tido tempo de sobra para, fugindo, zombar da justiça e de seus representantes!⁵²

Assim, a apelação iniciada argumentou a existência de irregularidades no processo, buscando mostrar que Fausta fora injustiçada e perseguida⁵³, por ser negra, pobre, analfabeta e, especialmente, por representar o comportamento tipicamente contrário ao desejado no momento. A argumentação, também construída pelos jornais, contribuiu para o processo, a partir do momento em que, pela hipótese de *agendamento*, colocou a temática na agenda diária do leitor. Tanto a questão da prostituição como a *espelunca* de Fausta fariam parte desta agenda diária. Por conseqüência, possivelmente, a pressa na conclusão do processo e, em especial, em apresentar Fausta como criminosa, e não apenas baderneira, seria o desfecho perfeito para a questão, trabalhada pela Gazetinha desde 1895.

As irregularidades apresentadas iam desde a improcedência das testemunhas, não ficando claro por que aquelas, e não outras, foram intimadas a depor; até uma supostamente falsa afirmação de que Fausta teria sido procurada pela Justiça a prestar depoimento e se negado a comparecer, pois não constava nos autos do escrivão que ela fora oficialmente procurada de fato: *certamente, ela não compareceu, nem poderia ter comparecido: porque não tendo sido nem procurada nem citada não poderia adivinhar*⁵⁴. A acusação de pressa no julgamento foi

⁵² **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 85.

⁵³ Nas palavras dos autos, e *tudo isto há de ficar de pé, com um atestado de opróbio e miséria, de vilipêndio e perseguição feita a uma mulher como Fausta, infeliz desgraçada desde o berço, pois quando nasceu ainda não estava escrito no constelado firmamento de nossa cara Pátria a gloriosa Lei de 28 de setembro de 1871!*

⁵⁴ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS

reforçada quando foi apresentado o documento de entrada de Fausta na Casa de Correção, datado de seis dias antes da intimação da ré. Como Fausta era analfabeta, o documento fora assinado por duas testemunhas e não por ela própria: *isso é o cúmulo do impossível, pois como pode se ter dado esta nota de culpa a Fausta na Casa de Correção no dia 27 de maio, quando essa lá só deu entrada no dia 2 de junho!*⁵⁵

A acusação contra Fausta, de alugar quartos para encontros amorosos e aliciar moças e mulheres de família, foi considerada improcedente pela apelação. O aluguel dos quartos não foi visto como criminoso, apenas como não recomendável pela boa moral:

Sim, habitar com prostitutas (como diz a denúncia) ou alugar quartos a essas (como diz a testemunha), quando muito pode ser e deve ser, verberado, estigmatizado, castigado enfim pelas leis da moral e nunca (positivamente e afirmamos) pelas leis penais. (...) artigo 1º do Código Penal: 'ninguém poderá ser punido por fato que não tenha sido anteriormente qualificado crime.' Quanto a esta alegação da denúncia, isto é, que Fausta recebia adiantadamente dos freqüentadores de sua casa o preço correspondente ao aluguel do quarto, ou (como diz a testemunha) que Fausta tirava proveito disso, tanto assim que cobrava certa quantia pelo aluguel do quarto, é até irrisório dizer-se que isto é crime, porque se o fosse, não poderia preexistir, e inda continuar em Porto Alegre, e bem assim em todas as capitais brasileiras (a exemplo de todas as capitais dos povos cultos), as casas de cômodos, as pensões, as casas denominadas repúblicas e os hotéis, que entretanto existem e existiram, e com o direito incurso de seus donos ou proprietários cobrarem os respectivos aluguéis. E se assim não é nem deve ser (para Fausta) isto é, se ela como qualquer outro não tem direito de alugar quartos em sua casa, e cobrar por eles o respectivo aluguel, então segue-se (a vergonha) que a lei não é igual para todos, ou por outra, que na República brasileira não medra [sic] com tanto acentuado alevantamento a Liberdade e Igualdade, pois há uma exceção única, e este é Fausta Marçal! [grifo meu]⁵⁶

Foi considerado na apelação que não havia provas consistentes contra Fausta na acusação de levar moças de família e mulheres casadas para seu estabelecimento, mesmo porque não foram apresentados nomes de quem tivesse

⁵⁵ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS

⁵⁶ **Processo-crime. Ré: Fausta Marçal.** Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS, folha 91.

sofrido tal abordagem. A promotoria teria feito as acusações em homenagem à moral e pela salvaguarda da sociedade⁵⁷. Seriam apenas alegações, e não provas.

Cabe ressaltar, entretanto, que essa não fora a primeira vez que Fausta fora indiciada. Em 1896, ela também fora presa e encaminhada à Casa de Correção pelos mesmos motivos. Na época, o jornal O Mercantil apoiou a sentença:

Também era preciso que ela marchasse e marchou. Por desordens e ofensas à D. Moral. Desordeira a Fausta... Bem-feito – foi para lá purgar os muitos pecados que tem. Um pedido – deixem a Fausta na gaiola um mês e ela ficará tão direita, com as coisas direitas⁵⁸.

O caso alcançou grande repercussão nas ruas e nos jornais, provavelmente, em função da vigência dos ideais positivistas, que propunham modelos de retidão⁵⁹ e comportamento, especialmente para as mulheres. A Proclamação da República contribuiu com a atribuição, à mulher, de um papel considerado fundamental: o da formação do cidadão. Os modelos femininos ideais foram reforçados, promovendo transformações na vida em sociedade. Ao mesmo tempo, o crescimento urbano, já assinalado aqui, evidenciou a segregação das camadas populares, com a tentativa de afastamento da pobreza dos centros urbanos:

As imagens idealizadas de mulher, possíveis para as elites urbanas, foram cobradas das mulheres das camadas populares; tornaram-se referências para o julgamento de suas demandas e para a aplicação de punições por parte do poder público⁶⁰.

⁵⁷ De acordo com as palavras do processo, *não existem nestes autos prova alguma de tal aviltamento da família porto-alegrense*” *As palavras da acusação e das testemunhas seriam apenas palavras ocas (Processo-crime. Ré: Fausta Marçal*. Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos n° 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS)

⁵⁸ O Mercantil, 20 de julho de 1896.

⁵⁹ De acordo com Clarisse Ismério, *o caráter conservador é observado no discurso referente à mulher. Considerando a mulher responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado, Comte impôs modelos de conduta feminina baseados na mentalidade patriarcal, formada ao longo da História da Humanidade. A mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar de sua família e, para atingir esses modelos, seguiria normas pré-estabelecidas pelo Catecismo Positivista, no qual Comte codificou todo o pensamento conservador em torno da mulher*. ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p.19.

⁶⁰ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp / Contexto, 1997, p.292.

O que vimos acontecer no caso da cafetina Fausta foi o que se aplicou com relação ao discurso formado pela imprensa de Porto Alegre sobre a prática da prostituição.

Grande parte do discurso difundido no período, quanto ao comportamento das mulheres casadas, dizia respeito ao temor do adultério feminino, que ficou evidente com relação a muitas das que trabalhavam no estabelecimento de Fausta. O perigo dos amores fora do casamento também já era motivo de alerta no período colonial, a ponto de se tornar pauta constante nos manuais de casamento. Em fins do século XVII, a obra intitulada **Armas da castidade**, de autoria do padre Manuel Bernardes, dedicou um de seus capítulos às formas de evitar o adultério. O autor elencou uma série de regras especialmente direcionadas às mulheres casadas para que elas não caíssem na tentação do amor ilícito:

1º) Ao contrair matrimônio escolha quanto for possível parelha na idade, condição e saúde e qualidade: porque das contrárias desigualdades se originam os desgostos, aborrecimentos e ausências, que depois vêm a parar em adultérios(...)

2º) Seja muito amiga da honra e bom nome, pois este vale mais que muitas riquezas.

3º) Leiam e meditem exemplos de matronas castas, que antes escolheram perder a vida que violar a fé conjugal.

4º) (...) Não aceite em casa criada de quem possa haver suspeita má, ou desconfiança. Se alguma das que a servem começar a fazer ofício de terceira trazendo algum escrito, ou recado, ou louvando as prendas de tal ou qual sujeito, ou metendo-lhe tédios e desprezos do marido próprio: dissimule por então, e busque ou arme alguma causa de a despedir de seu serviço; quando não lhe esteja melhor revelar a verdadeira.

5º) Nas ausências do marido convém observar mais recato e recolhimento.

6º) De nenhum homem aceite dádivas, sem título claramente honesto; porque esta é uma das portas principais por onde os solicitadores entram a entabular sua pretensão. E se for cobiçosa, há de querer mostrar-se agradecida, e depois amorosa.

7º) Não se confie levemente de parentes por cosangüinidade ou afinidade, ainda que a idade, e gravidade, e a ordem sacra os acredite. Poucas visitas, e essas diante de gente, e recebidas sempre com atenção ao decoro, e sobre os estribos da sisudez: melhor é a rusticidade com honra, que sem ela a cortesia (...)

8º) Se algum ocioso ao passar lhe disser razões de galanteio, nada responda, nem ainda para se mostrar irada (...)

9º) Não queira em sua casa mais alfaias, nem aparato do que as posses da sua fazenda sofrem. 'A mulher perdulária e ostentatória que sempre precisa de dinheiro é aquela que mais facilmente cometerá adultério.' Sobre o penhor da sua honra não faltará quem lho empreste ⁶¹.

É interessante ressaltar, no documento, alguns dos componentes importantes do discurso da época, onde se inserem a fala da Gazetinha e da literatura romântica, tais como a importância do recato e da reclusão para evitar a corrupção dos comportamentos; a devida atenção ao marido e os cuidados específicos na ausência deste, ao receber pessoas no ambiente doméstico. Desse recato requisitado também faria parte o desprezo pela ostentação, pois se chega a sugerir que a mulher rodeada pelo luxo e com apreço pelo dinheiro seria mais propensa a cometer adultério. A chave do bom comportamento feminino parecia estar na simplicidade das atitudes. A polêmica em torno de Fausta, que se instaura em torno de uma série de fatores a serem discutidos neste estudo, também ocorreu por ela representar o oposto dessa simplicidade e desse recato: favorecendo o adultério na sociedade porto-alegrense, poderia estar, ao mesmo tempo, ameaçando a estrutura familiar existente (ou desejada, de acordo com o discurso vigente).

Receio semelhante também poderia ocorrer com relação às viúvas, mulheres de imagem muito respeitada em função do ideal positivista de viuvez eterna⁶², defendido, também, para que prevalecesse a monogamia nos relacionamentos⁶³. Assim como meninas menores de idade e mulheres casadas se

⁶¹ BERNARDES, Manuel. *Armas da Castidade*. Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. Cit., p.192-193.

⁶² De acordo com o catecismo positivista de Augusto Comte, seriam condições indispensáveis para o casamento: o princípio da viuvez eterna, a superintendência da educação, o sustento da mulher pelo homem, a livre supressão de dotes e heranças femininas, as faculdades de testar e de adotar (COMTE, Auguste. **Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.166).

⁶³ Segundo os preceitos do catecismo positivista, *sabe-se que a religião da humanidade considera o estabelecimento da monogamia como o principal resultado da transição ocidental entre a teocracia e a sociocracia. Depois de ter-se aproximado gradualmente, durante estes trinta séculos, de sua plenitude normal, esta instituição decisiva atinge-a na regeneração positivista que faz prevalecer livremente a viuvez eterna, sem a qual a poligamia persiste subjetivamente* (COMTE, Augusto. Op. Cit., p.164). Ainda é estabelecido que *a promessa da viuvez eterna será solenemente renovada seis meses depois do ano de luto, sem que nunca mais possa comportar dispensa alguma. Mas o*

tornavam alvo fácil da prática da prostituição, a exemplo do visto no processo-crime contra Fausta Marçal, as viúvas também acabavam se tornando suscetíveis a esse ofício, o que dava ao problema proporções ainda maiores.

Em um momento onde ainda se acreditava em casamento indissolúvel e onde o casamento civil era extremamente recente, a figura da viúva era uma imagem de devoção. Uma documentação da segunda metade do século XIX mostra viúvas atuantes no mercado de trabalho, administrando negócios, ao contrário da imagem construída da reclusão e do sofrimento reservados a estas mulheres. Ainda que se revelassem pessoas de vida ativa, entretanto, recaía sobre elas uma aura de grande respeito, pois cumpriam um papel na sociedade de culto à memória do falecido e de manutenção *espiritual* da família. Assim, além de todas as acusações que recaíram sobre Fausta, ainda restava a ameaça a esse estereótipo da viúva.

Além da documentação (inventários e testamentos), os relatos dos viajantes que passaram pelo Brasil, durante o século XIX, reforçaram a idéia de que muitas viúvas não dependiam de outros para assumir a frente de estabelecimentos, fazendas ou chácaras. O viajante R. Walsh, em 1828, fez a seguinte observação:

Entre os que subiam a serra, havia uma senhora com um criado. Vestia roupa de montar, colete de nanquim, e um grande chapéu de palha amarrado, não debaixo, mas através do queixo. Cavalgou por longas estiradas, montada como um homem e, na cinta, levava um par de pistolas. Não era seguida, mas precedida por um negro vestido de libré, em outro cavalo, que era seu anunciador. Embora não se tratasse de pessoa musculosa, parecia grande e descuidada —apeava como homem, diante de nós, sem o menor acanhamento — bebeu um copo de cachaça na venda, para se fortificar contra o ar da montanha — tornou a montar, examinou as pistolas para ver que estava tudo certo para qualquer eventualidade e partiu de novo, protegendo a si mesma. As mulheres dos fazendeiros, freqüentemente quando ficam viúvas, administram sozinhas as fazendas e os escravos, assumindo integralmente as responsabilidades dos maridos⁶⁴.

compromisso deve, mesmo então, permanecer puramente religioso, a fim de que sua dignidade não seja jamais alterada por prescrições legais, quaisquer que venham a ser as exigências da opinião universal, às quais o patriarcado saberá resistir sempre pelas instâncias do sacerdócio (p.164).

⁶⁴ LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Edusp / Hucitec, 1993, p.57.

Após a morte do cônjuge, a esposa tornava-se, com freqüência, a chefe de família e a administradora dos negócios, em função de ser a maior beneficiária no processo de partilha dos bens do falecido. Cabia ao viúvo ou viúva o equivalente a 50% da soma total dos bens, devendo o juiz distinguir o que compreendia a meação (parte da herança que cabe ao viúvo (a) e a legítima – o que cabe aos herdeiros do falecido (a)). A respeito da partilha dos bens e a participação da mulher nesse processo, Eni de Mesquita Samara salienta que

para efeitos de partilha, por morte de um dos cônjuges, o que sobrevivesse estaria naturalmente encarregado da divisão do patrimônio. A mulher, como meeira dos bens, era a herdeira natural do marido, juntamente com os filhos, desde que o matrimônio houvesse sido consumado e gozassem os cônjuges de vida em comum. Morrendo o marido, a esposa assumia o papel de 'cabeça de casal' e ocorrendo o inverso o marido continuava a ocupar a mesma posição, adquirida a partir da celebração do casamento⁶⁵.

O título de *cabeça de casal* já acompanhava o nome da viúva no processo de inventário ou testamento do falecido, caso ela fosse a inventariante ou testamenteira como na situação de D. Ana Joaquina Chaves. Denominada pela dita alcunha, em 1868 mandou proceder à partilha dos bens do marido. D. Ana foi a segunda esposa do Capitão Antônio Rodrigues Filho, e teve com ele três filhos menores. Assumiu as responsabilidades da administração de uma pequena chácara onde morava, juntamente com os filhos do primeiro casamento do falecido. O processo abarcou, em um único documento, o inventário do Capitão e sua primeira mulher, Elisa Marciana Chaves, com quem o falecido teve outros três filhos, todos já maiores de idade. D. Ana requereu a partilha dos bens e pediu que fosse nomeado um curador para os filhos menores:

Diz D. Ana Joaquina Chaves, viúva do cap. Antônio Rodrigues Chaves F^o que se casou com a suplicante em segundas núpcias e faleceu em 10 de ... de 1859, que querendo, como cabeça de casal, partilhar os bens que ficaram entre os herdeiros do 1^o e 2^o casal, vem pedir a V.S^a se digne de nomear um curador

⁶⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero / SEC, 1989, p.146 / 147.

dos órfãos Francisca [12 anos], Leopoldo [14] e Elisa [10] e mandar que ele juntamente com a curada Francisca, maior de 12 anos, os herdeiros constantes no verso desta petição e o Sr. Curador Geral sejam citados para comparecer à primeira audiência deste juízo a fim de ser louvado em peritos, que avaliem os bens da herança...⁶⁶.

O testamento de Ana Maria da Conceição, lavrado em cartório, em 1850, demonstrou o exemplo de uma viúva que assumiu as responsabilidades e os negócios de uma propriedade rural, o que foi feito, declaradamente, com a ajuda de seus criados, embora não tivesse ficado claro se houve auxílio dos filhos nesse processo. Em suas declarações de última vontade, D. Ana Maria disse estar sob juízo perfeito e declarou que nascera na Freguesia de Viamão e que fora casada à face da Igreja com Manoel da Villa de Lima, já falecido no ato do testamento. Com ele, D. Ana Maria teve oito filhos, sendo duas filhas já falecidas, que lhe deixaram netos. Seus herdeiros eram os filhos e os netos. Quanto aos seus bens, que mais tarde seriam postos em partilha, a testadora declarou que possuía um sítio com casas cercadas, bens móveis e quatro escravos, e que mandara tocar os campos ao receber da herança do falecido marido⁶⁷.

D. Maria Henriqueta de Sá Brito igualmente é exemplo de viúva que se mostrou capaz de administrar. Assim, D. Henriqueta era viúva de José de Sá Brito, cujos bens foram avaliados e partilhados por intermédio do inventário que datou de 1858. O inventariado falecera em 23 de dezembro de 1856 e desde então a viúva e inventariante requereu, em juízo, que fosse nomeado um tutor para seus filhos menores. O juiz nomeou tutor o Dr. Antônio Pereira Prestes. Mais tarde, D. Henriqueta pediu que ela própria fosse a tutora dos filhos e, por conseguinte, administradora dos bens dos órfãos, o que foi avaliado então pelo Curador Geral de Órfãos:

66

Autos de inventário em que são partes Elisa Marciana Chaves e o marido Capitão Antônio Rodrigues Chaves Fº, inventariados, e D. Ana Joaquina Chaves, viúva, cabeça de casal, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1868, autos nº 1953, maço 91, f.2 (APRGS). Deste modo, abrangendo dois falecidos em um só processo, os herdeiros do 1º casal têm direito a uma quantia superior à meação de D. Ana, pois recebem o equivalente à legítima materna e paterna. Ainda assim, a inventariante recebeu na partilha o equivalente a 30:338\$820 réis, onde estavam incluídos metade do valor da chácara (a outra metade ficou pertencendo à Adelaide, filha do primeiro casamento de capitão Antônio), entre outros pertences, e três escravos.

⁶⁷ **Autos de testamento em que são partes Ana Maria da Conceição, testadora, e Ângelo José Goulart, testamenteiro.** Porto Alegre, Cartório da Provedoria, 1850, autos nº 1195, maço 61 (APERGS).

O Doutor José de Araújo B., Juiz Municipal e de Órfãos nesta Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, em termo faço saber a todos que a presente provisão virem que atendendo ao que me requeriu D. Maria Henriqueta de Sá Brito, viúva de José de Sá Brito, a fim de habilitar-se para servir de tutora de seus filhos menores. E tendo procedido a referida habilitação juntando para esse fim a escritura de fiança, e mandando ouvir ao Dr. Curador Geral dos Órfãos, este nenhuma dúvida apresentou; por conseguinte hei a mesma viúva por habilitada para poder reger e administrar todos os bens que tocaram em legítima aos ditos órfãos por falecimento de seu dito pai, dando conta nos devidos tempos de todos os seus rendimentos; prestando o juramento do estilo...

Porto Alegre, 11 de dezembro de 1858 ⁶⁸ .

O valor total dos bens somava 16:437\$800 réis, compreendendo quatro casas (dois sobrados no Alto da Bronze⁶⁹ e duas casas térreas na rua da Ponte⁷⁰), dois escravos e bens móveis que compunham as residências. O comportamento mostrado na documentação é, ao mesmo tempo, revelador, ao evidenciar o papel atuante das mulheres na sociedade e a relativa independência conquistada por elas, portanto inadequado à conduta desejada para a época. A mulher de família deveria apresentar sempre preocupações com relação aos seus filhos e aos seus entes queridos, buscando promover o bem-estar da família, justamente o que poderia ser ameaçado, mais uma vez, pela prática da prostituição, por intermédio de ações como as da cafetina Fausta.

D. Bernardina Maria da Conceição recebeu como herança do falecido esposo José Teixeira Nunes, por meio do inventário procedido em 1866, o sítio onde morara com o marido. Passou a administrá-lo, tendo ainda direito a uma parte em outro sítio e terras que compunham os bens do inventariado. Juntamente com as propriedades que assumiu por conta própria, D. Bernardina recebeu, também,

⁶⁸ **Autos de inventário em que são partes José de Sá Brito, inventariado, e Maria Henriqueta de Sá Brito, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1858, autos nº 1818, maço 86, f.27 (APERGS).

⁶⁹ O Alto da Bronze corresponde atualmente à Praça General Osório, em Porto Alegre, localizada na zona central da cidade entre as ruas Duque de Caxias, Cel. Fernando Machado e General Portinho. Segundo Sérgio da Costa Franco (Op. Cit, p.300), o espaço teria recebido ainda outras denominações, antes da alcunha que hoje conhecemos; Alto do Manoel Caetano, Alto do Senhor dos Passos e Alto da Conceição.

⁷⁰ A chamada Rua da Ponte corresponde à atual Rua Riachuelo, também localizada na zona central de Porto Alegre, iniciando na Rua Gen. Salustiano e terminando na Praça Conde de Porto Alegre. Segundo Sérgio da Costa Franco (Op. Cit., p.352-353), encontra-se referências à Rua da Ponte nas atas da Câmara Municipal desde 1806.

como pagamento de sua meação, certo número de animais, de que passou a cuidar com o auxílio de seis escravos incluídos em sua herança: uma mula, 40 ovelhas, 10 éguas, 98 reses mansas e sete cavalos. A meação da viúva somou 18:193\$790 réis. Além de D. Bernardina, eram também herdeiros de José Teixeira Nunes os seis filhos do casal, quatro deles já casados, que receberam uma parte em um sítio localizado em Santa Técula (no qual a viúva também tinha direito a uma porção), terrenos e alguns animais de criação ⁷¹.

Já no inventário de Januário Antônio de Sousa, de 1869, a viúva, inventariante e cabeça de casal, Cândida Carolina de Sousa, embora não houvesse evidências de que tenha tomado a frente dos negócios do falecido esposo, mandou proceder à partilha, selecionando a forma como os bens seriam administrados, pois Januário não deixara firmadas suas declarações em testamento. Assim, as atitudes de D. Cândida em juízo revelaram uma mulher com iniciativa e habilidade para as finanças, de acordo com indícios que sugerem que ela sempre acompanhava a administração dos negócios. O inventariado contava entre suas posses uma casa de negócio, 2 iates, 35 ações do Banco da Província e 71 da Companhia Hidráulica, além de sete escravos, bens móveis e uma soma em dinheiro. O monte mor (soma total dos bens) alcançou a quantia de 35:910\$400 réis. D. Cândida requereu, em juízo, uma forma de não obter prejuízos para garantir o futuro dos filhos ainda menores de idade, propondo então a venda dos iates, a fim de aplicar seu produto em ações, com o intuito de obter vantagens mais imediatas do que a manutenção dos barcos. Além disso, fez pequenas sugestões com relação à casa de negócio do marido:

Requer mais a V.S^a a suplicante que, tendo sido seu finado marido negociante, como acima disse, e por conseqüência devendo existir, como realmente existe, uma casa de negócio com ativo e passivo que é preciso liquidar; mas não sem pequena demora, porque a casa tinha transações nesta praça e fora dela; e possuindo a herança, entre outros bens, dois iates de nomes Doca e Espírito Santo, que navegam entre esta Capital e as cidades de Pelotas e Rio Grande; os quais não convém à herança que continuem a navegar por conta da mesma, não só pelos riscos que

⁷¹ **Autos de inventário em que são partes José Teixeira Nunes, inventariado, e D. Bernardina Maria da Conceição, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1866, autos nº 1920, maço 89. (APERGS)

correm e avarias que sofrem, que importam em avultadas despesas, mas ainda porque a suplicante não pode auferir com a sua administração as vantagens que seu marido auferia, se bem que os possuísse ambos de sociedade com os respectivos patrões; à vista de tais razões manda V.S^a depois de ouvido o Dr. Curador Geral e o Dr. Curador *ad hoc* e avaliadas as partes que tem a herança nos dois referidos iates, passar alvará de autorização para a suplicante fazer venda dos mesmos e aplicar o seu produto em apólices ou ações de Companhia, que por sua estabilidade e segurança possam oferecer à herança segurança e vantagens reais, até que se possa concluir o inventário e fazer partilha ⁷².

A viúva Eufrásia Maria da Trindade, cujo processo de inventário data de 1877, foi mais um exemplo de mulheres capazes de tocar negócios sem depender de outros responsáveis. D. Eufrásia administrava uma pequena propriedade, composta de uma casa de moradia com potreiro e arvoredos, uma casa de atafona com pertences de fazer farinha, um telheiro, uma cozinha e pedaços de campo onde criava animais com a ajuda de quatro escravos. O monte mor da herança somava 7:348\$000 réis. Ao falecer, o filho Jerônimo assumiu o inventário e os bens foram divididos entre os filhos e netos de Eufrásia ⁷³.

Luciana Maria da Conceição passou a administrar um sítio após a morte do marido Albino José de Mattos, em 1856, sendo o inventário do casal procedido por um dos filhos, já viúvo, em 1880. Quatro anos antes de falecer, D. Luciana fez suas declarações de última vontade em seu testamento, e repartiu o sítio que lhe coube por herança, de acordo com sua espontânea vontade. A pequena propriedade, avaliada em 2:340\$000 réis, foi partilhada entre 22 herdeiros – filhos e netos ⁷⁴.

O inventário de Israel Francisco Nunes, que data de 1881, demonstra que a esposa do falecido, D. Gertrudes Maria Ignácia, também passou a administrar a propriedade do casal. Dos bens da herança, avaliados em 4:114\$500 réis, a viúva

⁷² **Autos de inventário em que são partes Januário Antônio de Sousa, inventariado, e Cândida Carolina de Sousa, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1869, autos nº 1975, maço 92, f.2. (APERGS)

⁷³ **Autos de inventário em que são partes Eufrásia Maria da Trindade, inventariada, e Jerônimo de Sousa Rocha, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1877, autos nº 2136, maço 103 (APERGS).

⁷⁴ **Autos de inventário em que são partes Albino José de Mattos e sua mulher Luciana Maria da Conceição, inventariados, e Antônio José de Mattos, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1880, autos nº 2203, maço 108 (APERGS).

recebeu como sua meação o equivalente a 1:936\$150 réis, onde constavam a casa de moradia, a casa de atafona, o engenho de moer cana, o cercado e o arvoredo, o escravo Domingos, um pedaço de campo, todos os animais da propriedade e pertences domésticos. Os únicos herdeiros do falecido, além da esposa, eram os dois filhos, um de maior e outro de menor idade, cada um recebendo a soma de 968\$075, inclusos uma parte no pedaço de campo da família, o terreno e a casa na Capela dos Navegantes ⁷⁵.

Entretanto, conforme salienta Maria Celia Paoli, *mesmo as viúvas, para tomar posse do pátrio poder e da gerência dos bens, têm que comprovar honradez à memória do marido – seu fantasma ainda media, juridicamente, a manutenção dos privilégios masculinos* ⁷⁶.

Também é possível encontrar, na documentação, casos em que filhas do casal inventariado assumiam as propriedades ou os negócios dos pais falecidos. D. Idalina Pacheco de Vargas, em 1897, foi inventariante dos bens de seus pais, Antônio José de Vargas, falecido há 23 anos, e D. Iria Ignácia de Sousa, falecida há nove anos até então. A filha do casal era quem se achava na administração dos bens no momento de inventariá-los, que somavam a pequena quantia de 1:700\$000 réis e seriam partilhados entre nove herdeiros. As poucas posses do casal, em poder da filha, eram um pedaço de campo e matos no distrito de Belém, uma casa de atafona no Passo do Lamim e montes de fazer farinha, em mau estado ⁷⁷.

Constata-se que houve vários casos em que mulheres tomaram a frente da administração de propriedades e posses de seus falecidos maridos ou mesmo pais, demonstrando que houve, no período, uma iniciativa feminina no sentido de aprender com o trabalho, entrar no mundo das finanças, ainda que não fosse esse o papel desejado para a mulher da época.

Caberia a essas mulheres, que exerciam o ofício herdado da família, praticá-lo com o devido recato, como era o esperado para as viúvas e mulheres de

⁷⁵ **Autos de inventário em que são partes Israel Francisco Nunes, inventariado, e Gertrudes Maria Ignacia, Inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1881, autos nº 2221, maço 110 (APERGS).

⁷⁶ PAOLI, Maria Celia. Mulheres: Lugar, imagem, movimento. **Perspectivas antropológicas da mulher**, Rio de Janeiro, nº 4, Zahar editores, 1985, p.78.

⁷⁷ **Autos de inventário em que são partes Antônio José de Vargas e sua mulher D. Iria Ignácia de Sousa, inventariados, e D. Idalina Pacheco de Vargas, inventariante.** Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1897, autos nº 2425, maço 121. (APERGS)

família. Entretanto, era muito tênue o limite que separava o recato do desvio, de acordo com as concepções de comportamento na virada do século XIX para o XX. O recato desejado tinha o significado de reclusão. O espaço da rua representava o espaço do desvio. Talvez por isso, ainda que as mulheres evidenciadas nesta documentação mostrassem uma opção por levar adiante os negócios da família, sem a necessidade da intervenção direta de parentes homens, ou para evitar a venda de casa de negócios, essa situação não fosse bem vista pelo restante da sociedade.

Uma visão construída por uma elite dominante, que privilegiava o bom casamento e o recato feminino, provavelmente também encontrasse nestes exemplos uma possibilidade de desvio do modelo desejado. Ao lidar com negócios e entrar em contato com uma diversidade de pessoas no cotidiano do trabalho, a mulher estaria convivendo com o universo da rua e com tudo o que a cercava: os vícios, as más influências – tão temidas pelo discurso masculino oficial vigente – encontrado na imprensa e na literatura da época. Em prol dessas preocupações oficiais, a mulher que, porventura, freqüentasse a rua, deveria fazê-lo sempre acompanhada, para evitar situações – e conseqüências – desagradáveis. Isso ocorreria tanto com as mulheres que trabalhassem aos moldes da documentação evidenciada, na gerência de bens deixados por maridos falecidos, quanto no cotidiano da própria elite porto-alegrense, no convívio de cafés e teatros. Segundo Rachel Soihet,

a rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência. (...) Nesse contexto, acentuou-se a repressão contra as mulheres...⁷⁸

Em tendo se tornado a rua um espaço de ameaças, a saída seria abrandá-lo e inseri-lo nos moldes desejados. Como se comentou anteriormente, o século XIX, em especial a partir de sua segunda metade, havia sido um momento de

⁷⁸

SOIHET, Rachel. Op. Cit, p.365.

significativo crescimento urbano, observado em várias cidades brasileiras. A virada para o século XX, também conhecida como *Belle Epoque*, foi o momento de tentativa de elevação deste nível da vida nas ruas, conferindo-lhes ares de civilização: houve uma tentativa de embelezamento das cidades, passando pelos requintes dos cafés, pela elaboração do vestuário (vindo, em grande parte, da Inglaterra e vendido em elegantes boutiques) mas, especialmente, pelo refinamento dos comportamentos. Mulheres como Fausta e sua casa de prostituição acabavam por representar ameaças visíveis a esse processo de requintamento da paisagem urbana, de acordo com o que Soihet sugere:

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de *afrancesar* a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de *civilização* aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência. O desrespeito às suas condições existenciais traduzia-se em agressões físicas e morais ⁷⁹.

Se, para as mulheres da elite e para o discurso masculino vigente, a rua assumia este perigoso significado, é preciso sempre lembrar que a rua constituía o espaço de sobrevivência de muitas outras: as mulheres populares, dentre as quais a cafetina Fausta é um exemplo. Os ideais de casamento, a conduta impecável, o recato estavam distantes daquelas que conviviam diariamente com serviços árduos encontrados nas ruas. Eram realidades diversas em tempos de busca pela uniformização de comportamentos: a procura pela retidão e pelo mundo civilizado:

Como era grande sua participação no *mundo do trabalho*, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua

⁷⁹

SOIHET, Rachel. Op. Cit., p.366.

maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil⁸⁰.

Por essa razão, mulheres como Fausta chocaram tanto a opinião pública, tantas vezes representadas nas páginas dos jornais. As prostitutas tornaram-se o ícone dessas posturas que incluíam o uso de termos chulos, do sexo fora do casamento (bem como da liberdade sexual), da insubmissão, da falta de delicadeza e da fragilidade. Constituíam, portanto, imagens demonizadas na sociedade, por se contraporem a todo um projeto esperado não apenas para o estado, como para o país naquele momento.

A rua foi representada, nas páginas da Gazetinha, enquanto espaço decadente, não apenas pela circulação de indivíduos de atitudes indesejáveis, mas pela precária estrutura urbana de Porto Alegre, ainda que o momento histórico fosse o de crescimento da cidade e de incremento dos equipamentos urbanos. Uma série de melhorias ainda se faziam necessárias.

Embora este estudo esteja focado na estratégia midiática de *agendamento*, por intermédio do jornal A Gazetinha, para atração do público leitor e construção da imagem formada sobre a prostituição e a (i)moralidade em Porto Alegre, cabe ressaltar, aqui, a fala construída sobre esta precariedade urbana, que contribuiu com a construção da imagem de decadência provocada pela prática da prostituição. Em charge publicada em novembro de 1895, por exemplo, a Gazetinha criticou a falta de zelo por parte da fiscalização pública quanto à limpeza e à ordem das ruas:

⁸⁰ SOIHET, Rachel. Op. Cit, p. 367. A autora ainda considera que *deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de solidariedade* (p.366).

Figura 3: O zelo dos senhores fiscais – parte I



Um cidadão pode, corretamente vestido, sair a passear confiante no asseio da cidade, porque a intendência municipal cuida muito bem da conservação das calçadas. / Pode confiar no zelo dos srs fiscais, pois assim como há provas da limpeza das ruas e bom calçamento nas mesmas, verá que não existem cães vagando pela cidade / e nem transitam carregadores pelos

passeios. Disto terá a prova em qualquer esquina, se for distraído, principalmente.

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 10 de novembro de 1895, ano V, n.24, contracapa.

Figura 4: **O zelo dos senhores fiscais – parte II**



Vê-se, portanto, que após uma excursão pela cidade, fica-se convenientemente preparado para fazer uma visita de cerimônias.

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 10 de novembro de 1895, ano V, n.24, contracapa.

Em fevereiro de 1896, o jornal continuava trabalhando com o mesmo teor de crítica quanto ao saneamento urbano, do qual faria parte um projeto de limpeza moral das ruas, fechando-se as *espeluncas*. Em charge sobre a higiene, o jornal deixou claro seu posicionamento quanto ao desleixo e ao caos urbano instalado em Porto Alegre:

Figura 5: **D. Higiene**



Oh! Sra. Dona Higiene, por quem é, diga-nos por amor de Deus, qual é a causa de nossa morte! Isto é um flagelo, lá pelo outro mundo, a gente ignorar a causa do nosso desaparecimento dentre os vivos!

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1896, contracapa.

Trabalha-se, neste estudo, também, com a hipótese de, por as notícias correrem rapidamente, o discurso se tornaria homogêneo, ainda que nem todos soubessem ler: Conforme Coruja, *na vila de Porto Alegre, então como uma terra pequena, e não se tratando de política como hoje, havia muito quem se ocupasse da vida alheia*⁸¹. Só aos poucos Porto Alegre foi tomando ares de cidade⁸², esboçando seu desenvolvimento. Essa possível disseminação das informações permitiria a instalação da polêmica criada em torno dos temas que envolviam a moralidade, o que torna provável a aplicação da hipótese de agendamento: os assuntos direta ou indiretamente relacionados podem pautar a agenda diária do leitor bem como

⁸¹ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Op. Cit., p.57.

⁸² Francisco Riopardense de Macedo apresenta uma definição de cidade: *como espaço ela é um corpo constituído por órgãos diversos, adequados (mais ou menos) para realizarem determinadas funções. Como realidade no tempo ela é um organismo onde as funções se exercem relacionando o homem com a terra, promovendo o desenvolvimento. Desenvolvimento é um crescimento de duplo sentido, é aumento em quantidade e qualidade. Cresce a população, cresce o espaço, multiplicam-se as necessidades e os equipamentos. Neste sentido, podemos afirmar que a cidade é um organismo que se realizou no tempo pela somatória de experiências (necessidades), determinantes do crescimento em quantidade e qualidade dos equipamentos e espaços necessários à vitalidade de sua população* (MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1993, p. 9 / 10).

daqueles que o rodeiam, uma vez que se tornaram temas de conversações diárias, diante da insistência da Gazetinha em publicar as ocorrências.

O processo de desenvolvimento urbano, observado em Porto Alegre, na tentativa de ordenamento e de modernização, entretanto, não ocorreu ao acaso. Em fins do século XIX, o Rio Grande do Sul sentiria os efeitos políticos, econômicos e sociais decorrentes da Revolução Federalista, com reflexos também em Porto Alegre, que passava por uma sucessão de transformações. Em um momento em que parte do mundo ocidental vivia uma fase de crescimento urbano pós-revolução industrial, a até então pacata capital do Estado do Rio Grande do Sul revelava movimentos, ao se aproximar do século XX.

Em termos políticos, o Brasil ingressara, há pouco, na República Velha (também chamada de Primeira República) que se estenderia de 1889, marco da Proclamação da República, a 1930, ano que assinalou a subida de Getúlio Vargas ao poder, por intermédio da Revolução de 30. Os primeiros anos da República, no Brasil, foram marcados por desavenças políticas, fraudes eleitorais e disputas de poder. O Rio Grande do Sul, dono de uma imagem, hoje construída, de território politizado, não ficaria fora deste processo. Assim, ao mesmo tempo em que a capital do estado viveu um movimento de modernização, com os problemas sociais dela decorrentes, também vivenciou episódios de violência, a partir do momento em que Porto Alegre fora palco da Revolução Federalista, entre os anos de 1893 e 1895, quando tem início este período de análise.

A revolta, instaurada em 1893 pela desavença entre os chamados *castilhistas* (ou *pica-paus*) e os *federalistas* (ou *maragatos*), teve seus princípios por volta de 1891, quando da elaboração da nova Constituição. Naquele mesmo ano, o Rio Grande do Sul passava a ser comandado por Júlio de Castilhos, sob forte influência dos ideais positivistas, a partir da doutrina de Augusto Comte. No entanto, com a queda de Deodoro da Fonseca⁸³, que havia fechado o Congresso Nacional

⁸³ Segundo Sérgio da Costa Franco, algumas medidas tomadas por Deodoro da Fonseca comprometeram o governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, uma vez que este o vinha apoiando: *quando a 3 de novembro o Mal. Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, a ebulição que se seguiu à dissolução criou o clima desejado pelos adversários de Castilhos, para a desforra que ambicionavam. Castilhos tivera responsabilidade na escolha de Deodoro. Por ele, se batera no Congresso, e, em razão disso, cavara inimizades dentro do próprio partido. (...) Enquanto no Rio, ao*

na promessa de revisão da Constituição e de fortalecimento do Poder executivo e da União, Castilhos foi deposto em 3 de novembro de 1891. Instalou-se um governo provisório, que ficou conhecido como *governicho*, formado por republicanos dissidentes⁸⁴, organizados no Partido Republicano Federal⁸⁵. O frágil *governicho* viria a cair pouco tempo depois, por meio de uma reação castilhista, e em 1893 Júlio de Castilhos retomou o poder:

À medida em que se revelava a decomposição do *governicho* e sua incapacidade em assegurar a ordem legal no Estado, o Marechal Floriano, com a reserva que lhe era característica, adotava uma atitude de cautelosa expectativa, que inevitavelmente favoreceria a oposição castilhista. O presidente da República não admitia que Silveira Martins restabelecesse sua hegemonia política no Estado, seja porque o suspeitasse do partidário da restauração monárquica, seja porque repelisse a bandeira parlamentarista do tribuno liberal, seja porque temesse sua tremenda força carismática.

Quando Floriano se apercebe de que a dissidência é incapaz de comandar o barco, envia um emissário ao Rio Grande, para, entre outros objetivos, entender-se pessoalmente com Julio de Castilhos. Foi, então, concertado o plano que levaria novamente o Partido Republicano histórico ao poder⁸⁶.

A Constituição de 1891 previa, entre outros aspectos, maior autonomia para os estados, para que pudessem elaborar a sua própria Constituição, eleger seus respectivos governadores, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos

*tempo da Constituinte, por mais de uma vez ele instara com Deodoro por uma recomposição do gabinete, de forma a assegurar ao Governo da União o concurso de republicanos autênticos, afastados os adesistas da undécima hora que predominavam no Ministério de Lucena, a começar por este mesmo. Note-se que os republicanos rio-grandenses não constavam com uma única Pasta no gabinete. (...) No correr do ano de 91, ante o aguçamento da crise cambial e financeira, e da oposição no Parlamento, Castilhos previra a possibilidade de um desfecho funesto para a administração de Deodoro. Cuidara, então, de estruturar o Estado e de garantir-lhe a segurança interna, visando torná-lo imune aos terremotos que afetassem o Governo do centro. (FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: ed. Da Universidade / UFRGS, 1998, p.107-108) Boris Fausto salienta que o êxito dos planos de Deodoro dependia da unidade das Forças Armadas. Isso, como sabemos, não ocorria. Ante a reação dos florianistas, da oposição civil e de setores da Marinha, Deodoro acabou renunciando, a 23 de novembro de 1891. Subiu ao poder o vice-presidente Floriano Peixoto (FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997, p.254).*

⁸⁴ Formou-se uma espécie de triunvirato, formado pelo General Manoel Luís Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil, depois substituídos pelo General Barreto Leite, que revogou a constituição e convocou novas eleições.

⁸⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. *Op. Cit.*, p.114.

⁸⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. *Op. Cit.* p.129. Júlio de Castilhos deu início a uma campanha para retornar ao poder, encontrando, para isso, grande espaço no jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense. Segundo Moacyr Flores, *Floriano resolveu apoiar Castilhos porque o Partido Republicano era monolítico e disciplinado, o que não acontecia com os liberais, que se dividiram na luta pelo poder e não tinham a orientação segura* (FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996, p.154) .

e possuir suas próprias forças militares⁸⁷. Dentre o grupo de políticos que assinaram o documento, estavam Júlio de Castilhos, Antonio Augusto Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado e Ramiro Fortes de Barcellos.

Em 1892, foi fundado, por Gaspar Silveira Martins, um antigo monarquista, o Partido Federalista do Rio Grande do Sul, que acabaria por incitar o movimento. O grupo defendia a revisão da Constituição de 1891, buscando um fortalecimento do Brasil como União Federativa e a instauração de um governo parlamentar.⁸⁸ A constituição previa a concentração de poderes no Executivo, ficando o Legislativo encarregado apenas de aprovar a legislação financeira. Não existiam limites à reeleição do presidente do estado, como eram chamados os atuais governadores, o que conferia ao governo castilhista ares de autoritarismo. Formava-se, assim, o forte antagonismo entre Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins: de um lado, os *castilhistas* e, de outro, os *federalistas*. Segundo Sérgio da Costa Franco,

nem ele [Martins], nem Castilhos, eram homens de transigências e de acomodações. Representavam facções que se haviam extremado numa posição irreversível, eram o *velho* e o *novo* na política rio-grandense, na iminência de um conflito final e decisivo. Donos de personalidades dominadoras, ambos profundamente convencidos de estarem com a razão e a verdade, ambos convictos de liderarem maior parcela da opinião pública, Castilhos e Gaspar eram inconciliáveis. Os dois se admiravam e até certo ponto se respeitavam. Mas Júlio de Castilhos, ao menos, estava deliberado a liquidar, de uma vez por todas, a liderança política de Gaspar suas tradições e seus métodos⁸⁹.

Para o autor, essa oposição não se formou apenas no momento de implantação da nova Constituição. Afinal, como foi observado anteriormente, a época era não apenas de movimentação urbana e cultural, mas especialmente de

⁸⁷ **Constituição de 1891.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao91.htm> Acesso em 12/05/2007. Exemplo da desejada autonomia dos estados era o artigo de nº 5, que incumbia a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

⁸⁸ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p.255.

⁸⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. *Op. Cit.*, p.127.

disputas no campo político. O momento de transição dos tempos de Império para a nova República mostrou-se, portanto, tenso:

A rebelião nasceu do ressentimento do grupo gasparista apeado ao poder em 1889, a quem Castilhos negou qualquer possibilidade de composição ou transação política, assim como de outras facções, lideradas por Silva Tavares, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, as quais, pelo envolver dos acontecimentos, se foram incompatibilizando com os republicanos ortodoxos. A ascensão dos castilhistas correspondera a modificações na hierarquia social. Boa parte do eleitorado republicano provinha de setores da classe média, que o regime eleitoral do Império privava do exercício do voto, por não alcançar os mínimos de renda previstos em lei. Sendo numericamente débeis em alguns municípios, os castilhistas tinham apelado, ao preenchimento de funções públicas, para indivíduos de baixa classificação social, o que afrontava as elites dirigentes locais. Outrossim, a manipulação do voto através de um regime eleitoral que em tudo favorecia ao situacionismo, cortara cerce as possibilidades de vitória dos antigos e prestigiosos caciques municipais do partido gasparista⁹⁰.

O conflito armado, deflagrado em 1893, estendeu-se pelos estados de Santa Catarina e Paraná e sofreu interferências da presidência da República, na figura de Floriano Peixoto, que enviou tropas ao Rio Grande do Sul. Devido à gravidade do movimento, a rebelião adquiriu âmbito nacional rapidamente, ameaçando a estabilidade do governo rio-grandense e mesmo do regime republicano em todo o país. Segundo Boris Fausto, *desde o início da luta, Floriano colocou-se ao lado do PRR, embora Júlio de Castilhos tivesse sido partidário de Deodoro. As tropas do governo federal tiveram o apoio financeiro de São Paulo e de sua bem organizada Força Pública*⁹¹.

⁹⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. *Op. Cit.*, p.141. O autor ainda salienta que de outro lado, não é exato que a rebelião visasse à restauração da Monarquia, como acreditavam e sustentavam os castilhistas. Segundo escreveu Ruy Barbosa na época, a restauração já era um cadáver, para o qual estava morta a glória e estava morto o poder. O ideal monarquista, salvo para saudosistas empedidos, não podia encontrar formulação prática e fundamentação racional (p.141).

⁹¹ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 256. O autor ainda salienta que Marechal Floriano encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no exército e na mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada 'República dos Fazendeiros', liberal e descentralizada, que via com suspeitas o reforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que se poderia prever, houve na presidência de Floriano um acordo tático ente o presidente e o PRP. As razões básicas

Uma das práticas mais violentas da Revolução Federalista foi a da Degola, já ao final do conflito. Houve pelo menos 10.000 mortos e incontáveis feridos. A prática da degola dos prisioneiros não foi rara por ambos os opositores, adquirindo o caráter revanchista e tornando a revolução um dos episódios mais sangrentos da trajetória histórica do Rio Grande do Sul, que entrou para o imaginário coletivo dos rio-grandenses.

O ano de término do conflito, 1895, coincidiu com o marco cronológico inicial deste estudo. A Gazetinha, naquela ocasião, se mostrava favorável aos republicanos, embora, anos/momentos depois, em 1897, já teceria críticas à forma como a República fora estruturada no Brasil – e, em especial, no Rio Grande do Sul. Em 1895, foram publicadas edições ilustradas da Gazetinha, em homenagem a mortos em episódios do conflito, tais como o Coronel Manoel Pedroso de Oliveira e Utalis Luppi, mortos em combate no Rio Negro. Em texto que exaltava mártires da Revolução, o jornal assinalou:

Não há melhor argamassa que o sangue dos heróis! O edifício da República a contém e por isso está seguro, fazendo triunfante face a todas as oposições que contra ela possam aparecer, certos de que não terão tão longo domínio como o dessa campanha, travada nos campos rio-grandenses, desolados com seus habitantes em fuga e seus lares incendiados pela mão criminosa dos bandidos impunes⁹²

No mês de janeiro de 1896, construiu-se uma imagem bastante positiva da república castilhistas nas páginas da Gazetinha. Ao longo do texto, que não foi assinado, pressupõe-se que, naquele momento, o jornal estivesse ao lado do poder público, ao dizer que a República seria *nosso santo ideal*, mostrando-se esperançoso quanto ao panorama que vinha se formando no estado e no país:

O governo que temos, felicitando o país inteiro, concedendo ao povo as mais amplas garantias na larga esfera de seus direitos que têm vida livre de toda e qualquer peia prisioneira, levantando o nosso crédito no exterior, frutificando em resultados de alta relevância, pode contar, sendo defensor extremado da República – nosso santo ideal – com a nossa dedicação e vida se esta for

para isso foram os riscos, alguns reais, outros imaginários, que corria o regime republicano. A elite política de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar (p.254).

⁹²

Gazetinha, Porto Alegre, 8 de dezembro de 1895, ano V, n° 28, pág. 2.

também exigida e precisa no momento da reação á cacete á malta hidrófoba, de cães que latem desesperados, roídos pelo abandono em que ficaram desprezados, sem a migalha magra atirada ao chão, da mesa imperial onde sentavam-se aqueles que tripudiavam sobre a dignidade e honra nacionais.

É preciso confiar muito na República, ela tem em cada coração de brasileiro amigo da Pátria um baluarte resistente a todas as investidas da cadela corrida, da restauração de uma monarquia podre de vícios⁹³.

Já em 1897, apesar de continuar ao lado da República, a Gazetinha se mostrava decepcionada com os rumos que foram tomados em tempos pós-revolução. O jornal, que sempre se colocara ao lado do povo (fazendo questão de reafirmar este posicionamento em vários espaços das edições, durante o período de análise deste estudo), argumentou que as esperanças populares estavam sendo perdidas. Por esse motivo, publicou-se um *Manifesto do Partido Socialista – Ao Povo!*, comentado em outro momento deste estudo. No texto, fica clara a frustração das expectativas criadas momentos antes, na euforia dos tempos de revolução. Assim, a Gazetinha, em texto assinado por um grupo de intelectuais – dentre os quais se encontrava o diretor do jornal, Otaviano de Oliveira –, salientava que uma minoria da população vinha sendo privilegiada pelos governantes, enquanto que os setores populares continuavam explorados, razão pela qual seria necessária uma profunda mudança na estrutura política do Brasil e do Rio Grande do Sul:

Quando um povo sente a derrocada terrível de suas esperanças mais nobres, quando ele vê que o seu bem-estar é desprezado ou combatido mesmo, quando ele encontra em cada governante, em vez de um servidor dedicado e fiel, um senhor que se coloca muito alto demais para que se possa ouvir suas reclamações pacíficas, este Povo ou atira-se à rebeldia em que se destrói inconscientemente ou vai se deixando apossar pouco a pouco pelo desânimo, tornando-se afinal inútil a si mesmo e à humanidade.

Desgraçadamente, em circunstâncias algo semelhantes, encontra-se o Brasil e especialmente o Rio Grande do Sul.

Povo tradicionalmente entusiasta pela Liberdade e pelo progresso, o rio-grandense foi um dos que, sob o regime da monarquia, bem poucas simpatias demonstraram por essa forma de

⁹³ Gazetinha, Porto Alegre, 26 de janeiro de 1896, ano V, n° 38, capa.

governo impossível se ser tolerada com agrado pelas nações amantes da civilização moderna porque é a anulação da soberania popular⁹⁴.

No mesmo texto, a Gazetinha se posicionou sobre a situação política nacional, clamando por mudanças. O jornal considerava que se formara, no país, uma forma autoritária de governo, logo após a proclamação da República, em 1889, frustrando as expectativas na medida em que as diferenças entre os tempos de monarquia e a nova República não se mostravam tão grandes:

Crente de que somente a forma republicana poderia dar-lhe a felicidade almejada, quando as classes armadas proclamaram-na inesperadamente, ele, conquanto se mostrasse estupefato, não teve um protesto, um leve movimento de desgosto sequer, ao recebe-la como uma dádiva.

No entanto, mau grado seu, com o regime sucessor da soberania de um homem inviolável e sagrado não lhe veio a felicidade ansiosamente desejada, porque à esta soberania substituiu uma outra que não é sua. (...)

A forma de governo vigente herdou muita cousa prejudicial de sua antecessora; urge que, em vez de deixá-la a ir-se assemelhando a esta, tratemos de influenciar para que se torne progressista sempre, aperfeiçoando-se consecutivamente, livrando-se da tutela das classes privilegiadas, extinguindo privilégios, estabelecendo a igualdade, para que o mais breve possível chegue, como convém, a ser o verdadeiro regime do Povo pelo Povo, a República Democrática Social.

Não há outro caminho a trilhar⁹⁵.

O período que se seguiu durante e após a Revolução federalista foi marcado por tentativas de reestruturação e de investimento. Percebe-se, a partir de então, um planejamento no sentido de tornar o estado do Rio Grande do Sul, como

⁹⁴ Gazetinha, Porto Alegre, 1º de maio de 1897, capa.

⁹⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 1º de maio de 1897, capa. O texto finaliza dizendo que *o sistema republicano adotado no Brasil pouco dista dos monárquicos envernizados com uma leve camada de democracia: o presidente da República é um imperador temporário, os presidentes de Estado são uns suseranos e o Povo é o vassalo de todos; assim como outrora nos antigos regimes influíam sobre os governantes a nobreza e o clero também influem hoje, aqui, a espada e o capital. O vassalo afinal é sempre o povo, o que trabalha, o que produz, o que faz o progresso, o que paga em benefício apenas de uma insignificante minoria improdutiva para o desenvolvimento moral e material da humanidade.*

sinal dos novos tempos. Ainda que Júlio de Castilhos trouxesse consigo a alcunha de autoritário, até 1898 deu seguimento a uma proposta de reorganização do Estado, onde faria parte um investimento em melhorias dos equipamentos urbanos.

Esse processo de modernização foi acompanhado por Porto Alegre. Em 11 de abril de 1894, o Ato n° 33, de autoria da Intendência Municipal, criou o cargo de fiscal da higiene, para atender aos problemas de saúde pública, os quais estavam diretamente ligados ao planejamento urbano. A proposta de higienização, na tentativa de sanar os graves problemas de saúde pública, visava a uma limpeza total das ruas – sujas e mal-iluminadas. Ao mesmo tempo, foram abertas ruas e surgiram novos bairros. Como consequência desse processo, também aumentou o desejo por uma arquitetura urbana mais elaborada, que primasse pela beleza, pela funcionalidade do trânsito, pela segurança e pela saúde.

A preocupação com o saneamento básico e as novas construções motivou a elaboração de um regulamento, de polícia, higiene e de Diretoria de Obras do Município de Porto Alegre, em 1896. A partir de então, buscava-se a extinção dos cortiços. Do processo de limpeza das ruas também fazia parte tirar de circulação os indivíduos *turbulentos, desordeiros e vagabundos*⁹⁶.

O crescimento era percebido não apenas em termos de estrutura física, mas também em termos de contingente populacional, fruto de uma dinamização da economia local, conforme salienta Sandra Pesavento:

A população aumentava, e isto se devia tanto a sua posição privilegiada – na encruzilhada dos caminhos que ligavam o litoral ao interior e aos Campos de Viamão, ao norte, com o sul da província –, quanto ao desenvolvimento comercial do seu porto. Esta animação de barcos, mercadorias e comerciantes nacionais e estrangeiros adquiria um novo impulso com a chegada dos imigrantes: primeiro, os alemães e, posteriormente, os italianos. Mesmo que se destinassem prioritariamente à zona colonial, no Vale do Rio dos Sinos e na Encosta da Serra, muitos ficaram na cidade, dando um quê de cosmopolitismo à *urbs*, com seus hábitos e costumes diferentes. Estrangeiros e gente do interior também procuravam a maior cidade do Rio Grande, que transbordava para além da linha primitiva das velhas fortificações do século XVIII, já demolidas, mas que persistiam no imaginário social a delimitar a verdadeira cidade

⁹⁶ PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.267-269.

das zonas de arrebalde e suburbanas. O fato de ser a capital motivava o inchamento das camadas médias, compostas de funcionários públicos, e o desenvolvimento comercial do seu posto avolumava os negócios, que se diversificavam em estabelecimentos bancários e pequenas empresas⁹⁷.

Após o conturbado momento vivido, fazia-se, portanto, necessário um projeto de modernização. Contudo, esses ares de prosperidade e civilização aguçaram um efeito de desigualdade social. À margem de uma classe média que vinha sendo formada, criou-se, também, uma massa de indivíduos excluídos, somando-se aos efeitos sociais da falta de colocação no mercado de trabalho dos escravos libertos após a Abolição:

O mundo dos excluídos se constitui em face daqueles que partilham da inclusão numa ordem dada, e é ante a imposição e legitimação desta que se concebe a desordem, da mesma forma que a noção de *bárbaro* ou *selvagem* tem por referência a concepção dos *civilizados*. Como construções imaginárias de ordenamento e partilha do mundo, cidadania e exclusão são conceitos que têm uma longa história e que se explicitam na construção da *diferença*⁹⁸.

A própria construção da cidadania, naquele momento, perpassava pelos padrões tidos como ideais. A Primeira República trouxe entraves ao processo de participação política, entendendo que nem todos os indivíduos se encontravam aptos a se fazer ouvir. Mulheres, mendigos, analfabetos, *vagabundos*, homens de baixa renda encontravam-se excluídos das decisões. Não se pode esquecer o forte preconceito racial ainda remanescente na cidade: *a Porto Alegre do final do século XIX se quer bela, higiênica, ordenada e... branca*⁹⁹. O momento deflagrou uma democracia limitada e elitizada.

Ao longo da História, os excluídos do processo civilizatório foram ocultos pelos grandes meios de difusão da informação. O silêncio – o não-dito –

⁹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.14-15.

⁹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade. *Op. Cit.*, p.7.

⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade. *Op. Cit.*, p.16.

revela preocupações em não evidenciar problemas existentes. Em determinados momentos, contudo, as diferenças sociais se fizeram sentir. Assim o foi com a Revolução Francesa, que eclodiu em 1789 sob influência dos ideais iluministas, e com a Revolução Russa, de 1917, cujos princípios seguiam a cartilha socialista. Na Porto Alegre do final do século XIX, os excluídos ocuparam as páginas dos jornais e essas diferenças saltavam aos olhos; não por meio de revoltas armadas, mas apontando indivíduos excluídos, desta vez, como responsáveis por um estado de desordem. Criaram-se estigmas, especialmente pela mídia. A Gazetinha foi parte integrante desse processo, para o qual se utilizou do *agendamento* de temas polêmicos envolvendo esses indivíduos, em cuja técnica se debruça a análise desse estudo. Assim, os excluídos viraram pauta de um discurso midiático que, por intermédio da *hipótese de agendamento*, pautaram a agenda diária do leitor que, na próxima edição, já esperava encontrar ao menos uma nota sobre o polêmico tema em debate. Segundo Pesavento,

no momento do final do século, a visibilidade dos indesejados se impõe. Pela sua presença crescente, pela sua expressão quantitativa e pela ameaça de, qualitativamente, destruírem ou ameaçarem o padrão civilizacional desejado, eles tornam-se perigosos. Passam a ser nomeados como alvo de uma batalha sem tréguas, pois são o inimigo na trincheira¹⁰⁰.

Na fala da Gazetinha, um discurso de *vagabundagem* foi elaborado em relação às mulheres, já que bordéis e casas de jogo se proliferavam, acompanhando o crescimento de Porto Alegre. Esse tema aparecia em diferentes espaços do jornal, construindo inferências, inclusive, sobre os anúncios publicitários, mexendo com a mentalidade coletiva e com o conhecimento prévio já definido, culturalmente, sobre os papéis sociais definidos para a mulher. Foram técnicas midiáticas aplicadas e reforçadas pelos próprios ideais positivistas em voga no período, quando caberia à mulher a função *nobre* e bem específica de ser mãe e esposa.

¹⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatamy. Uma outra cidade. Op. Cit., p.12. A autora ainda salienta que a única possibilidade de redenção destes perigosos indivíduos *será pelo trabalho e a tutela de um patrão, mas, mesmo assim, a condição de pobreza é associada aos perigos, e estes, ao vício, ao crime e à maldade. A figura do mau pobre se constrói em termos da exposição de uma figura inquestionável pela sua força expressiva. Se miserável, esta condição é decorrência da vagabundagem* (p.12-13).

Para que seja possível entender o emprego dessas técnicas, é preciso conhecer o contexto cultural em que surgiu a Gazetinha. Além de um desenvolvimento urbano significativo, ainda que em meio a um conturbado cenário político e social, a segunda metade do século XIX marcou, em Porto Alegre, uma movimentação cultural interessante. Circulavam publicações independentes e vinculadas a partidos políticos, promovendo debates acerca dos mais variados assuntos e registrando novas formas de sociabilidade.

1.2 O crescimento da imprensa local e o papel da Gazetinha

A partir da segunda metade do século XIX, no Brasil, assinalou-se, na trajetória da imprensa nacional, o jornalismo literário abrindo espaço para que os homens de Letras alcançassem veiculação de suas propostas e produções literárias. Segundo Athos Damasceno Ferreira, no Rio Grande do Sul,

a partir da 2ª metade do século XIX, uma imprensa literária, inspirada e atuante, anima com sua presença, que se fez constante até o fim da Centúria, a vida intelectual da província. Veículo de difusão cultural acessível por excelência a toda classe de leitores, esse prelo jornalístico, como também o denominado político e noticioso – convém assinalá-lo desde já – ganha corpo entre nós, sobretudo na Capital, visando à valorização do povo com o estímulo a seu gosto pelas Letras, numa época em que a natural carência de meios de toda ordem não podia ser propícia à Indústria, comércio e propagação do livro ¹⁰¹.

A imprensa literária, que experimentou uma movimentação cultural importante na Porto Alegre do período, constituía-se em um espaço significativo para a publicação da produção literária de nossos autores, veiculando, na íntegra, romances, peças teatrais, poesias e contos. Os periódicos, entretanto, não se

¹⁰¹ FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1975, p.13.

restringiam aos textos literários: em suas páginas, encontravam-se crônicas da atualidade, críticas teatrais, biografias dos grandes homens que fizeram a História (bem como textos sobre os grandes eventos históricos, bem ao gosto da visão de História do momento), textos de opinião (como os que discutiam a situação do Ensino na Província, o Abolicionismo e o papel da mulher na sociedade), textos filosóficos, além do retrato da movimentação social e cultural da época.

Percebe-se, por meio dessa pauta, que não se pretendia noticiar os acontecimentos do Brasil e do mundo, mas dar espaço à cultura e à literatura locais. Além do mais, encontram-se discursos moralizadores e mantenedores de uma ordem social vigente. Os homens que faziam a imprensa literária, em grande parte, eram professores e funcionários públicos que acumulavam as funções de jornalistas, literatos e dramaturgos – possuidores de um discurso legitimado na época: o masculino. Suas imagens de mulher, que apareciam na produção literária veiculada nos periódicos e nas crônicas de cotidiano, geralmente respeitavam a manutenção dos padrões vigentes. Representavam negativamente mulheres cujo comportamento fugia desse modelo ideal. No conteúdo daquela imprensa, a boa esposa – cuja sublime missão era a maternidade – deveria se dedicar inteiramente à família. Na condição de mãe e de esposa amantíssima, a mulher assumiu uma imagem quase sacralizada. No intuito de garantir a manutenção desse modelo, recomendava-se a vigília constante das moças solteiras. De acordo com Luiz Henrique Torres, *constata-se que os moldes buscados para a criação intelectual transferem-se ao território sulino os parâmetros do Romantismo e que servem de orientação para o desenvolvimento da literatura brasileira*¹⁰².

O que se pode perceber, portanto, é que a imprensa do século XIX assumiu um papel educativo, diferentemente do representado atualmente, quando se aproxima dos serviços e de uma visão mais ampla de mercado, onde o leitor se torna cliente. Práticas de um jornalismo político partidário, a exemplo dos jornais A

¹⁰² TORRES, Luiz Henrique. A imprensa literária no século XIX e o lugar da Arcádia. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org.). **Imprensa e história**. Porto Alegre: APGH / PUCRS, 1997, p.50.

Reforma¹⁰³ e A Federação¹⁰⁴, conviviam com publicações de caráter literário e com crônicas do cotidiano¹⁰⁵.

Na primeira metade do século XIX, de acordo com Francisco Rüdiger, o princípio da liberdade de imprensa se colocou em contradição com as práticas do período. A violência, naquele momento, tornou-se uma constante na prática jornalística, em função de atitudes dos opositores políticos e das pressões policiais: *os processos criminais, a condenação a penas de prisão, os atentados a bala, o empastelamento de jornais e a destruição de tipografias tornaram-se por isso característicos do processo de formação do jornalismo no Rio Grande do Sul*¹⁰⁶.

Além do problema da violência, a inconstância das publicações também era algo característico no jornalismo da época, conforme Hohlfeldt e Rausch, elemento que perdurou até o final do século XIX: *esta primeira fase se caracteriza pela efemeridade, pela generalizada falta de qualidade das publicações (...) e pela relação de propriedade / editoria de seus responsáveis, ou seja, o publicista é o proprietário de um prelo e de uma coleção de tipos e divulga, em última análise, as suas próprias idéias*¹⁰⁷.

A partir de 1835 ocorreu o desenvolvimento da *imprensa farroupilha*, que apresentou fôlego de publicação durante a Revolução, representada por um conjunto de 52 periódicos, dentre os quais se encontram O Povo, Sentinela da Liberdade e O Constitucional Rio-Grandense, buscando realizar uma propaganda fecunda para os rebeldes¹⁰⁸.

Foi a partir da segunda metade do século XIX, portanto, que teve lugar, no Rio Grande do Sul, a organização da imprensa literária, como referido

¹⁰³ Lançado em 1869, órgão do Partido Liberal.

¹⁰⁴ Lançado em 1884, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense

¹⁰⁵ De acordo com Francisco Rüdiger, *os jornais não se preocuparam concretamente com a informação do público até o final do século XIX. O regime jornalístico dominante, que não pode ser compreendido fora das relações sociais vigentes, seguia as regras e finalidades ditadas pela racionalidade política. O novo jornalismo literário e noticioso procurou romper com essa situação, especializando-se na difusão de notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromisso doutrinário* (RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo** Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998, p.50).

¹⁰⁶ RÜDIGER, Francisco. *Op. Cit.*, p.26.

¹⁰⁷ HOHLFELDT, Antonio & RAUSCH, Fábio Flores. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussões sobre critérios para uma padronização. **Anais do Intercom 2006**: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, UnB, setembro de 2006, p.3.

¹⁰⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa farroupilha**. Porto Alegre: EDIPUCRS / IEL, 1994.

anteriormente, e o jornalismo político-partidário. Para Rüdiger, os riscos da situação violenta que se criaram para a imprensa na primeira metade do século foram

um dos fatores que provocaram o surgimento progressivo de um conceito político-partidário de jornalismo. (...) A pasquinagem foi se tornando cada vez mais problemática, enquanto o sistema partidário consolidava-se como base do regime de governo do país, na medida em que ela podia servir de pretexto para a degeneração deste próprio regime¹⁰⁹.

A imprensa se transformou, a partir de então, em agente orgânico da vida partidária¹¹⁰. Houve uma organização editorial maior, as tiragens aumentaram e o formato do periódico também se modificou, passando-se à publicação no formato *standard*. A distribuição dos jornais também se mostrou mais eficiente, acompanhando um processo de investimento em melhorias dos equipamentos urbanos.

Já a Gazetinha surgiu com uma preocupação mais social e educativa, tendo como responsável Octaviano Manoel de Oliveira¹¹¹. A publicação, de vida curta (maio de 1891 a março de 1900), sofreu alterações ao longo de sua existência. Se, de início, pretendia noticiar os acontecimentos locais e abrir espaço para o desenvolvimento da literatura, aos poucos a crítica e a sátira dos costumes dos porto-alegrenses foram ocupando as páginas do jornal que, em certa medida, tornou-se caricato, ainda que por breve período, mas especialmente a partir de 1895, quando foi lançado o primeiro número ilustrado, a edição de número 22, de 27 de outubro:

Fosse porque o público já desse sinais de cansaço de semelhante gênero de leitura [do caráter até então apresentado pela Gazetinha], fosse porque o momento oferecesse as incursões mais atuais em terreno novo, Octaviano de Oliveira

¹⁰⁹ RÜDIGER, Francisco. Op. Cit., p.26.

¹¹⁰ RÜDIGER, Francisco. Op. Cit., p.28. Para o autor, *os partidos encarregavam-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade* (p.28).

¹¹¹ Eram também responsáveis pelo jornal: Alberto Engel, Francisco Xavier da Costa, Isaac Lima, João Belém, Rodolfo Saint-Clair, Fausto Villanova, Edmundo Carvalho, Djalma Selistre, João Martirena, Deoclécio Carvalho, Marques Leite, Aldano Gomes, Virgílio Duarte, Lúcio Lima, Octávio Dornelles, Juvenil Guimarães (SILVA, Jandira M. da. & CLEMENTE, Elvo & BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986, p.195).

resolve dar outro rumo ao periódico e a ele imprime feição mais condizente com a época ¹¹².

Com as edições ilustradas, buscou-se ampliar o raio de ação do periódico na cidade. O formato do jornal se tornou mais elaborado, mudando, inclusive, o logotipo da publicação, o qual apareceria até o fim das edições. A partir daquele momento, o nome do jornal passava a ter a seguinte apresentação:

Figura 6: **Logotipo da Gazetinha**



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1896, capa.

Apresentando o novo formato, a folha se dirigiu ao público, na edição 22:

Com a publicação desta primeira edição ilustrada, mensal, da gazetinha, começamos a cumprir a promessa que fizéramos aos nossos assinantes no primeiro número de outubro corrente: melhorar materialmente o nosso periódico, o quanto possível.

Continuando, entretanto, a haver notável falta de tipógrafos nesta capital, é-nos impossível enquanto permanecer este inconveniente tornar bimensal o aparecimento desta folha.

No intuito de atender mais prontamente as reclamações dos srs. assinantes, quanto às irregularidades havidas na entrega da Gazetinha, estabelecemos, graças as obsequiosidades do nosso amigo Sr. Abel Tavares dos Santos, uma agencia do nosso periódico na alfaiateria deste cidadão, sito a rua dos Andradas número 333, em frente à Praça Senador Florêncio ¹¹³.

¹¹² FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: Globo, 1962, p.139.

¹¹³ Gazetinha, Porto Alegre, 27 de outubro de 1895, n 22, ano V, p.2.

Bem recebida pelo público com a nova formatação, a Gazetinha passou a ser auto-identificada como um veículo que, além de ilustrado, estava sempre ao lado do *Zé Povinho*, como indicam a ilustração de capa e a charge a seguir:

FIGURA 7: Capa da Gazetinha – o lápis e a pena



“Viva la gracia! Leitor, eis-me aquí de ponto em branco, sem perder o riso franco, da troça do bem humor. / E agora, expansão mais plena, o meu programa vai ter / A crayon hei de fazer o que não fizer a prensa.”

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 27 de outubro de 1895.

FIGURA 8 : A Gazetinha e o Zé Povinho



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 29 de março de 1896.

Segundo Magalhães Júnior, as sátiras, onde se enquadram as charges da Gazetinha, são reflexos do próprio caráter do povo brasileiro: *representam*

formas de desabafo da alma popular contra injustiças sociais ou um meio de aliviar a pressão sob a qual vivemos nas horas de crise ¹¹⁴.

Até o momento do surgimento das edições ilustradas, o periódico era considerado acessível ao público, pelo preço de capa. Em julho de 1895, o número avulso custava \$500 réis. A assinatura anual, 10\$000 réis; a semestral, 6\$000 réis, para um jornal, até aquele momento, publicado somente aos domingos. Em outubro do mesmo ano, surgiram as assinaturas para fora da Capital, ao custo de 12\$000 réis, a anual, e 7\$500, a semestral.

O aparecimento das edições ilustradas, além de melhorar a qualidade da folha, contribuiu para o aumento do número de assinantes. O jornal disse ter recebido uma série de elogios quanto às inovações aplicadas, e resolveu publicar as edições ilustradas quinzenalmente: *sendo o número correspondente ao segundo domingo de cada mês, com alguns anúncios na quarta página a qual também trará críticas de oportunidade. Com as publicações destes anúncios ilustrados, satisfazemos desejos de comerciantes desta praça, subscritores de nossa folha* ¹¹⁵.

O jornal, que construiu sua trajetória auto-intitulando-se protetor do povo (*Zé Povinho*), atribuiu também ao seu público o crescimento da qualidade da publicação, bem como ao próprio desenvolvimento da sociedade porto-alegrense da época, em termos de cultura e economia, como se as inovações do jornal acompanhassem essas mudanças:

Vêm pois os leitores que o nosso intuito não é somente fazer da Gazetinha uma fonte de receita, porém melhorando-a dia-a-dia, a medida do auxílio que o público vai benevolmente concedendo-lhe, torná-la cada vez mais interessante e digna do adiantamento da sociedade em que vivemos.

¹¹⁴ R. MAGALHÃES JÚNIOR. **Antologia de humorismo e sátira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1998,

p.5.

¹¹⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 10 de novembro de 1895, n 24, ano V, p.2.

Atualmente, nesta capital, é a Gazetinha o único jornal que publica duas edições ilustradas, por sua vez, e, conforme temos dito, desde que cesse aqui a falta de pessoal tipográfico que nos últimos tempos tem se tornado excessiva, publicaremos a nossa folha bi-semanalmente, aumentando-lhe então a parte noticiosa.

Continue o nosso público, como até hoje, a dar-nos a sua benévola coadjuvação e, garantimos, o que aí prometemos será cumprido dentro de muito pouco tempo ¹¹⁶.

Em função dessas alterações, a partir de janeiro de 1896 o preço das edições e assinaturas foi aumentado. O número avulso passou a custar \$200 réis, sendo a edição ilustrada mais cara, ao preço de \$500 réis. A assinatura, para a capital, passou para 14\$000 réis ao ano, e 8\$000 réis, o semestre. Para fora da capital, a assinatura anual chegava a 16\$000 réis, e a semestral, 9\$000 réis. Esses valores permaneceram inalterados até o ano de 1897, ano limite para o foco deste estudo. Cabe lembrar que o jornal passou a ser publicado aos domingos e às quintas-feiras, o que sugere o aumento do público leitor, justamente no período em que a Gazetinha *agendou* a campanha de saneamento moral. Quando ocorreram essas alterações, o jornal se dirigiu ao público, buscando fazer as devidas justificativas, especialmente com relação ao aumento das despesas. Prometeu, no entanto, seguir com as temáticas sociais, as denúncias de irregularidades, sempre no intuito de estar ao lado do povo. Naquela ocasião, portanto, a Gazetinha fez uma nova apresentação ao público, reafirmando seus compromissos, ao mesmo tempo em que comentou as modificações aplicadas:

No empenho de bem servir aos nossos dignos favorecedores tomamos no ano presente o alto compromisso de dotar com alguns melhoramentos a nossa folha, que temos orgulho em dizê-lo, não tem deixado até hoje de corresponder ao favor público que nos incita a perseguir na senda traçada no jornalismo da capital.

A Gazetinha, fora a sua feição política que é hoje a de sempre – republicana, prodigalisa aos seus numerosos favorecedores, variada leitura, tocando diversos ramos, quer literários, quer de poesia ou de crítica, pois para isso conta com escolhido pessoal de colaboração. (...)

Uma vez por mês será ilustrada a Gazetinha, que será empenhada em fazer uma galeria de retratos de beneméritos rio-grandenses falecidos ou vítimas, lamentadas sempre da revolução

que nos assoberbou durante três longos anos de morticínios os mais cruéis e de lutas as mais acirradas [a Revolução Federalista], onde foi posto à prova o heroísmo dos filhos desta terra gloriosa que em dias infelizes lutosos, não desmentiu uma vez sequer, o passado honroso que tem. (...)

O nosso noticiário será mais vasto d'ora avante, prometendo uma reportagem digna deste nome, além das diversas seções sobre ocorrências policiais, diversões, teatros, prados, conselhos úteis, etc¹¹⁷.

O jornal terminou sua apresentação dizendo acreditar que sempre poderia contar com o apoio dos poderes públicos em sua nova empreitada:

Tão bem intencionados como estamos é de crer que a proteção pública não nos falte, antes venha em nosso auxílio, de modo a causar-nos um justíssimo orgulho sobre o nosso merecimento de lutadores que não conhecem espécie alguma de fadiga, a tolher-nos os passos na estrada por onde enveredamos certos dos deveres que nos assistem e das obrigações que temos tomado para com o público¹¹⁸.

O preço do jornal, se comparado com o de produtos vendidos na época e o de serviços oferecidos, sugere sua acessibilidade à população. Era recorrente a publicação de tabelas de produtos vendidos em armazéns e os valores cobrados por hotéis e restaurantes na contracapa da Gazetinha. Esses dados permitiram estabelecer uma confrontação de valores e perceber que o preço de capa não ultrapassava o custo de produtos alimentícios consumidos diariamente pelo público em geral. Ao se comparar o preço da edição ilustrada do jornal (\$500 réis, o que permaneceu inalterado entre os anos de 1896 e 1897) com os produtos do armazém de secos & molhados *Casa F. Maisonnave*, percebe-se, por exemplo, que se aproximava do custo de 1kg de farinha de trigo. O preço da edição tradicional era ainda mais baixo (\$200 réis), o que tornava o periódico bastante acessível:

Tabela 3: Preços anunciados pela Casa F. Maisonnave

Produto	Preço
---------	-------

¹¹⁷ Gazetinha, Porto Alegre, 5 de janeiro de 1896, n 32, ano V, p.2.

¹¹⁸ Gazetinha, Porto Alegre, 5 de janeiro de 1896, n 32, ano V, p.2.

Arroz Nacional – 10 kg	5\$900
Azeite dendê – 1kg	2\$000
Lata de atum	\$600
Cerveja Baviera – garrafa	1\$800
Farinha de trigo – 1 kg	\$600
Lata de leite condensado	1\$400

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 6 de maio de 1897, n 2, ano VII, contracapa

Quando comparados os custos das edições com os serviços prestados, por exemplo, pelo Hotel e Restaurante do Comércio – que anunciava os valores das refeições oferecidas para hóspedes e público geral na contracapa da edição 83 da Gazetinha – percebe-se que o valor unitário do jornal era bastante módico. Pode-se tomar como exemplo, também, um bilhete de loteria cujo valor anunciado no jornal somava 3\$000 réis:

Tabela 4: Refeições do *Hotel e Restaurante do Comércio*

Serviço oferecido	Preço
Almoço e jantar para 1 pessoa (público externo)	55\$000
Almoço (público externo)	30\$000
Jantar com sobremesa (público externo)	35\$000
Almoço e jantar para 1 pessoa (público interno)	50\$000
Almoço uma vez por dia (público interno)	30\$000
Jantar (público interno)	30\$000
A la minuta, prato	\$800

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1897, n 83, ano VI, contracapa.

Em 1896, ao entrar em seu sexto ano de existência, a Gazetinha comemorou as vitórias alcançadas e os apoios recebidos, especialmente do público leitor, que teceu elogios e parabenizou a redação do jornal pelo seu aniversário. Na capa da edição comemorativa, ressaltaram as dificuldades da prática cotidiana da imprensa no Brasil, o que tornou o entusiasmo em torno da data ainda maior. O que

se percebe, em várias edições e, naquele momento, salientado mais uma vez, o espaço sempre reservado no jornal para sua auto-apresentação ao público: um reforço de suas propostas, de suas características, de seu papel social, da inovação de suas edições ilustradas:

Só mesmo quem sabe o que é vida de imprensa, quem conhece as vicissitudes por que passa um jornal do caráter deste, pode compreender amplamente a intensa alegria que inunda-nos a alma ao publicarmos o número inicial do sexto período anual da Gazetinha. (...)

Dos jornais sul-brasileiros de feição humorística, dizemos sem o mínimo temor de contestação, tem sido o nosso o único que em cinco anos de existência há conseguido progredir com segurança, sem renegar a sua missão característica ¹¹⁹.

A partir de 1897, o jornal sofreu novas alterações, não mais sendo publicado com as edições ilustradas, mas voltando-se a temáticas de cunho mais político, atacando constantemente o partido de Júlio de Castilhos. A circulação do jornal, porém, aumentava. Se antes a folha circulava às quintas-feiras e aos domingos, agora se tornava publicação diária. Uma questão, entretanto, permanecia ser o centro das atenções da Gazetinha naquele espaço de dois anos: a preocupação com o avanço da imoralidade, a fraca segurança pública e a prostituição em Porto Alegre.

A abordagem de temas semelhantes ganhou força em meados do ano de 1895, em função da utilização do material visual de que a publicação passa a dispor naquele momento. Demonstrou-se uma preocupação muito grande com as mudanças que a cidade vinha sofrendo: com seu crescimento, modificaram-se os comportamentos. Com o incremento da vida noturna, proliferaram os bordéis, parte deles servindo de espaço de trabalho para mulheres negras em um período pós-abolição da escravatura (ocorrida em 1888). Ao mesmo tempo, surgiram críticas à limpeza urbana e à manutenção da ordem nas ruas. As temáticas passaram a ser veiculadas de forma interligada: o problema social, de saúde pública e de segurança – onde se incluía a prostituição, de acordo com a representação feita pela Gazetinha. A crítica ao *vício*, à desordem nas ruas, à moral do cidadão porto-alegrense eram questões abordadas em textos de capa, colunas, charges e mesmo

¹¹⁹ Gazetinha, Porto Alegre, 3 de maio de 1896, n 1, ano VI, capa.

propagandas do jornal entre os anos de 1895 e 1897. Ainda que a Gazetinha se intitulasse como jornal sempre ao lado do *Zé Povinho*, muitas vezes criticava sua conduta e suas atitudes.

Em 1897, o jornal deixou de publicar as seções ilustradas, embora o tom crítico em outros espaços do veículo continuasse presente. Conforme assinala Athos Damasceno Ferreira, entretanto, a fala do jornal se tornava mais política, o que acabou por contribuir para o fim da publicação. Os constantes ataques a Júlio de Castilhos atraíram a ira das autoridades e as ameaças a Octaviano de Oliveira começaram a aparecer, levando-o a fechar o jornal em 1900:

Recolhendo a armadura amassada, levou também a seu arquivo privado o popular título da folha com que, durante sete anos e tanto, dera à população de Porto Alegre literatura e charge de apreciável qualidade ¹²⁰.

O fato de a Gazetinha não apresentar longo período de publicação não foi exceção na época. Foram muitos os jornais, de pequeno e grande porte, que tiveram espaço de publicação, mas a grande maioria não alcançava longa vida. Isso muito se deveu às próprias características de Porto Alegre no decorrer do século XIX, aos moldes do que também ocorria no restante do país. O jornalismo se apresentara como uma atividade em plena expansão, mas ainda com alguns limites, conforme assinala Francisco Rüdiger:

Os leitores eram limitados pela falta de escolarização, pelo baixo poder aquisitivo e pelo próprio sistema escravista vigente até 1888. A montagem de uma tipografia e o lançamento de um periódico não era difícil, mas o curso de manutenção das publicações era relativamente alto. As despesas com papel, matéria-prima importada, mão-de-obra (composta por trabalhadores assalariados e especializados) e o porte de circulação gravoso prejudicavam a sustentação dos jornais ¹²¹.

Some-se, a esses fatores, a própria violência, elemento integrante do cotidiano de alguns jornais daquele momento. O caráter crítico e partidário de muitos

¹²⁰ DAMASCENO, Athos. **Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX**. Op. Cit, p.143.

¹²¹ RÜDIGER, Francisco. Op. Cit, p.31.

jornais acirrava discussões e provocava mal-estares políticos nos principais centros urbanos. A Gazetinha, por seu lado, embora não possuísse filiação partidária, mantinha teor crítico dos textos publicados, apontando irregularidades e responsabilidades, bem como a auto-imagem construída de protetora do povo (ou *Zé Povinho*, como chamava...), o que também atraiu olhares desgostosos. No entanto, de acordo com a fala do jornal, parecia não haver grande preocupação com possíveis antipatias conquistadas nesse processo, como se, em primeiro lugar, viesse sempre o papel educativo da folha e a proteção ao povo. Assim, a Gazetinha parecia se orgulhar do seu *status* de publicação independente:

Somos pobres, a Gazetinha é um humilde bi-semanário que não aspira às honras de grande imprensa; porém, é preciso que se saiba, que digamos pela vez milésima talvez, não queremos fazer fortuna a troco de nossa dignidade e independência, não precisamos de honrarias emprestadas nem de elogios interesseiros. (...)

Que nos importa a animosidade, de Pedro ou Paulo, Sancho ou Martinho, agentes ou espoletas de qualquer partido?

Merecemo-lhes isto porque usamos a linguagem franca de independentes, que somos, porque para alvo de censuras merecidas não escolhemos especialmente membros de uma facção política.

Pois é o mesmo! A Gazetinha não é política e nem servirá jamais, para a satisfação de interesses de politicagem; uma única vontade a domina: é a de sua direção e redação.

Seja quem for que em nossa opinião torne-se merecedor de censura, havemos de censura-lo, quer em artigo sério ou por meio de sátira.

A Gazetinha tem vivido assim; e assim continuará a viver, tendo em mira unicamente isto: servir ao povo que é quem a sustenta e para quem ela foi fundada ¹²².

Essa forma de produzir jornal sofreu influência do que era realizado no Rio de Janeiro. Se antes, como foi assinalado – nos tempos do Império –, a Corte serviu de modelo cultural para o restante do país, no momento em que o modelo político sofrera transformações, outras padronizações eram colocadas em voga. De

¹²²

Gazetinha, Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1897, n 73, ano VI, capa.

acordo com Marialva Barbosa, seguiu-se um novo jornalismo a partir da década de 1880, criado no Rio de Janeiro, que mudaria o formato editorial das publicações:

Os textos pretendem sobretudo informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade. E esses adjetivos se repetem sem cessar nos periódicos. Editando com destaque as notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade, introduzindo a entrevista nas primeiras páginas, os jornais procuraram construir uma representação ideal da sociedade. A opinião isola-se no artigo de fundo e a ilustração, posteriormente substituída pela fotografia, publicada ao lado do texto, cumpre também esse papel. A edição ganha novo caráter: o sentido de ordenar a sociedade. Os dramas cotidianos e os mexericos devem provocar tanto ou mais interesse quanto os temas políticos discutidos diariamente nos cafés pelos repórteres [grifo meu]¹²³.

A autora salienta os recursos de escrita utilizados nos jornais da época para conquistar os leitores, em meio a tantas publicações, com diferentes propostas. A exemplo do que marca muitos periódicos de hoje, os textos de natureza policial conseguiam maiores repercussões:

Para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicam espaço a um tipo de notícia que, até, até então, estivera relegada a segundo plano: as de natureza policial. Com o mesmo objetivo assiste-se à difusão do folhetim. Quase todas as publicações do Rio de Janeiro abrem espaço ao gênero, classificado por Machado de Assis como 'nova identidade literária'. Os jornais publicam também charges diárias, os escândalos sensacionais, os palpites do jogo do bicho, as notícias dos cordões e blocos carnavalescos, entre uma gama variável de assuntos, com a preocupação de atingir um universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores¹²⁴.

A Gazetinha, dentro deste formato, sob a titulação de protetora do *Zé Povinho*, abusava dessa prerrogativa: assassinatos mereciam a capa do jornal, bem como as batidas policiais nas *espeluncas*, o bordel de Fausta e a defesa da

¹²³

BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p.24.

¹²⁴

BARBOSA, Marialva. **Op. Cit.**, p.24-25

moralidade. Talvez não seja possível falar, ainda, em sensacionalismo ¹²⁵ naquele momento, uma vez que a tiragem e o público eram infinitamente inferiores aos padrões atuais; entretanto, encontram-se, já naquela época, alguns elementos que reportam ao sensacionalismo. Essa característica é uma ressalva que ajuda a explicar o porquê de tanto espaço destinado à prostituição da cidade no jornal. Uma charge publicada pela Gazetinha, em 1896, já estabelecia uma crítica a esse posicionamento por alguns jornalistas, embora ela própria se utilizasse de tais artimanhas para difundir a Folha. Na charge, representou-se um jornalista à procura de alguma notícia policial interessante, para fins de exposição da história. Um caso de suicídio parecia ser o ideal:

FIGURA 9: Jornalismo sensacionalista em fins do século XIX

¹²⁵ De acordo com o jornalista Danilo Angrimani, O sensacionalismo aparece nos meios de comunicação como uma espécie de balança, oscilando em determinado momento para a punição e, em outro, para a transgressão. O veículo, que envereda pelo caminho sensacionalista, chama a atenção para si por meio desses dois fatores: a punição e a transgressão. Não se trata de um fenômeno novo. É talvez a mais antiga ferramenta para aumentar as vendas de produtos de comunicação e implica em uma opção editorial. O produto sensacionalista baseia-se em uma linguagem específica, que será chamada aqui de clichê. Já os veículos apenas informativos – e não sensacionalistas – utilizam-se de uma linguagem que oferece distanciamento, chamada aqui de sígnica. Então, em resumo, o leitor percebe que está entrando em terreno sensacionalista quando existe a intenção de punir ou transgredir (às vezes, as duas ao mesmo tempo), tendo como base a linguagem clichê. O sensacionalismo coloca uma espécie de lupa sobre um determinado fato e o amplia, sensacionalizando aquilo que nem sempre é sensacional. A melhor âncora para o jornal sensacionalista é o *fait divers*, que vai utilizá-lo como seu principal nutriente. *Fait divers* implica aquela notícia especial que vai provocar empatia no leitor (ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que Sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995).



- Boa tarde, tia Maria, quando se suicida?
- Vê, sô moço, cruzi, credo, arruda e salsa!...

Nada, nada; é que sou jornalista, e se você quiser é dar cabo da pelle que eu exponho a sua photographia no meu escriptorio...

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 20 de setembro de 1896, contracapa.

O caso de Paulina Fuchs, uma moça que cometeu suicídio em função de um amor não correspondido, também merecera espaço, pouco tempo antes. Ao que parece (e de acordo com a fala construída pelo jornal), Paulina teria sido vítima de abuso e de promessas de amor infinito. Ao ser abandonada, resolvera dar cabo da

própria vida. A totalidade da capa da edição de 10 de novembro de 1895 foi destinada ao caso:

FIGURA 10: **A suicida Paulina Fuchs**

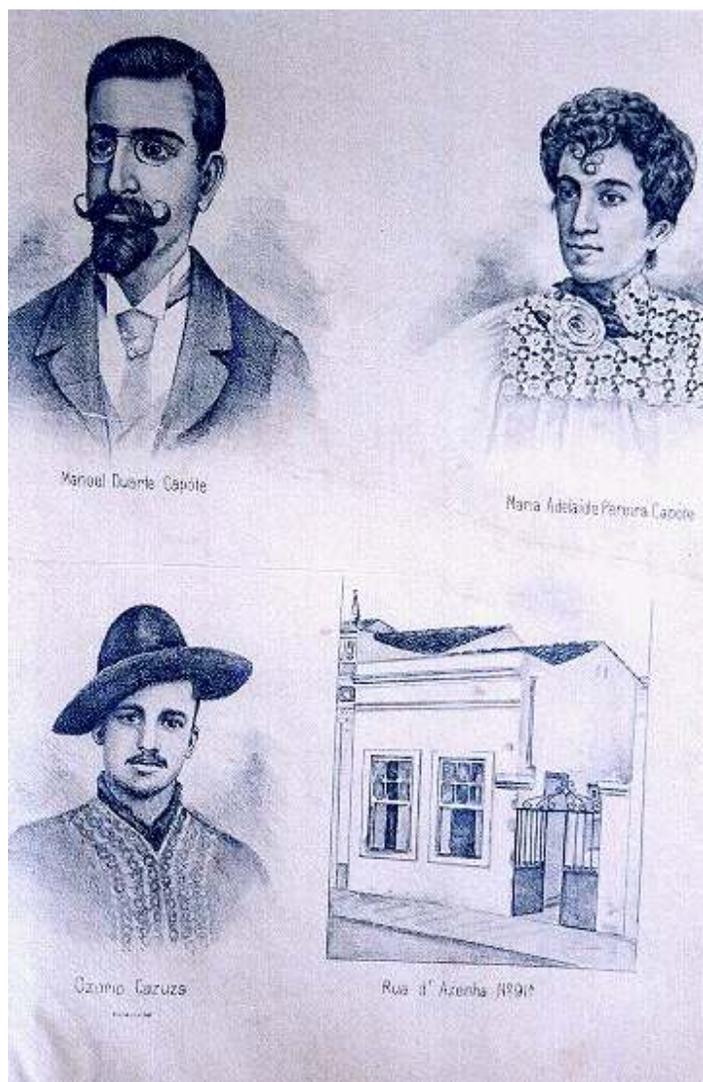


Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 10 de novembro de 1895, capa.

Em 1897, a Gazetinha publicou uma edição especial sobre o duplo assassinato de um jovem casal na Avenida Azenha, que scandalizou a cidade na época. Além da edição especial, o caso ainda repercutiu em edições posteriores, até que se procedesse o julgamento de Ozório Cazuzo, acusado do crime. A capa da

edição de 5 de setembro representou o casal e sua casa – onde ocorrera o crime – e o assassino :

FIGURA 11: **Capa da edição especial da Gazetinha sobre o duplo assassinato na Azenha**



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 5 de setembro de 1897, capa.

Aproveitando o ensejo, no mesmo mês, a Gazetinha dedicou outra capa a assassinatos, possivelmente com o intuito de atrair leitores (que já se mostrariam interessados em acompanhar o andamento das investigações do caso da Azenha), ou mesmo com o propósito de estabelecer críticas às autoridades policiais, como era do feitio do jornal. A capa de 12 de setembro daquele ano representou as feições de homens ilustres assassinados no mês de agosto:

FIGURA 12: Capa da Gazetinha: Assassinos



Fonte: Gazetinha Porto Alegre, 12 de setembro de 1897, capa.

A própria fala da Gazetinha, na edição de 12 de janeiro de 1896, discutia o caos que atingia a vida da Capital naquele momento: uma cidade tomada por escândalos, assassinatos, crimes. Em suma, não havia tranqüilidade. A capa do jornal, cabe ressaltar, geralmente era reservada para trabalhar esses assuntos. Na referida edição, foi dito que o habitante de Porto Alegre era diariamente surpreendido por incidentes freqüentes:

Depois dos distúrbios lamentáveis provocados por duas facções partidárias e sujeitas à predileção por esta ou aquela companhia dramática ou de operetas em jogo de merecimento que isoladamente cada uma tinha, após o vil e bárbaro assassinato de um espectador na platéia do S. Pedro, pungente remate de todos os conflitos provocados e dados temos tido dentro dos limites da cidade onde vivemos, seguindo aqueles acontecimentos, os fatos mais vergonhosos, os episódios mais extravagantes que colocam a nossa civilização abaixo do nível seguro de sua existência.

Repetidas agressões, assaltos, assassinatos, etc., etc., tem ocupado a atenção popular, tomada de muita surpresa ¹²⁶.

Para acompanhar esses acontecimentos, também eram trabalhados pela Gazetinha os escândalos envolvendo párocos e bispos, em atitudes nada convenientes às pregadas pelo catolicismo. Os famosos “Escândalo das Dores”¹²⁷ e o “Escândalo da Igreja do Carmo” tiveram ampla repercussão nas ruas e, obviamente, nas páginas da Gazetinha, ao flagrar sacerdotes envolvidos em embaraçosas situações com moças de família, nas suas respectivas sacristias. Casos assim motivaram uma charge¹²⁸ publicada em 1895 assinalando a possibilidade de que eventos semelhantes não seriam novidade na cidade:

¹²⁶ Gazetinha, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1896, capa.

¹²⁷ O *Escândalo das Dores* ocupou as páginas da Gazetinha por longo período, abordando o caso de abuso sexual de uma menina pelo pároco da Igreja das Dores. O jornal aponta o nome do responsável, confirmado tempos depois. Em 1896, a Gazetinha publica: *O miserável, o infame, o crapuloso luxurien tocou roubou a Clementina – pobre criança de menos de doze anos de idade, pureza de virgem, foi realmente o padre Bartholomeu Fietsch, vigário da Igreja de Nossa Senhora das Dores! (...) O criminoso é o que apontamos. E dentro da casa de oração, em uma igreja, deu-se o infame delito! E o réu, o miserável estuprador, é um padre católico, é um doutrinador do Evangelho, é o vigário de um dos principais templos desta capital! Miséria! Infâmia! Mil vezes infâmia!* (Gazetinha, Porto Alegre, 11 de outubro de 1896, n 45, ano VI, capa) Ao afirmar que já havia apontado o responsável antes que viesse a sua confirmação, o jornal sugere sua influência nas discussões dos temas sociais e na criação de polêmicas a respeito na sociedade porto-alegrense, ainda que consideremos as características da publicação e do público leitor (jornal pequeno, que não circulava diariamente, e restrita parcela da população que tivesse acesso à leitura). Na edição de número 48 a Gazetinha anuncia, de acordo com o que fora publicado pelo Jornal do Comércio, a interdição da Igreja das Dores, decretada pelo bispo dessa diocese: *os atos religiosos que ali aconteciam passam a ser celebrados na catedral.* (Gazetinha, Porto Alegre, 15 de outubro de 1896, n 48, ano VI, capa). O anúncio também sugere uma consonância entre os veículos de informação da época no trato do tema, o que reforça a prática da hipótese de agendamento no período.

¹²⁸ Pouco depois da publicação da charge, a polêmica com relação ao comportamento dos padres continua em pauta na Gazetinha, que publica, em dezembro do mesmo ano: *os religiosos foram ao seu governo pedir providências por causa da campanha de certos jornalistas contra os urubus de batina. (...) O padreco abriu o dedo mas foi abixornado por não ter conseguido os fins religiosos que andou querendo fazer calar no corpo de algumas devotas...* (Gazetinha, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1895)

FIGURA 13: O padre e a devota



- Padre! Pelo Senhor dos Passos! O que é isto? Me deixe!
- Ora, minha querida devota! 'quem boa cama faz, nela se deita... Isto não é pecado.'

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 10 de novembro de 1895.

Tais abordagens, como foi assinalado anteriormente, não eram exclusividade da Gazetinha, ainda mais se for considerado o momento vivido pelo jornalismo brasileiro, ainda em fase de consolidação. Os jornalistas, reconhecidos socialmente como os portadores da verdade e defensores da população, críticos das

autoridades (ou ainda ao lado de determinadas facções políticas, no caso do jornalismo político-partidário), procuravam conduzir os pensamentos e atitudes de acordo com padrões tidos como civilizatórios. Possivelmente, a predileção pela publicação dos escândalos e pela campanha montada contra a prostituição, na Gazetinha, também fosse regida por esse fator, aliada aos demais (a cientificidade da virada do século XIX para o XX em função do Positivismo; a busca pela ampliação do público leitor; etc.). O fato é que se estabeleceu uma realidade construída pelo jornal:

A valorização da ciência levada ao extremo, a missão de condutor dos pensamentos e das ações da população - que deve se submeter às novas normas de conduta, alcançando naturalmente a civilização e o progresso a idealização de uma nação, identificando-se suas diferenças, para a partir daí estabelecer uma unidade são, em resumo, o pensamento corrente nesses periódicos e que refletem os esquemas e sistemas de pensamento da academia de onde esses dirigentes são produto. Os jornais do período apresentam a nação como moderna, industriosa, civilizada e científica e divulgando o ideário evolutivo-positivista de Darwin, Spencer e Comte associam conceitos como ciência e modernidade

¹²⁹

De qualquer maneira, a predileção pelos temas polêmicos, o que sugere a prática incipiente do sensacionalismo, também poderia se dar em função de um gosto popular pelo gênero, uma vez que a Gazetinha estava direcionada ao *Zé Povinho*, como ficou estigmatizado pelo seu padrão discursivo – o que não excluía o público leitor elitizado. Tal princípio é importante para o reforço da *hipótese de agendamento*, aqui em estudo, pois, de acordo com suas concepções, é preciso continuar aguçando a curiosidade e o interesse do leitor, por meio da pauta de sua agenda diária, para que continue a buscar novidades e informações a respeito e a consumir o jornal. Levando em consideração o aumento da circulação da Gazetinha e as melhorias feitas no jornal, conforme comentado em momento anterior neste estudo, essa estratégia parecia estar funcionando.

Em estudo sobre os excluídos de Porto Alegre que considera as falas da Gazetinha e da Gazeta da Tarde, Sandra Pesavento questiona:

Estaríamos, com relação à A Gazetinha e à Gazeta da Tarde, diante de um gosto popular? Ou, em outras palavras, de jornais que têm como leitores camadas populares urbanas, consumidoras de tais notícias, que mesclam e alternam a crítica de costumes de tom moralizante com um estilo picaresco e irreverente? Que levanta a bandeira dos bons costumes ao mesmo tempo que expõe a sordidez e o detalhe picante dos relatos detalhados?

Parece que tais jornais vão ao encontro de expectativas sociais de leitura e também expõem e indicam o que incomoda, o que se teme, o que se deseja, e que se vende como notícias ¹³⁰.

Se o público leitor do jornal era elitizado ou pertencente às camadas populares, o que importava é que pareceu ocorrer o consumo de notícias, atendendo, como salientou a autora, às expectativas de leitura, o que, mais uma vez, reforça a *hipótese de agendamento*. O gosto popular pelos temas polêmicos e pelos escândalos, pauta constante na Gazetinha no período em foco, justifica a presença de um suposto sensacionalismo, na tentativa de continuar atraindo a atenção do público.

Também é importante lembrar o peso do diretor do jornal na construção dessa realidade. Nas falas da Gazetinha, em que sua auto-imagem foi construída, salientou-se que a única vontade a ser seguida era a de sua direção e redação, como já foi mostrado anteriormente. Pouco se sabe, entretanto, sobre seu proprietário e diretor, Octaviano de Oliveira, somente citado nas poucas obras que trabalham a história da imprensa no Brasil que mencionam a existência da Gazetinha. O próprio jornal forneceu algumas pistas, que permitem entender melhor a abordagem dos temas sociais e as críticas feitas na Gazetinha.

Um indício interessante foi a edição especial em comemoração à data de 1 de Maio de 1897, de número 103. A edição bilíngüe em português e alemão publicou, na capa, um “Manifesto do Partido Comunista”. Não se tratava, no entanto, do texto publicado por Marx e Engels em 1848, e sim um texto construído por um grupo de brasileiros que reivindicavam uma série de mudanças na organização social, política e econômica do Brasil. Dentre as assinaturas ao final do texto, constava o nome de Otaviano de Oliveira, proprietário da Gazetinha. A edição foi apresentada da seguinte forma:

¹³⁰

PESAVENTO, Sandra. Uma outra cidade. Op. Cit., p.40-41.

Figura 14: Edição bilíngüe de maio de 1897



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 1 de maio de 1897, p.3.

No manifesto, foram colocadas questões referentes ao papel da República no Brasil e as benéficas transformações oferecidas pelo Socialismo, ainda que, cabe lembrar, em momento imediatamente anterior, como foi mostrado, o jornal tenha se declarado republicano:

O problema político é urgente que seja resolvido ou que se encaminhe para isso, porque, indubitavelmente, como o afirmou Benoit Malon referindo-se a ele na generalidade dos países, sua solução é condição imprescindível da necessária ao problema econômico.

E este, no Brasil, vai assumindo, cada vez mais, proporções complicadíssimas e assustadoras.

Está escrito, os fatos provam à sociedade que a República tal como foi estabelecida e vigora não pode resolvê-los.

E por quê?

Porque é ela o regime do predomínio da minoria, e sim, vai dividindo a população em dois povos adversos: um que trabalha, paga e sofre – o povo pobre, o proletariado; outro que usufrui do trabalho deste, recebe e goza, compõe-se do capitalismo e do militarismo, a que Magalhães Lima intitula: capital-dinheiro e capital-soldado.

Modifique-se o sistema governamental; extinga-se esse predomínio; eis a solução política oferecida pelo socialismo ¹³¹.

Na mesma edição, intitulada *Edição do Proletariado*, também havia um texto do próprio Otaviano Oliveira direcionado aos leitores, em consonância com o manifesto. A fala do proprietário do jornal permite entender por que a Gazetinha sempre foi projetada como uma publicação que defendia o *Zé Povinho*, oprimido pelas políticas públicas, e a existência de uma sociedade moralizada. O povo e a moral seriam os propulsores do progresso, da democracia:

Cumprindo o maior desejo de meu coração deliberei fazer sair a Gazetinha em número especial e consagrada àquele que são os verdadeiros obreiros do progresso e do engrandecimento de nossa cara pátria, pois são eles os fatores proeminentes do grau elevado que lhe pertence entre as nações civilizadas. (...) Abandonarei essa sociedade nefanda que almeja contar-vos como seus lacaios e junto a vós arvorarei o pavilhão da verdadeira democracia, pois só esta nos trará Liberdade, Igualdade e Fraternidade! (...) Por sua vez a Gazetinha como genuíno órgão dessa grande massa que se chama Povo e da qual sois vós a maior falange, reveste-se de galas e rende os seus mais sinceros peitos a esses enobrecidos gentios de liberdade e almeja que todos os seus esforços sejam coroados do mais feliz êxito tornando-se assim a muralha poderosa que resistirá a todos os golpes que lhe forem arremessando.

Avante, operários! (...)

Salve o primeiro de maio como o grito repercussor de vossas liberdades a conquistar!

É por esta forma que a Gazetinha julga ter cumprido o seu dever para com aqueles de quem tem sido eco; unida a todos os seus coadjuvadores neste dia memorável, grita bem alto:

Salve o primeiro de maio!

Salve os heróis do trabalho! ¹³²

¹³¹

Gazetinha, Porto Alegre, 1 de maio de 1897, n 103, ano VI, capa.

¹³²

Gazetinha, Porto Alegre, 1 de maio de 1897, n 103, ano VI, capa.

De acordo com Pesavento, eram notórias as tendências socialistas do jornal, bem como sua oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense. Além de um posicionamento político, isso também revelava uma preocupação em atender às expectativas populares, com seu cunho moralista de defesa do cidadão, *atuando também como uma espécie de censura social que controlava os padrões de conduta de uma sociedade muito pequena ainda*¹³³. Cláudia Mauch reafirma essas tendências socialistas da Gazetinha, ao assinalar que o diretor-proprietário do jornal, Otaviano de Oliveira, era sócio da Liga Operária Internacional de Porto Alegre, que congregava militantes socialistas da cidade ao final do século XIX. A autora ainda menciona que *eram colaboradores do jornal alguns dos principais líderes socialistas da cidade. Dentre eles, o mais destacado era Francisco Xavier da Costa, tipógrafo que teria iniciado sua carreira jornalística na Gazetinha*¹³⁴.

O tom de entusiasmo da *edição do trabalhador* teve continuidade na edição do dia 3 de maio de 1897, data que marcou a entrada da Gazetinha em seu sétimo ano de publicação. Mais uma vez, tal como se percebeu em momentos anteriores, a Gazetinha reservava grande espaço para reafirmar seu papel na sociedade. Naquele momento, entretanto, foram várias as notas que parabenizaram o jornal, em falas que se somavam às construídas na *Edição do Proletariado*, como se fossem discursos unívocos. As cartas e telegramas eram direcionados diretamente a Otaviano de Oliveira, desejando-lhe sucesso na continuidade da empreitada e salientando que a Gazetinha, assim como a luta dos proletários, também estava empenhada na luta pelos direitos, pela honestidade, pela igualdade. Foi publicado, nesse sentido, um poema por A. de Abreu, colaborador do jornal e amigo de Otaviano de Oliveira, em homenagem ao 3 de maio, intitulado “A Imprensa”:

Qual uma deusa ingente e imortal
Docemente imperando entre as nações
Instituindo as multidões

¹³³ PESAVENTO, Sandra. Uma outra cidade. Op. Cit., p.40-41.

¹³⁴ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p.52.

É a missão augusta do jornal
Fonte da luz, do bem e do amor
Que tem vôos heróicos de condor!

Altiva, independente, majestosa
A nobre filha da Alemanha antiga
A corajosa amiga.

Defenderá nas lutas afanosas
O direito, o dever, a honestidade
Arvorando a bandeira da igualdade.

É o brasão da imprensa paladina
Dos belos e sublimes ideais
Daquela que jamais

Vendeu a causa justa e mais divina
E que transpondo os bravos oceanos
Dita conceitos salutareis, i hamos! [sic]

Ela, que educa e civiliza o povo.
Que ao comércio e às artes dá valor
Ao talento e ao fulgor

Há de servir aos crápulas de estorvo
Incensando a nobreza da virtude
De esperanças coroando a juventude.

E assim a modesta Gazetinha
A traçar a vereda da verdade
Pregando a liberdade

Não se afasta do bem uma só linha.
Há de seguir a trilha pressurosa
Seja embora essa linha procelosa!

Avante, pois, oh! Filha dos labores

Que sobes os degraus do sacrifício
Do fraco em benefício

Rendendo-lhe os teus íntimos amores!
Que te guie na estrada da existência
As rosas mais gentis da inteligência!¹³⁵

A mesma edição, de caráter comemorativo, encerrou-se com uma homenagem à Gazetinha: uma música composta para piano, que levava o nome do jornal, cuja pauta foi impressa na contracapa:

Figura 15: Gazetinha para piano



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 3 de maio de 1897, contracapa.

A construção de uma dada realidade pelo jornal, entretanto, não pode ser considerada isoladamente. Existem princípios teóricos balizadores dessas práticas.

Trabalha-se, neste estudo, com a hipótese de que esta fala da Gazetinha, e sua assimilação pela sociedade porto-alegrense do período, ainda que fosse considerada a carência da instrução pública daquele momento, davam-se por meio de códigos de agenciamento de poder somados ao agendamento da temática pela mídia: elementos que se pretende discutir a seguir.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES E QUESTÕES TEÓRICAS

Falar de História e de Comunicação é falar sobre áreas gêmeas do conhecimento. Ainda que cada uma guarde suas particularidades, métodos e técnicas e utilize formas de discurso diversas, o foco de trabalho permanece o mesmo: as ações humanas e os acontecimentos implicados por elas. A História e o Jornalismo¹³⁶, mais especificamente, têm procurado aliar seus estudos, entendendo

¹³⁶ Para José Marques de Melo, o *jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão, (jornal / revista / rádio / televisão / cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). Trata-se, portanto, de um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade. O fio de ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo.* (MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.14-15).

que um pode se utilizar das contribuições do outro. A historiografia tem seguido os princípios da Nova História¹³⁷, desde meados dos anos 1930, trabalhando abordagens a partir de documentos não-oficiais (a contragosto dos princípios tradicionais e positivistas que a regiam até então) e entendendo que tudo aquilo que registra a passagem do homem na trajetória histórica também é documento: literatura, imagens, obras de arte, fotografia, cinema, imprensa, etc. O Jornalismo, por sua vez, ao trabalhar a atualidade e a dinâmica da vida social, também está lidando com a História e, mesmo, construindo a História, por construir realidades¹³⁸. Cada vez mais se compreende que a História não se preocupa apenas com o passado, mas com o presente, que a escreve continuamente.

De acordo com Marialva Barbosa, a aproximação entre os estudos históricos e os estudos de jornalismo pode ser assinalada da seguinte forma:

O que estamos enfatizando é o fato de a história se preocupar com as razões, as causas, os porquês: e a inclusão dos porquês nos estudos de jornalismo pode levar as pesquisas a um outro patamar. Não se trata apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar; mas porque isso

¹³⁷ O entendimento da História começou a sofrer modificações especialmente a partir da década de 30, com a revista dos *Annales*. A História consolida-se como ciência a partir de meados do século XIX, mas somente no século XX surgem as preocupações com a problematização e a formação de um corpo teórico da disciplina. Se antes a História estava centrada na narrativa dos grandes eventos e dos heróis da Nação, compondo narrativas de grandes batalhas, conquistas e governantes, com base em uma documentação oficial, agora surgem novos olhares e uma preocupação teórico-metodológica. Aparece, portanto, a História que problematiza os eventos e o próprio cotidiano. O uso explícito de diferentes teorias permitiu discutir os pressupostos da investigação, ao invés do uso irrefletido, acrítico, destes pressupostos. O campo a ser seguido está delimitado e o leitor vê claramente qual é a perspectiva teórica do historiador. A chamada Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional (história produzida pela escola metódica, paradigma do senso-comum da história). Segundo Francisco Falcon, *nas primeiras décadas do século XX, quando a História Política reinava soberana nos meios acadêmicos, havia poucos espaços abertos a outros tipos de histórias, como por exemplo a História Econômica. Naquela época a História cultural era certamente muito prestigiada mas, na verdade, tratava-se da Geistesgeschichte, ou seja, uma História da Cultura profundamente enraizada em Hegel e muito mais filosófica do que propriamente histórica. As novas histórias surgidas ou consolidadas a partir dos anos 30, como a dos Annales, a New History e a History of Ideas, não significaram, de imediato, a reorientação mais ou menos sistemática do campo da História Cultural. A rigor, apenas a partir da década de 1970, em função do crescimento quase avassalador da História das Mentalidades (no âmbito da Nouvelle Histoire) novas temas culturais passaram a ser objeto de investigação histórica, simultaneamente à divulgação de abordagens e concepções teóricas distintas da tradicional História da Cultura* (FALCON, Francisco, **História cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.12).

¹³⁸ *O jornalismo investigativo é essencial para a construção pública de discursos de memória nacional. Seu enquadramento temporal, contudo, é necessariamente limitado ao presente e ao passado recente. Por isso é que ele precisa ser complementado pelo trabalho historiográfico* (HUYSSSEN, Andreas. *Mídia e discursos da memória*. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol.XXVII, nº1, jan/jun 2004, p. 103.)

acontece num espaço social considerado com determinadas especificidades, que difere fundamentalmente do que ocorre em outro espaço ¹³⁹.

Assim, as aproximações teóricas e práticas entre a História e a Comunicação Social têm se tornado cada vez mais frequentes, permitindo novos olhares sobre conhecimentos até então entendidos como consolidados, tais como o que temos sobre a sociedade em que vivemos. Trata-se, aqui, de revisões necessárias que possibilitam a quebra de estereótipos construídos sobre os agentes e os papéis sociais que permeiam as diferentes esferas do cotidiano.

2.1 O Jornalismo e a construção de realidades históricas

É na construção de diferentes realidades pelo jornalismo que este trabalho encontra sua proposta: na necessidade do exercício da subjetividade do pesquisador, que interpreta as representações do mundo estabelecidas pelas falas das diferentes fontes, neste caso em específico, o jornal. Busca-se abordar, entretanto, a construção feita sobre uma outra realidade, mais distante da atual: a do século XIX, em uma época em que a imprensa ainda tinha uma função mais

¹³⁹ BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. O que a História pode legar aos estudos de Jornalismo. In: **Anais Intercom 2005**: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Ensino e Pesquisa em Comunicação, Rio de Janeiro, UERJ, setembro de 2005. A autora salienta que *considerar a história não é necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise. E o principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação; não se trata de recuperar o que ocorre, mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinação social.* A autora ainda apota que História e Jornalismo trabalham com tempos diferentes: *a presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, o tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação. Se o presente prova, em certa medida, o futuro, ele precisa ser conhecido, descrito e, ao mesmo tempo, constitui-se como objeto de reflexão. Daí também a importância dos estudos que envolvem questões jornalísticas, encharcados dessa consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida, se considerarmos como norteadora da análise a teoria da história.*

educativa e o mercado não chegava a nortear seus princípios ¹⁴⁰. O século XIX, no Brasil e no Mundo, foi um período de formação de estruturas que permeiam a sociedade nos dias atuais. As próprias noções de jornalismo ou comunicação ainda precisavam ser mais bem definidas, uma vez que a imprensa brasileira tivera seus primórdios, por exemplo, apenas no início daquele século, com D. João VI, que trouxe para o país a imprensa régia, em 1808. Para Armand Mattelart,

período de invenção dos sistemas técnicos básicos da comunicação e do princípio do livre comércio, o século XIX viu nascer noções fundadoras de uma visão da comunicação como fator de integração das sociedades humanas. Centrada de início na questão das redes físicas, e projetada no núcleo da ideologia do progresso, a noção de comunicação englobou, no final do século XIX, a gestão das multidões humanas. O pensamento da sociedade como organismo, como conjunto de órgãos desincumbindo-se de funções determinadas, inspira as primeiras concepções de uma 'ciência da comunicação' ¹⁴¹.

Se, no Rio de Janeiro, logo no início do século XIX, já circulava o primeiro jornal do país, a Gazeta do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul a imprensa somente se desenvolveria na segunda metade daquele século. Em ambos os estados, no entanto, o sistema de distribuição dos periódicos era semelhante, por meio de venda avulsa e de postos de distribuição, tais como os estabelecimentos de comércio. Somente na década de 1870 os jornais se transferiram para quiosques e, destes, para as bancas ¹⁴². Daqueles tempos para a constituição de uma imprensa com uma maior visão de mercado, ocorreram transformações. De acordo com Juarez Bahia, a imprensa compõe um universo plural: *Até a sua consolidação como*

¹⁴⁰ Os indicadores para a compreensão do jornalismo seriam os *vínculos com o mercado – dos patrocinadores e dos consumidores – e a equação do vivido num espaço editável. Alguns jornais tendem a uma postura mais independente e, assim, menos submetidos à intenção de lucro e ao comprometimento com o poder. Porém, a tendência predominante e que veio se acentuando ao longo do desenvolvimento do capitalismo é sua função mercadológica e o estreitamento de seus vínculos com o poder econômico e político* (BERGER, Christa. *Do Jornalismo: Toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*. In: MOUILLAND, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) **O jornal: Da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002, p.274.).

¹⁴¹ ARMAND & MATTELART. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2004, p.13.

¹⁴² BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990, p.16.

*indústria e empresa, a imprensa brasileira fará conviver na redação o publicista (misto de jornalista e político) e o repórter que depende só do jornal*¹⁴³.

O final do século XIX marcou um tempo de publicações efêmeras, com focos diversos. Enquanto jornais como A Federação trabalhavam questões político-partidárias, publicações como O Guaíba e a Revista do Partenon Literário assinalavam a vida cultural de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. A Gazetinha, centro deste estudo, apesar de sua vida curta, representou em suas páginas tanto a vida cultural como a economia e a política da cidade e do estado, bem como a crítica destas, enquadrando-se em modelos de jornais distribuídos no país e não muito diferente do perfil assinalado por Juarez Bahia:

O que há, portanto, é uma pequena imprensa. Exclusivamente, simples jornais. E um jornalismo feito por panfletários, por autores que polemizam, divergem, desafiam, conciliam, lutam, instigam, ensinam, constroem, destroem. Eles sobrevivem por muitas gerações como jornalistas apenas, alguns como estadistas. Seus efêmeros jornais também¹⁴⁴.

O autor também enfatiza que a influência de um jornal na sociedade da qual ele fazia parte, naquele momento, não é medida necessariamente pelo tamanho do periódico ou pelo seu prestígio na comunidade. Em uma cidade ainda pequena como Porto Alegre o era, parece ser este o fator que fez a diferença no impacto provocado pela publicação:

O que faz a medida é a força da opinião, e esta tanto pode aparecer em uma página como em várias páginas. Não é o título que conta. Tampouco a tradição, o peso econômico. Prevalece a idéia. O que se imprime é o que vale¹⁴⁵.

Sendo importante a idéia veiculada, torna-se necessário analisar a formação das mensagens construídas em diferentes espaços do jornal. Isaac Epstein, em

¹⁴³ BAHIA, Juarez. Op. Cit., p.60.

¹⁴⁴ BAHIA, Juarez. Op. Cit p.86.

¹⁴⁵ BAHIA, Juarez. Op. Cit p.86.

Gramática do poder, deteve-se em estudar os códigos fortes e fracos presentes nas mensagens dos diferentes meios.¹⁴⁶ Para o autor, *se os percursos através das ruas e praças exibem as paisagens urbanas, também os discursos, através das palavras e dos conceitos, podem exhibir (ou descrever) a paisagem dos 'fatos'*¹⁴⁷. Assim, o texto jornalístico também exhibe a paisagem dos fatos, representando-a¹⁴⁸ à sua maneira. A linguagem é permeada de códigos recebidos pelo público de diferentes maneiras: a linguagem, portanto, cria realidades:

Os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados 'discursos'. Quase sempre se achou que a linguagem refletia uma realidade dada *a priori* e que os discursos organizavam os 'reflexos', com vistas à comunicação, à compreensibilidade. Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem cria, mais do que reflete, a realidade. Em outras palavras, não é apenas designativa, mas principalmente *produtora* de realidade¹⁴⁹.

Podemos falar, então, em uma prática jornalística que não reflete a realidade, mas que a representa e constitui por meio de uma série de artifícios. Ela

¹⁴⁶ Segundo Epstein, *esta linguagem é nova porque não está escrita em parte alguma, mas é simultaneamente uma linguagem 'velha', porque tem sido efetivamente utilizada pelos atores em determinados marcos socioculturais. Em suma, a 'nova' linguagem formulada nada mais faz do que tornar explícito o que de há muito está inscrito e implícito por um lado, em registros da memória cultural, e por outro, em atitudes e desempenhos dos atores. Em verdade, os atores considerados (agentes e pacientes) podem ser desde indivíduos em relações legitimadas como as familiares de pais e filhos, ou interações no interior das organizações burocráticas, onde superiores emitem ordens a seus inferiores hierárquicos, até relações ilegítimas como as de um assaltante e sua vítima. Mas os atores também podem ser representados por comunidades, grupos ou categorias que estão em relação de dominantes e dominados e possuidores de certos traços de caráter ou de atuação que são correlatos àqueles desempenhos que são descritos em nosso modelo teórico. (...) Mas, se o exercício do poder é ubíquo, qualquer esquema teórico que se pretenda abrangente terá, necessariamente, um alto grau de abstração.* (EPSTEIN, Isaac. **Gramática do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 14-15).

¹⁴⁷ EPSTEIN, Isaac. Op. Cit., p.9.

¹⁴⁸ Roger Chartier, em diálogo com autores como Marcel Mauss e Emile Durkeim, discute os princípios norteadores do conceito de representação, onde este implica *as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes'(instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência di grupo, da comunidade ou da classe.* (CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Revista Estudos Avançados, 11(5), 1991, p.183.)

¹⁴⁹ SODRÉ, Muniz . Op. Cit, p.22. De acordo com Márcia Janete Espig, *a imprensa deve, neste sentido, ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises. Esta representação luta para impor-se frente a outras, e passará a compor o imaginário social de determinado grupo caso possua a virtude de fazer sentido para este grupo* (ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: O caso do Contestado. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, p.269-289, dezembro de 1998).

se torna socialmente relevante, na medida em que contribui para a existência pública dos acontecimentos e para a construção de significações. O jornalismo, nesse sentido, é uma representação social paradoxal: ao mesmo tempo em que os jornalistas são vistos como responsáveis pela distorção das informações, de acordo com Jorge Pedro Sousa, em seu exercício de objetividade eles *deixarão, de algum modo, os atores sociais representados nas notícias ditar a forma das mesmas, pois serão as afirmações desses atores a fabricar a história (a representação) do que aconteceu* ¹⁵⁰.

De acordo com o autor, há uma hegemonia da mídia que pode deslegitimar as vozes *alternativas*, não existindo, portanto, a necessidade da coerção pelos veículos de comunicação. O público tende a aceitar a versão oficial dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, o jornalismo legitima uma ordem social: *os meios de comunicação social, apesar de não serem um monólito ideológico, serviriam uma função hegemônica por continuamente produzirem uma ideologia que, integrando valores e normas do senso-comum, serviria para reproduzir e legitimar a estrutura e ordem sociais* ¹⁵¹. O sistema cultural, por intermédio dessa lógica, influencia o conteúdo dos meios de comunicação, e não apenas o contrário. Segundo Sousa,

os meios jornalísticos são o principal veículo de comunicação pública através das quais a estrutura de poder se comunica com a sociedade. Aliás, os meios jornalísticos tomam parte da estrutura política dessa sociedade tanto quanto tomam parte da estrutura social, econômica, histórica e cultural da comunidade em que se inserem e na qual se desenvolveram. Mas trata-se de uma comunicação mediada. Ou seja, as realidades que os *news media* nos dão a conhecer são realidades mediatizadas por esses mesmos meios ¹⁵².

Esses elementos são percebidos por meio de diferentes instâncias: em relações cotidianas, em situações de exercício de poder, no âmbito familiar, o que se

¹⁵⁰ SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó / Florianópolis: Argos / Letras Contemporâneas. 2002, p.77.

¹⁵¹ SOUSA, Jorge Pedro. Op. Cit, p.76.

¹⁵² SOUSA, Jorge Pedro. Op. Cit, p.122.

faz muito presente, cabe ressaltar, nos meios de comunicação, conforme salienta Celsi Silvestrin:

Partindo-se da convicção de que a preocupação dos meios de comunicação não se reduz a simples veiculação de conteúdos, mas trata de produzi-los de tal forma a manter ou não uma situação, garantindo sua continuidade, e, tendo presente que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, conclui-se que as questões de gênero ainda são um desafio, exigindo uma postura por parte dos meios de comunicação social ¹⁵³.

O jornal é fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de culturas. Nele, encontram-se dados sobre a sociedade, seus usos e costumes; informe sobre questões econômicas e políticas; entretanto, por meio da representação feita pelo jornal em suas palavras e imagens criadas, a imprensa permite captar uma história viva e em movimento, relacionando personagens com práticas sociais do período. O fato jornalístico é construído¹⁵⁴, sendo a objetividade relativa. O jornalista participa dos fatos, criando-os quando lhe convier.

De acordo com Maria Helena Capelato, em estudos sobre a história do Brasil através da imprensa, todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta pode ser conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial seja política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos ¹⁵⁵. A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam em diferentes épocas de publicação. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, mesclam-se e são matizados. Como

¹⁵³ SILVESTRIN, Celsi Brønstrup. *Gênero nos meios de comunicação*. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, vol.XX, n°1, jan/jun 1999, p.165.

¹⁵⁴ Entretanto, conforme salienta José Arbex Jr, *mesmo sendo a interpretação algo 'construído', ela nunca é completamente independente do fato a que se refere. Sempre é possível verificar, em alguma medida, a materialidade dos fatos (estes sempre deixam vestígios, resíduos, testemunhos), mesmo quando o fato em questão for um 'fato textual', um outro texto. (...) o narrador (historiador, jornalista, cientista político) escolhe e singulariza determinado fato, motivado por aquilo que pretende, estrategicamente, demonstrar* (ARBEX JR., José. **Showrnalismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2005, p.108-109).

¹⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.15-17.

fenômeno de grande alcance, portanto, o jornal formula uma linguagem que lhe é particular, conforme estudado neste trabalho:

Todo fenômeno social de largo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno. Esta é uma operação de grande importância porque, como todos nós sabemos, inexistiu um princípio universal de interpretação das particulares conexões simbólicas que definem a significação como categoria analítica¹⁵⁶.

Esta linguagem, posta de diferentes formas e lançando mão tanto do texto quanto dos elementos visuais, formou imagens sobre a prostituição em Porto Alegre às portas do século XX, por meio de anúncios publicitários, charges, caricaturas, textos de capa e colunas publicados pela Gazetinha. Cada um deles, à sua maneira, constituiu mensagens, interpretações e repercussões para a sociedade de então.

Torna-se elemento particular, neste processo, o conceito de *auto-referencialidade* nos meios de comunicação. A Gazetinha, alvo deste estudo, a exemplo de outros veículos de imprensa, também construiu realidades reportando-se, constantemente, a si mesma e ao papel que acreditava representar na sociedade porto-alegrense da virada do século. A partir dessa perspectiva, a produção do acontecimento ocorreu no interior do próprio meio de comunicação. Assim, torna-se possível questionar que o jornal tivesse criado mecanismos para que o fato que desejava destacar (neste objeto de estudo, a prostituição na cidade) tomasse dimensões ainda maiores do que corresponderia verdadeiramente. Haveria, então, uma função auto-referenciadora ou ficcional em relação à realidade. A construção feita pelo jornal favoreceria o embaralhamento entre realidade e ficção, pois foram produzidos efeitos de sentido, ao mesmo tempo em que a mídia falava de si mesma.

Essa auto-referencialidade, ao mesmo tempo em que pareceu buscar o destaque da temática a ser enfatizada, também favoreceu a fragilização desse tema

¹⁵⁶ SODRÉ, Muniz. *O globalismo como barbárie*. In: MORAES, Denis de. (org.) **Por uma outra comunicação**: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2004, p.21.

e do próprio jornal. Régis Debray em **Vida e morte da imagem**, discorda de Gide, que enaltecia a questão da auto-suficiência. Para Debray, esta auto-suficiência torna a arte vazia de sentido:

André Gide corria um sério risco defendendo que *a obra de arte deve encontrar em si a sua suficiência, seu fim e sua razão perfeita* (a sobrevivência de seu *Journal* e não de *Corydon* estaria testemunhando o contrário, relativamente à sua própria posteridade). Com certeza, estava falando de literatura. Mas o exame das produções plásticas sugere antes o efeito inverso. Como se a aspiração à auto-suficiência tornasse a arte inóspita, fria ou fugidia, com a qual já não fosse possível fazer aliança, na medida em que estaria desprovida de afeto e de repercussão em nós¹⁵⁷.

2.2 O agenciamento e a gramática do poder: Códigos sociais

O agenciamento de poder¹⁵⁸ se soma à Hipótese de Agendamento. Ao mesmo tempo em que códigos fortes e fracos são produzidos, coloca-se a temática

¹⁵⁷ DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: Uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993, p.66. O autor ainda salienta que *a arte constituiu-se lutando contra a alienação, engrandeceu-se com a autonomia, acabou morrendo devido à auto-referência. Isto também é válido para esta ou aquela arte particular cujo declínio é anunciado através da reflexão que faz sobre si mesma. E se termina pela desmistificação geral de si por si. O ponto de inflexão da curva, exatamente entre a autonomia e a auto-referência, seria talvez a autocitação. A ser manuseada com prudência porque ela faz justamente passar cada arte da maturidade para a virtuosidade. O espelho no espelho acaba por esvaziar salões. A pintura da pintura, assim como o teatro do teatro, o filme do filme, a dança da dança, a publicidade da publicidade, etc, tudo isso começa com sorrisos e termina com esgares. A imagem é vida, logo ingenuidade. Ironia demais pode matá-la. Narciso é um ser do crepúsculo e o narcisismo um vício fúnebre. Por muito rondar o abismo, acaba-se por escorregar nele* (p.67).

¹⁵⁸ o agenciamento de poder é estudado a partir do objeto 'ordem' ou comando' e as entidades mínimas constituintes deste objeto molecular: Agente (A), Paciente (P), Ordem 1 (Código) e Ordem 2 (comando propriamente dito)." (EPSTEIN, Isaac Op. Cit, p.17) Há um poder de criar um código e poder de comandar segundo um código estabelecido. "“Em seu significado mais geral, a palavra 'poder' é correlata à competência (atual ou potencial) para agir e produzir efeitos. Neste sentido tanto pode referir-se às inter-relações humanas, como ao poder sobre os fenômenos naturais. Estes dois 'tipos' de poder, porém, são imbricados. Afirma Epstein, para acrescentar: O poder exercido nas inter-relações humanas pode ser o de uma pessoa sobre outra (agenciado em múltiplas circunstâncias), de uma categoria, de uma classe, de um partido político, de uma empresa, de um sindicato, de um país. Individualmente, cumprimos os sinais de trânsito, procuramos não infringir as leis do país, obedecemos aos nossos superiores hierárquicos, mas também, em certas circunstâncias, entregamos nossa carteira ao assaltante ou cedemos ante uma ameaça. Boa parte da transmissão cultural, tanto de informações e procedimentos, quanto de valores, hábitos, etc., está baseada no assentimento mediante sanções. Daí derivam os poderes dos pais, do chefe de oficina, do policial da esquina. Em outros casos, acatamos o professor, o médico, o sacerdote (p.35).

em questão na agenda diária do leitor. Um estabelece a forma como a fala é organizada, e o outro discute a repercussão dessa fala no meio em que é produzida: o alcance do discurso na sociedade, estabelecendo relações de poder entre quem elabora a fala e a difusão desta. Torna-se relevante o estudo do agenciamento de poder uma vez que, de acordo com Epstein, é esta utilização do poder que favorece o mandante, o que emite a fala, quando se dá o cumprimento de uma ordem. Neste sentido, no caso específico da Gazetinha, a aceitação pública da fala construída em suas páginas, mesmo que não de forma consciente por parte do público leitor, beneficiava a manutenção de um discurso moralizador vigente até então. O exercício do poder nem sempre é tão visível ou explícito:

Definir o exercício do poder, como circunscrito a situações de emissão e obediência a ordens ou mandatos, deixa aparentemente de lado muitas situações mais latentes onde *ordens* são menos visíveis ou concretas, mas nem por isso menos reais em seus efeitos¹⁵⁹.

Haveria uma realidade filtrada, construindo estereótipos e preconceitos¹⁶⁰. A Gazetinha, por sua vez, construiu a imagem de uma Porto Alegre tomada pelo vício e pela devassidão, repleta de perigos para as famílias *de bem*, por suas ruas sujas, mal-iluminadas, com o trânsito de elementos suspeitos. Havia uma forma de poder agenciada de maneira a constituir o discurso do senso-comum: acabava se tornando o que todos pensavam a respeito da cidade naquele momento. Se nem todos tinham acesso ao mundo das Letras, o pequeno universo que compreendia Porto Alegre, naquele momento, encarregava-se de levar os comentários, as críticas e mesmo os

¹⁵⁹ EPSTEIN, Isaac. **Op. Cit.**, p.36. Para o autor, a *ordem beneficia em maior proporção os interesses do Agente do que os do Paciente em cada nó de decisão da árvore hierárquica de uma organização empresarial ou burocrática. Isto advém da desigual distribuição dos proventos decorrentes dos produtos da organização* (p.37)

¹⁶⁰ A construção de estereótipos e preconceitos denota a formação de um imaginário coletivo acerca dos papéis sociais. Conforme salienta Juremir Machado, o *imaginário é uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente*. O autor ainda aponta que o *imaginário é um reservatório / motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual / grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. O imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal. Diferente do imaginado – projeção irreal que poderá se tornar real -, o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor*. (MACHADO, Juremir. *Tecnologias do Imaginário: esboços para um conceito*. Texto produzido como integrante da pesquisa Rede de idéias: tecnologias do imaginário e comunicação.)

preconceitos para dentro de todos os lares, pela própria dinâmica da vida em sociedade na época. A fala se disseminava e transcendia as páginas do jornal, o que permite refletir sobre o alcance do código criado naquele momento.

Mostra disso foram as cartas publicadas pela Gazetinha. Ainda que não abrisse grande espaço para o público leitor, eventualmente a coluna “Apanhados”, que se dedicava aos deslizes cometidos pelos cidadãos de Porto Alegre, recebia contribuições dos leitores, assinalando que as pessoas, pela proximidade e pelo pequeno número de habitantes da cidade, conheciam-se umas as outras, vigiavam seus atos e comportamentos, fazendo com que Porto Alegre tomasse ares de uma pequena cidade do interior. Nesse espaço, comentava-se o comportamento de mocinhas e de mulheres casadas, homens que cometiam adultério, os acontecimentos nas *espeluncas* do Beco do Poço, entre outros elementos diários da vida da cidade que pudessem provocar alguma polêmica. Os telegramas enviados à redação sugeriam a dimensão alcançada, contribuindo para as denúncias morais:

Do Moinhos de Vento

Viúva continua freqüência 42, procura marchante.

Mulher casada fingiu-se cansada, mandou marido comprar doces, enquanto amante passou e entregou-lhe bilhetinho... Mora Rua da Margem.

Marido baixo, gordo, não sei nome, procurarei descobrir para informação. Ela, alta, bonita. D. Juan é guarda-livros casa de negócio importante ¹⁶¹.

Elemento interessante no telegrama recebido foi a utilização do termo *D. Juan*, enquanto definição do amante. A palavra seria constantemente empregada na fala do jornal, como sinônimo daquele que atende aos apelos das meretrizes e se entrega aos prazeres mundanos, atentando contra a moral. Seja verídica, como

¹⁶¹ Gazetinha, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1896, nº. 44, p.3. O jornal publica cartas enviadas à redação, ainda que em número reduzido. Uma delas chega a utilizar a Gazetinha como meio de se comunicar com o Intendente José Montaury, pedindo a ele que faça melhorias nas ruas de Porto Alegre, especialmente no Arraial do Menino Deus. A carta, de um grupo de moradores, se dirige ao jornal dizendo: *Amigo e sr. Redator: como seja o vosso jornal um dos únicos que pugna pelos oprimidos, pelos fracos e pelo direito conforme se vê diariamente é o motivo pelo qual vos peço um pouco de atenção...* (Gazetinha, Porto Alegre, 8 de agosto de 1897, capa)

contribuição de um leitor da Gazetinha, seja elaborada pelo próprio jornal, como estratégia midiática de aproximação da folha com o público leitor, o fato é que o telegrama publicado provocou um efeito: a imagem de que o problema era sentido as ruas e de que havia um engajamento pela erradicação dos pontos de imoralidade nas ruas de Porto Alegre. Provocou-se um efeito de vigilância, fruto da polêmica instalada especialmente pela mídia. Envolvendo-se o público leitor como partícipe do processo de vigilância, percebe-se, portanto, o efeito da prática de *agendamento*.

Em 19 de janeiro de 1896, o colunista, escandalizado, relatou o que vira em um domingo à tarde: *que em um passeio que fizemos no domingo passado vimos coisinhas de arregalar o olho: uma jovem deitada no colo do namorado, na rua do Arvoredo. Que atividade, menina!*¹⁶²

Mesmo o comportamento de mulheres tidas como *respeitáveis* face ao seu papel na sociedade, como as professoras, era vigiado, como se, não importando o posicionamento social, não fossem confiáveis, pela própria natureza de mulher. Caberia ao homem tomar as rédeas da ordem e da moral. Na mesma coluna essa idéia foi sugerida:

Que a professora sem cadeira andou lecionando *centímetros* em casa de uma *casadinha* da rua da Igreja. O marido que ponha-se em guarda, senão quando procurar a cara esposa ela estará no serviço ativo do *reformismo*. Estas Adelinas quando atiram-se a inovações são perigosas¹⁶³.

O colunista, auto-intitulado *Beija-Flor*, reconheceu que seu papel no jornal era o de falar da vida alheia, entretanto, via esse papel como de grande importância social. Sempre a postos, denunciava os comportamentos irregulares, no intuito de manter a ordem¹⁶⁴. Chegava a comentar, com ares de triunfo, que recebia cartas de pessoas incomodadas por se verem citadas em suas colunas, especialmente as

¹⁶² Gazetinha, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1896, nº. 36, p.3.

¹⁶³ Gazetinha, Porto Alegre, 26 de janeiro de 1896, nº. 38, p.3.

¹⁶⁴ Em 1896, o papel social da coluna é reforçado, bem como os indícios do alcance do jornal na sociedade: *Sabem o que dizem por aí? Que uma jovem dissera em uma roda de amigos: 'Essa Gazetinha é uma linguaruda; o que tinha ela de publicar que Fulana teve um bom sucesso; lá na Pintada? Os outros jornais não disseram nada... É para V. Ex. ver, minha senhora, só assim poderemos conseguir mais um pouco de juízo para as desmioladas. Como V. Ex. que não trepidam em envergonhar nossas famílias, e a nós todos que pertencemos à mesma sociedade que habitamos.* (Gazetinha, Porto Alegre, 5 de abril de 1896, nº. 58, p.3.)

mulheres, indício do alcance do código estabelecido pelo Beija-Flor. Exemplo disso foi a coluna publicada em 3 de fevereiro de 1896:

Que uma viúva da rua da Varzinha anda muito perturbada com a Gazetinha, chegando a mandar pedir-lhe que não continue, senão ela é capaz de perder certa pepineira...

Olhe, tem um remédio especial: trabalho em casa, com decência... mas, na casa da crioula Fausta, não tem oficinas de roupa feita...¹⁶⁵

Caso semelhante foi mencionado pelo colunista na edição de 25 de julho de 1897, quando, satisfeito com a repercussão da coluna, ao mencionar os deslizes de uma mulher casada que se incomodou ao se ver representada na coluna “Apanhados”, não perdeu a oportunidade de fazer novamente as suas críticas, acreditando ser este seu papel:

A tal casada da Rua da Praia está furiosa com o Beija-Flor. Não seja má de gênio porque eu não tenho nada com a sua vida, acho indecente a sr^a. abandonar o instrumento que tem em casa para afinar alheios. Se gosta tanto de música arrebente as cordas do violino do esposo e deixe-se de dar notas agudas em flautim¹⁶⁶.

Ainda que não fossem mencionados nomes, possivelmente o leitor soubesse quem seria o indivíduo alvo dos comentários, pela própria maneira como o texto fora estruturado, conforme sugeriria outra coluna, publicada em 30 de maio de 1897 :

¹⁶⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1896, nº. 40, p.3. A Rua da Varzinha parece ser alvo constante do colunista; em março do mesmo ano a coluna “Apanhados” publica: *que certa casadinha da rua da Varzinha tem feito uns passeios noturnos pelo Alto da Bronze... Irá ela em alguma excursão higiênica? Mas, sem o marido, é grave; e depois esses militares são revolucionários...*(15 de março de 1896, p.3) O Alto da Bronze era outro local famoso no imaginário coletivo de Porto Alegre: de acordo com Juremir Machado, *o próprio nome, Bronze, é uma contestação, profana, obviamente profana, da história oficial. (...) uma senhora, Dona Felizarda, vinda de S. Borja, depois de 1850, venceu o catolicismo e o positivismo dos militares. Impôs o seu nome ao lugar. Mulher bonita, sensual, de 'feições indiáticas', devassa, sexualmente insaciável, cartomante, benzedeira e protetora das prostitutas, ela apaixonou a marginalia da época. O resto criou-se aos poucos. A Felizarda tornou-se a iniciadora dos garotos, a desvirginadora dos incautos espertos e dos assustados. Dava-se. Era generosa* (SILVA, Juremir Machado da. **A noite dos cabarés**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p.8).

¹⁶⁶ Gazetinha, Porto Alegre, 25 de julho de 1897, ano 7, nº. 23, p.2.

Que a viúva da rua que não é 'escura' [em referência à Rua Clara] anda seriamente envolvida em matérias amorosas com o sr. A ... aceitando conferências das 11 às 5 sendo estas feitas às escuras. Cuidado que assim não dá certo e muito menos resultará casório.

(...) Que lá pelo 'novo caminho' [referindo-se ao Caminho Novo] houve um casório de grande estrondo e depois dos festejos nupciais o moço devolveu a 'cara metade' visto que o gênero estava avariado... que o resultado disso tudo foi ficar o 'recebo a vós' sem nenhum efeito.¹⁶⁷

Na edição de 3 de maio, comemorativa do aniversário do jornal, o colunista se viu diante da incumbência de desviar sua temática predileta, os escândalos e a vigília social, para desenvolver um texto relativo à data comemorativa. Considerava sua função no jornal tão importante, que essa breve pausa foi vista por ele como uma interrupção de denúncias. Por poucos dias, os indivíduos de comportamento duvidoso puderam respirar aliviados:

Nunca me senti tão doente e acabrunhado como hoje! Nunca sofri tanto como hoje! E sabem por quê? Porque o patrão roubou-me e roubou-me desavergonhadamente! Roubou-me o direito de neste número falar da vida alheia e quer que eu somente diga alguma coisa sobre o 3 de maio [aniversário da Gazetinha]. (...) Parabéns ó populacho, ficareis hoje em paz. Parabéns escândalos, porque descansareis uma semana. Parabéns, finalmente, a todos quanto descansam quando não sai esta seção...¹⁶⁸

A imagem construída pelo colunista foi a de que ninguém, na Capital, escaparia ileso de seus comentários, por mais que a polêmica tomasse as ruas da cidade:

Fiquem certos que clamem como clamar, esbravejem muito embora, porque eu jamais calar-me-ei e continuarei sempre sem temor algum a arrancar as máscaras que encobrem tipos de sentimentos baixos, de donzelas falsificadas, de senhoras honradas que iludindo os esposos vão para os lupanares banquetear-se nos braços dos amantes. O mais importante de tudo isso é que

¹⁶⁷

Gazetinha, Porto Alegre, 30 de maio de 1897, ano 7, nº. 9, p.2.

¹⁶⁸

Gazetinha, Porto Alegre, 3 de maio de 1897, ano 7, nº. 1, p.2.

muitos daqueles que censuram têm a cola um tanto comprida e se eu começasse a desenrolá-la seria um horror que espantaria a todos

169

Conforme se pode perceber, de acordo com as tabelas abaixo, a população de Porto Alegre, em finais do século XIX, ainda era pequena:

TABELA 5: População recenseada em Porto Alegre – 1890

População recenseada – total: 52.421	Percentual sobre o total
Homens: 26.409	50,38 %
Mulheres: 26.012	49,62 %

Fonte: **De Província de São Pedro a Estado do RS: Censos do RS: 1803-1950.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.94.

TABELA 6: População presente no Rio Grande do Sul – 1890

População RS – total: 897.455	Percentual sobre o total
Homens: 459.118	51,16 %
Mulheres: 438.337	48,84 %

Fonte: **De Província de São Pedro a Estado do RS: Censos do RS: 1803-1950.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.93.

O cronista Antonio Álvares Pereira Coruja aborda o cotidiano neste sentido, trabalhando o fato de que todos se conheciam e se tratavam por apelidos. Os nomes

das ruas, de acordo com Coruja, seriam dados a partir de pessoas comuns e pequenos fatos da vida cotidiana.¹⁷⁰

Dentro desse sistema, a fala produzida envolvia os Agentes (que emitiam os comandos; no caso do jornal Gazetinha, objeto deste estudo, na figura dos colunistas, diretores, anúncios publicitários); os Pacientes (os que obedeciam a essas ordens, como o público leitor da Gazetinha); o Código Forte (que se constitui em mensagens unívocas, as que permitem somente uma interpretação) e o Código Fraco (composto de mensagens equívocas, permitindo mais de uma interpretação).

Epstein assinala que existem duas formas de agenciamento de poder: o *modo normal* e o *modo inverso*. O *modo normal* se estabelece quando há uma relação assimétrica de poder, uma complementaridade entre o papel exercido pelo Agente e pelo Paciente. Já o *modo inverso*, para o autor,

é aquele no qual o Agente é equívoco, ambíguo, seja na edição de normas confusas, seja na sucessão da edição e revogação de normas unívocas¹⁷¹. Desorientado, o paciente *pede* univocidade. O filho, o aluno, o cidadão, pedem alguma *ordem* no mundo que, por diversas circunstâncias de contexto, são dependentes ou submetidos ao Agente equívoco¹⁷².

Aqui, uma ordem paradoxal permite respostas confusas.

Epstein trabalha com a hipótese de que os semas¹⁷³, construídos no mundo das idéias, têm uma relação com padrões de comportamento e instâncias de poder. A estes semas são atribuídos significados, que podem ser adequados / próprios; inadequados / impróprios; normais / patológicos, entre outras possibilidades de entendimento. Para o autor, essas atribuições são dadas pelo senso comum, pelo

¹⁷⁰ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial de Porto Alegre, 1996.

¹⁷¹ Mensagem unívoca permite apenas uma interpretação: *quando um Agente do poder emite um comando ou ordem, este só pode ser obedecido (ou ter negada a obediência) na medida em que é correlato a uma ordem 1 anteriormente assimilada pelo Paciente. De modo idêntico, uma mensagem só é decodificada se correlata a um código previamente assimilado* (EPSTEIN, Isaac).

¹⁷²

EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit.*, p.21)

¹⁷³ Os Semas são os signos particulares cujos significados correspondem a um enunciado da língua. A exibição de que os semas ou modos canônicos são efetivamente falados pelos autores emerge em vários níveis: desempenhos padronizados de indivíduos, grupos ou categorias, registros de memória cultural, letras de música popular, artigos de imprensa, textos literários, máximas do senso comum, etc. [Epstein, p.81] *Atores e pacientes falam por meio de semas. Esta fala ocorre no agenciamento de poder através dos comandos* (p.23).

saber popular e pelas várias manifestações implícitas ou explícitas na memória cultural. Os semas são, assim, figuras estilizadas, tipos ideais, marcos fixos para diferentes situações. São, enfim, modos de agenciamento de poder. Para o autor, é *da combinação dos fatores da natureza do código e do estilo dos atores que se pode dizer que agentes e pacientes falam códigos fortes e fracos através dos semas Modo Normal, Modo Inverso.*

O agenciamento de poder, portanto, faz parte de um sistema cultural permeado por códigos sociais, presentes na mentalidade coletiva. O processo acaba por legitimar uma hegemonia existente, sem que haja necessidade de uma coerção explícita para que determinadas ordens (ou códigos fortes) sejam aceitos. O poder não significa, necessariamente, a coerção, o que, na visão de Epstein, constitui um reducionismo: a multiplicidade de situações em que ocorre o exercício do poder torna oportuno e necessário o estabelecimento de alguns parâmetros. De acordo com a *gramática do poder*, em geral a ordem legítima é dada em um certo contexto (burocrático, patriarcal, carismático), com seus matizes de coerção, influência, autoridade, força e manipulação, ocorrendo em proporção variável, mas assegurando que o custo da desobediência, para o Paciente, é superior ao da obediência ¹⁷⁴: *uma ordem, nestas condições, implica a não extração de benefícios por parte do Agente e derivados de seu cumprimento* ¹⁷⁵.

De qualquer forma, o que se pretende é a aceitação da ordem estabelecida, o que pode estar relacionado com a finalidade própria da mídia, em especial a imprensa do século XIX, muito mais direta e mesmo engajada do que a contemporânea, não se utilizando de meias palavras, nem pretendendo a neutralidade quanto aos posicionamentos: *o cumprimento da ordem é um meio para obtenção de um fim almejado pelo agente, uma vez que este tem a iniciativa da mesma, e, portanto, é o maior beneficiário de seu cumprimento* ¹⁷⁶.

Neste sentido, para Epstein, pode haver a positividade ou a negatividade do poder, evidenciando que existem outras facetas além do imaginário de repressão que o termo implica:

¹⁷⁴ EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit* p.53.

¹⁷⁵ EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit* . p.53.

¹⁷⁶ EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit* , p.76.

A positividade do poder consiste na capacidade para o estabelecimento de uma ordem 1, onde anteriormente ela não existia. Em um segundo sentido do termo 'ordem', que designaremos por ordem 2, esta é um comando, um ato imperativo de um Agente, que dispõe em determinado contexto de competência para tanto, e da qual a Ordem 2 também é um efeito ¹⁷⁷.

O que fica evidente é a existência, no sistema de comunicação, de códigos que envolvem conhecimentos prévios, armazenados em blocos, na memória de cada indivíduo, e ativados no momento da comunicação. A partir dos elementos trabalhados pelo texto e pela imagem, são realizadas conexões e estabelecidos conceitos. O leitor faz inferências, construindo o sentido do texto ¹⁷⁸. De acordo com Epstein,

o que, todavia, suporta e dá vida e sentido à tríade básica da comunicação, constituída por emissor, receptor e mensagem, é algo invisível no trânsito da mensagem, da fonte ao destinatário. Algo que já participava do universo do emissor e do receptor antes da transmissão da mensagem ¹⁷⁹.

A carta do pai de uma menina de 14 anos, deflorada pelo tio, assinalou as confluências entre as preocupações da população e as idéias defendidas pela Gazetinha, em seu intuito moralizador. Os telegramas e as cartas recebidas pela redação deram uma dimensão de como o código era recebido pelo público, fornecendo pistas desses comportamentos ao pesquisador. O conteúdo desses textos (ainda que a quantidade não seja muito grande) sugere a aplicação de um código forte acerca dos comportamentos da sociedade, uma vez que o entendimento do leitor com relação às questões publicadas não se mostrava ambíguo. O caso já havia sido comentado pelo jornal em 1896, mas foi retomado no

¹⁷⁷ EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit.*, p.38.

¹⁷⁸ TREVISAN, Eunice. **Leitura: Coerência e conhecimento prévio: Uma exemplificação com o frame carnaval**. Santa Maria: UFSM, 1992.

¹⁷⁹ EPSTEIN, Isaac. *Op. Cit.*, p.88. Para o autor, *ocorre, então, que se por um lado existe um significado mais evidente da mensagem, aceito por consenso, que responde pela denotação do signo, os múltiplos significados conotativos podem não só imprimir um segundo, terceiro ou mais significados às mensagens, como também pode ocorrer de emissor e receptor atribuírem significados diferentes à mesma mensagem, por operarem em códigos diferentes* (p.90).

início de 1897, com o envio de carta à redação, a qual afirmava: *saibam os chefes de família que lhes cumpre arredar suas filhas desse miserável, ainda mesmo que a seu lado esteja a esposa*¹⁸⁰.

A edição seguinte continuou abordando as repercussões do estupro da menina pelo tio. Uma carta de leitor comentou as palavras do pai revoltado. As observações do leitor condiziam com o discurso defendido pela Gazetinha, de que caberia à autoridade policial apresentar soluções para o controle da ordem e da moral em Porto Alegre:

À vista daquela carta exposta à luz da publicidade, parece-me que compete apenas às autoridades formarem o processo e trancar o réu na cadeia, que e o lugar em que se pode melhor conter as sanhas sensuais de um ente que é uma parasita venenosa de nossa sociedade. Quarto escuro e a pão e água, para refrear-se as paixões lascivas desse homem que, passeando impune, ofende com a sua presença o nosso grêmio social e as castas virgens do lar doméstico¹⁸¹.

Quando existiam as intervenções do leitor, elas se davam no sentido de concordar com a fala do jornal ou simplesmente temer as repercussões da *verdade* publicada, como ocorrera com a viúva que se sentira atingida pelos comentários do Beija-Flor.

Ainda que apresentando um jornalismo incipiente, pode-se considerar, já no século XIX, uma relação entre emissor e receptor, constituindo uma bidirecionalidade do processo comunicacional. Havia, portanto, uma interação. Entende-se, aqui, que um indivíduo atua sobre o outro em um sistema social: *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social*¹⁸². Assim, o emissor, no caso a Gazetinha, constituiu um código forte a ponto de contribuir para a normalização das atitudes, das falas e dos comportamentos. O receptor, o público leitor (e mesmo aquele que recebia a fala indiretamente, por intermédio dos impactos percebidos na vida cotidiana), no entanto, era o alvo das preocupações do jornal, de maneira que esse público

¹⁸⁰ Gazetinha, Porto Alegre, 25 de março de 1897, ano 6, n° 94, p.2

¹⁸¹ Gazetinha, Porto Alegre, 28 de março de 1897, n° 95, capa.

¹⁸² LIMA, Jorge Augusto & MOTTA, Luiz Gonzaga & COSTA, Gustavo Borges. *Notícia e construção de sentidos: Análise da narrativa jornalística*. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, vol. XXVII, n° 2, julho / dezembro de 2004, p.33.

também intervinha na pauta da folha. Assim, quando a mensagem atingia o receptor, ele se tornava emissor e repassava a mensagem ao emissor inicial (e que, a partir daquele momento, tornava-se receptor). Entretanto, os códigos estabelecidos por um e por outro eram diferentes, porque cada um ocupava papéis distintos, ainda que complementares. Esse sistema acabou por criar um senso comum acerca dos comportamentos e condutas adequados à vida em sociedade e sobre a representatividade da prostituição em Porto Alegre: a visão de um mal do universo urbano que, além de controlado, deveria ser expurgado da cidade, em nome da tranquilidade, da boa convivência e da saúde pública.

2.3. A contribuição da hipótese de *agenda-setting* para o reforço dos códigos sociais

A influência da mídia sobre o público receptor e a construção de uma realidade constituem impactos dos meios de comunicação por meio da hipótese da *Agenda-Setting*, constituindo efeitos a médio e longo prazos. A imagem da realidade é realizada a partir dos meios de comunicação, que a criam ou mesmo a provocam, criando imagens ¹⁸³. O campo de análise da hipótese de *Agenda* considera que os meios pautam o conteúdo da *agenda* do leitor, sugestionando sobre o quê ele vai pensar (não impondo necessariamente um enfoque), afetando, sobretudo, os indivíduos que não possuem posicionamento sobre a temática em questão. Mesmo que inconscientemente, a temática agendada passa a interferir no cotidiano do leitor, que se encarrega de fazer com que a questão não se limite às páginas dos jornais.

De acordo com a hipótese de *Agenda*, a imprensa pode até não controlar fortemente as atitudes, crenças e comportamentos do público receptor, mas traz

¹⁸³ Para Motta, Lima e Costa, o discurso jornalístico é permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pelo que evidencia quanto pelo que insinua, sugere ou oculta. Este discurso renova as percepções de mundo. Assim, o jornalismo atua além da mera produção de notícias: configura-se em veículo de reinserção da audiência no universo social. (LIMA & MOTTA & COSTA. Op. Cit, p.33)

para a sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se pensar a respeito¹⁸⁴. O leitor da coluna “Apanhados”, que enviara o telegrama, por exemplo, não apenas pareceu ter colocado na sua agenda diária o tema abordado pelo colunista, como ainda buscou contribuir, dando-se ao trabalho de coletar informações para envio imediato e, caso necessário, também posterior, como deixou claro o final do telegrama. O caso não fora uma exceção: *The press may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think about*¹⁸⁵.

A percepção que se tem da realidade é mediada por imagens trabalhadas pelos veículos de comunicação¹⁸⁶. Assim, um pressuposto básico da *Agenda* é o de que se sofre influência da mídia a médio e longo prazo, *não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda*¹⁸⁷. A sociedade do século XIX moldou um estereótipo que ainda hoje se percebe com relação aos comportamentos femininos, sobre a prostituição, sobre a moral e sobre a família. Certamente, não se constituía em um olhar isolado da imprensa da época, uma vez que a contribuição da literatura para tal também foi grande. É possível, entretanto, se pensar em veículos da época que pautaram interesses do grupo de leitores, tais como a Gazetinha. De acordo com Margaret Bakos,

a frequência de crítica na imprensa porto-alegrense faz com que o Exemplo, que se intitula porta-voz dos grupos oprimidos, alerte insistentemente a sociedade política para a necessidade de intervir na civil, a fim de atenuar os males que afligem o povo. A sociedade civil, não raro, nega-se a contribuir para minimizar a miséria alheia

¹⁸⁴ *The Agenda-Setting function of press: Telling us what to think about*. In: LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. **Milestones in mass communication research**. New York: Longman, 1993, p.327-328.

¹⁸⁵ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit p.329.

¹⁸⁶ Para Motta, Lima e Costa, há uma mediação da realidade pelo jornalismo, empregando *impressões reveladoras não apenas das intenções ideologicamente direcionadas, mas elementos antropológicos como crenças, valores, desejos, éticas, morais e diversas outras nuances que fazem parte da cultura onde estão inseridos todos os membros deste processo de mediação* (p.35). A construção desta realidade se dá através de uma mescla de elementos da realidade com o imaginário social: “esse processo narrativo do cotidiano surge impregnado de elementos provenientes do imaginário e da memória cultural coletiva e mistura-se com a realidade objetiva dos fatos reportados.” (p.34) (LIMA & MOTTA & COSTA. Op. Cit)

¹⁸⁷ HOHLFELDT, Antonio. *Os estudos sobre a hipótese de agendamento*. In: Revista Famecos, Porto Alegre, nº. 7, novembro de 1997, p.45.

queixando-se por ver-se a toda hora solicitada a cooperar com instituições de caridade, idealiza pessoas representativas da sociedade política, em quem exaltam qualidades capazes de resolver os problemas¹⁸⁸.

Os jornalistas que constroem as falas dos jornais, caso em que se inclui a Gazetinha, acabam se tornando mediadores da realidade em função da credibilidade neles depositada, por meio de uma espécie de *contrato de veracidade*, que produz um efeito de real. É de reconhecimento do público leitor que ao jornalista cabe o papel de apurar os fatos e torná-los públicos, da maneira mais objetiva possível, limpa de juízos de valor. Entretanto, uma vez que os textos são produzidos por indivíduos, que possuem suas crenças e visões de mundo, é possível questionar esse posicionamento, pela simples dificuldade que todos têm de se despir absolutamente de tudo aquilo em que acredita. Ainda que a proposta de um jornal possa ser a da imparcialidade, essa deve ser colocada em discussão¹⁸⁹.

Os temas polêmicos são aqueles capazes de receber agendamento, apresentando duração (presença nos veículos) variável: *sensitive observers of the media and their audiences continued to feel that people were influenced in their beliefs and actions because of repeated exposure to the content of mass communication*¹⁹⁰. A prostituição, por si só, constitui-se em tema polêmico e tomou grande espaço na Gazetinha, a partir de 1895, até o início de 1897. A situação foi agravada pelas constantes denúncias de que moças de família, viúvas e mães solteiras acabavam entregues ao vício e à devassidão, uma vez atraídas por mulheres de baixo nível, à vida nas *espeluncas*.

A mídia moderna apresenta, como uma de suas mais importantes características, o fato de selecionar: a indústria da mídia se interessa mais por alguns assuntos do que por outros. Dessa forma, exerce certa influência sobre as pessoas, o que vem se tornando, atualmente, alvo das pesquisas no campo da

¹⁸⁸ BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.33.

¹⁸⁹ Para Motta, Lima e Costa, *no processo de mediação da realidade social realizado pelas notícias há componentes simbólicos atuantes que interpelam os sujeitos durante os seus esforços de compreensão da realidade caótica e contraditória. É neste esforço de apreensão da realidade que o imaginário dos leitores penetra no ato de leitura preenchendo as lacunas deixadas pelo texto*. (LIMA & MOTTA & COSTA. *Op. Cit*)

¹⁹⁰ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. *Op. Cit.*, p.327.

comunicação¹⁹¹. De qualquer sorte, o que identifica a comunicação de massa, nos dias que correm, também tem relação com o momento em que a imprensa ainda procurava sua consolidação no Brasil: o século XIX. O fluxo contínuo de informações para a audiência, parte desse processo, também é, aqui, encontrado: a imprensa provém os leitores com informações por meio de uma lista de tópicos e assuntos que parecem importantes para os que administram os veículos midiáticos.

Embora não se enquadrasse ainda na categoria de Jornalismo Informativo Moderno¹⁹², a Gazetinha já apresentava, ao final do século XIX, alguns elementos semelhantes. Se são características da mídia moderna o fluxo contínuo de notícias, quando se considera a televisão o veículo por intermédio do qual as pessoas tomam conhecimento a respeito do que está acontecendo; o interesse da indústria de notícias por determinados assuntos, mais do que por outros; o fluxo constante de informações, da imprensa para a audiência, provida por uma lista de tópicos e assuntos desenvolvidos que parecem importantes aos olhos da própria mídia¹⁹³, a Gazetinha já se caracterizava por esse fluxo contínuo e o interesse por uma determinada gama de assuntos, em especial os que envolviam a moralidade pública, no período em foco.

Assim, a imprensa pode até não controlar fortemente as atitudes do público nem seus comportamentos, mas pode trazer para a sua atenção uma seleta agenda de tópicos para pensar a respeito¹⁹⁴. Um questionamento pertinente aos dias atuais¹⁹⁵, de acordo com essa lógica, também se aplica à imprensa da virada do século: se a imprensa dava a entender que algumas questões eram, de fato, mais relevantes do que outras, os leitores passavam a acreditar que o eram, na realidade? A formulação da fala dos jornais, mediante os códigos sociais empregados, sugere que sim. Afinal, conforme De Fleur, a mídia não é bem-sucedida o tempo todo em dizer no que se pensar, mas é bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre que temas pensar: trabalha-se, aqui, a hipótese de que a imprensa não apenas aplica o *agendamento* de determinadas questões em pauta, mas de que é esta a sua principal função¹⁹⁶. Os estudos da *hipótese de*

¹⁹¹ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit., p.327.

¹⁹² categoria estabelecida por Francisco Rüdiger em *Tendências do Jornalismo* (Op. Cit.)

¹⁹³ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit., p.327-328

¹⁹⁴ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit., p.328.

¹⁹⁵ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit., p.328.

¹⁹⁶ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit., p.329.

agendamento, portanto, trabalham com a idéia de que o que se sabe provém, em primeiro lugar, da construção feita pela mídia. Hoje se considera que a *Agenda-setting* não diz apenas no que pensar a respeito, mas como pensar ¹⁹⁷.

Em 1897, o foco era o policiamento urbano, temática que já vinha sendo relacionada com a da prostituição desde 1895. Ambas, em seu processo de *campanha*, sempre mereceram a primeira página: *A major story for newspaper was defined as any that appeared on the front page or any that appeared under a three-column headline in which at least a third of the story was devoted to political news* ¹⁹⁸.

Também cabe lembrar que a temática enfocada pela Gazetinha, no período em estudo, não era exclusividade do momento histórico, e nem tampouco deste jornal, especificamente. O tema da moralidade e a relação entre a mulher e a prostituição já eram abordados pela imprensa e pela literatura desde a segunda metade do século XIX e o início do XX, o que, mais uma vez, parece reforçar a hipótese de *Agenda*: percebe-se que os veículos de comunicação e as diferentes formas de discurso e alcance do público influenciam-se uns aos outros.

A literatura, que chegava ao público leitor, em grande parte, por intermédio dos jornais (e, em especial, por meio da imprensa literária, gênero característico da segunda metade do século XIX) se torna uma grande aliada do pesquisador, ao revelar que as discussões que inspiravam os literatos eram, muitas vezes, semelhantes às que instigavam os jornalistas. É importante lembrar, neste caso, que muitos dos literatos eram, inclusive, jornalistas, como já se salientou anteriormente, o que torna íntima a relação entre literatura e jornalismo, na época.

Uma das mais importantes representantes da imprensa literária na década de 1860 / 1870 foi a Revista do Partenon Literário. Ainda que seu período de publicação não coincidissem com o da Gazetinha, é por intermédio dos textos e das peças teatrais publicadas por ela que se percebe a incidência das polêmicas criadas quanto aos comportamentos femininos, os preconceitos, a existência de *imoralidades* como os jogos, os *vícios*, a *devassidão* e a prostituição na cidade. Questões, estas, que continuariam em pauta através das décadas de 1880 e 1890,

¹⁹⁷ McCOMBS, Maxwell. *The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas*. In: *Journal of Communication*, 43 (2), Spring 0021 – 9916, 1993, p.62.

¹⁹⁸ LOWERY, S.A. & DEFLEUR, M.L. Op. Cit p.331.

chegando aos primeiros anos do século XX. É provável, portanto, que a recorrência desses temas tenha influenciado a insistência da Gazetinha nessas discussões.

Em 1872, por exemplo, a revista publicou, na íntegra, e dividida em atos, a peça **Risos e lágrimas**, Hilário Ribeiro¹⁹⁹. As personagens femininas presentes no eixo central da trama salientam elementos como a voluptuosa vida em alta sociedade, que se mostra falsa e hipócrita; a desilusão amorosa, que pode levar os homens a uma vida de vícios (como os jogos, a bebida e as mulheres); o amor impossível; o casamento por interesse, visto como uma degradação moral; o desdém por mulheres cujos únicos interesses estão ligados a uma vida de luxo e riqueza; o padrinho que assume o papel de pai; a crítica ao nobre e ao burguês endinheirado, enquanto figuras opressoras da trama; a imagem da moça pura e ingênua, quase intocável; o homem que não tem escrúpulos por não ter tido acesso a uma boa educação de família; a missão divina da mulher, de ser mãe e esposa, exatamente o oposto pelo representado pela figura de Fausta e pelas prostitutas que assombravam as famílias *de bem*, de acordo com as polêmicas abordadas pela Gazetinha.

As figuras centrais de **Risos e Lágrimas** são as femininas. Adelaide, a protagonista do drama, é uma moça rica, cansada da vida luxuosa e hipócrita que leva. Órfã de mãe, ama Júlio de Aguiar; este é um guarda-livros, que também ama Adelaide, mas acredita ter sido iludido por ela. Fernando de Magalhães é irmão da Baronesa e padrinho de Adelaide, de quem cuida como um pai. Otávia é filha do negociante Ricardo da Silva e moça ingênua, que sofre pelo amor impossível que sente por Júlio. A Baronesa e o Comendador Torres são as figuras opressoras da trama. Finalmente, há a figura do médico Dr. Paulo de Benjamim que, por não ter noção de família e por ser órfão desde a infância, afundou-se na vida de *vícios*, nas casas de jogo e nos bordéis, embora seu desejo maior fosse o casamento com Adelaide.

A imagem de Adelaide, como predisposta a abrir mão da vida luxuosa que leva em nome de um verdadeiro amor, bem de acordo com o estereótipo feminino criado pela estética romântica, é reforçada diversas vezes ao longo da trama: *Homens vis! Julgam que a mulher é uma mercadoria e que se impõe ao*

¹⁹⁹ RIBEIRO, Hilário. *Risos e lágrimas*. Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário, Porto Alegre, segunda série, número 1, julho de 1872.

*coração! (arrancando as jóias e atirando-se ao chão) Pois bem, eu não preciso mais do que um claustro... de hoje em diante desfaço-me destas sedas, renuncio às esmeraldas e diamantes!*²⁰⁰ A personagem salienta que prefere as virtudes de mãe e de esposa, justamente os elementos salientados pela imprensa do século XIX como as missões da mulher na sociedade.

Dr. Benjamim, que sofrera uma desilusão amorosa, passa a representar uma personagem que desconfia de todas as mulheres, considerando-as falsas, razão pela qual somente se relaciona com as mulheres dos bordéis. Apesar de amar Adelaide (embora isso somente fique claro ao espectador ao final da trama), considera-a vulgar, em função do luxo que cerca a vida da moça.

Conversando com Júlio de Aguiar, que cai de amores por Adelaide, Dr. Benjamim lhe informa sobre o pedido de casamento pelo Barão, o Comendador Torres. O casamento por interesse recebe o apoio da Baronesa, que não admite que Adelaide se case com um homem de condição social diferente da sua. A moça é forçada a se casar com ele.

Logo em seguida, na trama, surge a figura de Otávia, a imagem da boa moça, pura e ingênua. Em conversa com Júlio, o moço lhe confessa sua desilusão amorosa com Adelaide, mas que, mesmo assim, não consegue esquecê-la. Ele entende que seu amor por Adelaide será condenado pela alta sociedade, pela diferença social que existe entre eles. O autor da peça critica a hipocrisia da alta sociedade e a idéia de que é preciso ser nobre para ter valor. O ambiente é comparado com o mundo da *devassidão* e do *vício*, tão criticados pela *Gazetinha*, como nas palavras de Júlio no segundo ato: *Sociedade maldita! Proclamas a virtude e no entanto vendes a alma e a consciência como a miserável cortesã de Roma vendia o corpo com o teu despotismo. Erguendo da lama o milionário, cortejando o agiota que vela, escutando o soluçar das vítimas!*²⁰¹ A hipocrisia criticada pela personagem representa, também, a hipocrisia da própria sociedade porto-alegrense do período, que condenava as atitudes consideradas inadequadas frente aos padrões desejados de comportamento, mas que, ao mesmo tempo, parecia acobertar indivíduos que desfrutavam dos locais de jogo, de bebida e de mulheres. Como se comenta neste estudo, a situação percebida é a de que os mesmos

²⁰⁰ RIBEIRO, Hilário. Op. Cit, ato 1, cena 4.

²⁰¹ RIBEIRO, hilário. Op. Cit, ato 2, cena 5.

cidadãos/homens que criticavam esses espaços eram os que os freqüentavam, bem como os que possuíam condições financeiras para cobrir os gastos com esses prazeres mundanos.

No drama de Hilário Ribeiro, bem de acordo com a estética romântica da literatura do século XIX, sempre é salientada a moça ingênua e que sofre por amor. A personagem Otávia, que atende a essas qualidades, desconfia de Adelaide que, a princípio, contraria essas características. Somente o público sabe que ela também sofre e que estaria disposta a largar a vida de luxo por um grande amor. Otávia, logo a seguir, reconhece o engano quanto ao caráter de Adelaide. Esta diz amar Julio de Aguiar, mas fora enganada por ele. Otávia diz que seu sentimento é recíproco e que ambos foram vítimas de alguém interessado em impedir o casamento. A Baronesa e o Dr. Paulo de Benjamim são apontados como responsáveis pelo mal-entendido. A personagem, portanto, sacrifica seus próprios sentimentos em favor da felicidade de outras pessoas.

A Baronesa vê Otávia deixando a casa e fica furiosa quando Adelaide lhe diz que se trata de uma parenta de Julio de Aguiar. As duas discutem, pois Adelaide jamais aceitará um casamento forçado. Na cena seguinte, o Dr. Paulo de Benjamim vai ao encontro de Adelaide para pedi-la em casamento. Ela recusa a proposta por não saber da grave condição financeira de Fernando de Magalhães. Nesse momento da peça, são trabalhados a missão divina da mulher – de ser mãe e esposa –, a importância da educação e dos valores familiares, o que vai ao encontro da formação do próprio autor, Hilário Ribeiro, homem dedicado ao magistério – elementos fundamentais para a difusão dos modelos femininos considerados ideais. Em prol da manutenção desse modelo é que foram feitas tantas críticas a Fausta e às *espeluncas* citadas pela Gazetinha, pois uma das maiores acusações feitas nos textos do jornal foi o fato de Fausta aliciar não apenas moças ingênuas e menores de idade, mas também mulheres de família, casadas, inclusive. A existência de bordéis como o de Fausta passa a constituir uma grande ameaça à estrutura de família, tão valorizada pela sociedade da época (ainda que contradições existissem, como foi salientado no que tange à suposta hipocrisia da sociedade porto-alegrense do século XIX), bem como pela estética romântica. O tema, portanto, estava em pauta constante ao final do século XIX.

Fernando de Magalhães junta-se às personagens na cena seguinte e o Dr. Benjamim faz-lhe a cobrança de suas dívidas, dizendo que seu credor não é mais o Comendador Torres. Adelaide passa a entender, então, a proposta de casamento do médico e se oferece para salvar o padrinho da ruína, mesmo que isso implique sua felicidade. Fernando recusa-se a sacrificar a afilhada, preferindo a miséria do que o peso que representaria tal consentimento. O padrinho de Adelaide tira do bolso uma carta que pertence ao Dr. Benjamim, que passa mal ao ler seu conteúdo. A carta revela que Adelaide e Dr. Benjamim são irmãos e traz felicidade a ambos, que agora possuem uma família, e livra Adelaide da obrigação do casamento indesejado.

Volta à cena Otávia, desesperada com o casamento de Júlio e Adelaide. Otávia sofre, mas tenta ajudar o amor do casal. Adelaide pede que a amiga lhe conte o motivo pelo qual está sempre triste, mas ela se recusa, prometendo apenas que um dia lhe dirá toda a verdade. A cena final apresenta o casamento de Júlio e Adelaide, onde Otávia enlouquece de ciúmes.

Ainda que com enfoques um pouco diferentes, observa-se que o centro das discussões, tanto na Gazetinha quanto na peça de teatro, publicada em revista, era o papel da mulher na sociedade.

É preciso considerar ainda os preceitos trabalhados pelo campo da Análise do Discurso, a qual permite compreender melhor de que maneira a argumentação do jornal foi construída. Segundo Michel Pêcheux, *o sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas, colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidos*²⁰². A natureza do público leitor também é fator importante:

The agenda-setting hypothesis assumes that there is some casual relationship between the selective emphasis given to a list of issues by the media and the development of corresponding audience beliefs about their hierarchy of relative importance. The nature of this influence is not understood, but there is clearly a time factor involved. The media must do their part first, and the influence on the audience comes later²⁰³.

²⁰² GADET, F. & HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

²⁰³ LOWERY, S.A. & DE FLEUR, M.L. Op. Cit, p.335.

Para Márcia Janete Espig, um dos problemas mais freqüentes no trato do jornal como fonte, com a utilização de matérias, charges e reportagens para a pesquisa na História é a ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico, bem como sua utilização como se fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma²⁰⁴. É neste momento que se faz necessária uma atenção maior à análise de discurso. A charge e o texto impresso no jornal constituem representação de uma época, de um interesse, de uma visão coletiva.

Por meio dessa perspectiva, não são os sujeitos físicos e nem o lugar que ocupam na sociedade que determinam necessariamente o discurso, mas suas imagens e a projeção dessas enquanto protagonistas de uma cena discursiva. O imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma visão sócio-histórica. Também é importante se ter presente que o discurso nunca é totalmente explícito, pois se constitui em algo essencialmente argumentativo.

Assim, além do texto, a charge (também motivo de análise neste estudo) tem sido utilizada pela imprensa brasileira desde meados do século XIX como instrumento de fácil assimilação pelo público, apresentando objetividade e ironia que podem servir aos mais diferentes propósitos. Os estudos de Patrick Charaudeau, com enfoque centrado sobre os procedimentos da lógica argumentativa, permitem compreender, por meio da análise do discurso, o desempenho argumentativo de suas afirmações, que contribuem para a constituição de um elemento de persuasão.

Para Patrick Charaudeau, o discurso formulado se dá a partir das enunciações, ou seja, a fala em ação, de uma interação e encenação entre dois sujeitos / parceiros. Haveria uma interação em três módulos: o *módulo lingüístico* (o que está explícito no discurso); o *módulo extralingüístico* (o que está implícito no texto, ou seja, suas marcas e evidências); e, por último, o *módulo representacional*,

²⁰⁴ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: O caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, n.2, p.274, dezembro de 1998.

isto é, o lugar que o sujeito participante do discurso ocupa na sociedade em que ele foi produzido²⁰⁵.

Assim, é por intermédio da relação entre esses dois sujeitos / parceiros, em um contrato de fala, que são produzidos os discursos e as formações imaginárias. O conhecimento prévio dos sujeitos envolvidos também é determinante neste processo, pois demonstra a concepção de mundo do indivíduo, bem como suas vivências pessoais.

Os estudos de Patrick Charaudeau para o entendimento dos procedimentos da lógica argumentativa, presentes na imprensa, apresentam grande contribuição para a análise de discurso. Segundo o autor, o discurso compreende duas afirmações: *afirmação de partida* (fala sobre o mundo, por um dos sujeitos do discurso; ou seja, uma enunciação) e uma *afirmação de chegada* (o que é aceito do enunciado desta enunciação inicial). A interação e a troca existente entre ambos permitem compreender, portanto, o discurso formulado nas charges e textos publicados pela Gazetinha, foco deste estudo²⁰⁶.

Uma das primeiras questões levantadas pelo autor, no que se refere aos procedimentos da lógica argumentativa, é a presença da dedução no discurso²⁰⁷. A dedução seria a consequência mental da *afirmação de partida*. Portanto, a *afirmação de partida* é a causa da *afirmação de chegada*. A dedução se dá por encadeamento, já que, para o autor, a dedução poderia se dar de diferentes maneiras. Primeiramente, haveria a dedução por *silogismo*²⁰⁸: há uma consequência implicativa (se... então, logo); há uma ligação de necessidade (o argumento da lógica).

Já na chamada *dedução pragmática*²⁰⁹ há uma consequência explicativa. Na *dedução por cálculo*²¹⁰, há uma consequência implicativa com afirmações referentes à qualificação. Conclui-se (deduz-se) a partir de dados apresentados. É o que parece acontecer no caso da fala construída pela Gazetinha. O jornal não se resumia a apresentar os fatos, mas tecia uma análise sobre eles,

²⁰⁵ CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992, p.780.

²⁰⁶ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit, p.787-789.

²⁰⁷ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit, p.794.

²⁰⁸ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit p.795.

²⁰⁹ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit, p.795.

²¹⁰ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit, p.795.

poucas vezes deixando espaço para que o leitor tirasse suas próprias conclusões, não parecendo haver imparcialidade. Deduzem-se soluções, problemas, conseqüências, apresentadas ao leitor por meio de diferentes artifícios. Pela dedução condicional, apresenta-se a idéia de condição e conseqüência.

De acordo com os princípios de Charaudeau, toda a afirmação pode ser argumentativa, a partir do instante em que ela se insere em um *dispositivo argumentativo*²¹¹. O sujeito, que se insere nesse dispositivo, é levado a tomar posição em relação ao contexto e ao desenvolvimento da argumentação. Como *dispositivos argumentativos*, tem-se, em primeiro lugar, o *propósito*²¹²: encadeamento de afirmações. Em segundo lugar, a *proposição*²¹³, entendida como uma tomada de posição. O sujeito está em acordo ou desacordo com o propósito. É o que se percebe estar colocado em prática pela Gazetinha: a todo momento, há uma tomada de posição do veículo com relação à prostituição e à moralidade de Porto Alegre; há um encadeamento de afirmações por meio de diferentes espaços (os textos de capa, as colunas, os anúncios publicitários e as caricaturas) e um posicionamento assumido frente às questões.

Finalmente, é importante considerar a importância de se estabelecer relações entre o discurso formatado e o contexto no qual ele se forma. Aqui se ressalta a necessidade do conhecimento prévio para o entendimento do conteúdo dos textos e imagens apresentados. Precisa-se ter em mente as críticas feitas naquele momento (o contexto histórico de desenvolvimento urbano e os problemas sociais da cidade na época) e considerar o próprio posicionamento do jornal e das pessoas que as faziam a respeito. O discurso é uma constante relação de forças. É preciso ter um conhecimento de mundo, por intermédio do qual estruturas cognitivas são ativadas no momento da leitura, permitindo a configuração de conceitos e relações subjacentes.

²¹¹ Neste momento cabe ressaltar que o autor ainda trabalha a organização do ato de linguagem, constituindo-se não necessariamente em uma comunicação, mas num processo resultante do jogo entre o implícito e o explícito. O ato de linguagem pode ser considerado, aqui, como uma forma de expedição e aventura, participando sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito que comunica (chamado de *Eu comunicante*). Para produzir essa expedição, o sujeito que comunica se utiliza de um contrato, supondo que o outro tem uma competência lingüística de reconhecimento semelhante à sua. Espera-se, portanto, uma contrapartida de conviência. Através de uma noção de estratégia, o sujeito que comunica concebe, organiza e põe em cena suas intenções, conforme podemos observar nas charges (CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit., p.803).

²¹² CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit., p.804.

²¹³ CHARAUDEAU, Patrick. Op. Cit., p.804-805.

CAPÍTULO 3

CÓDIGOS SOCIAIS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL A GAZETINHA SOBRE A MORAL E A PROSTITUIÇÃO EM PORTO ALEGRE

A partir de 1897, a Gazetinha sofreu alterações, não mais sendo publicadas edições ilustradas, voltando-se a temáticas de cunho mais político, atacando constantemente o partido de Júlio de Castilhos. A circulação do jornal, porém, aumentava: se antes a folha circulava às quintas-feiras e aos domingos, desde então tornou-se publicação diária. Entretanto, uma questão permanecia sendo o centro das atenções da Gazetinha, desde 1895: a preocupação com o avanço da imoralidade, a deficiente segurança pública e a prostituição em Porto Alegre. Em função do prosseguimento desses problemas, sob a ótica da imprensa local, seriam necessárias medidas de saneamento da moral pública. Nesse sentido, construíram-se falas disciplinadoras, buscando a manutenção de uma ordem desejada²¹⁴.

²¹⁴ Para Michel Foucault, esse processo vem de meados do século XVIII, contexto que tem um especial interesse na docilidade; na formação do que o autor chamou de *corpos dóceis*: *o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que*

A abordagem de temas semelhantes ganhou força em meados do ano de 1895, em função da utilização do material visual de que a publicação passou a dispor naquele momento. Demonstrava-se uma preocupação muito grande com as mudanças que a cidade vinha sofrendo: com o crescimento da localidade, modificam-se os comportamentos. Com o incremento da vida noturna, proliferaram bordéis na cidade, parte deles servindo de espaço de trabalho para mulheres negras em um período pós-abolição da escravatura (ocorrida em 1888). Ao mesmo tempo, surgiram críticas negativas à limpeza urbana e à manutenção da ordem nas ruas. As temáticas passaram a ser veiculadas de forma interligada: o problema social, de saúde pública e de segurança – ameaçada pela prostituição –, de acordo com a representação feita pela Gazetinha, a crítica ao *vício*, à desordem nas ruas, à moral do cidadão porto-alegrense. Essas questões foram abordadas em textos de capa, colunas, charges e até mesmo propagandas do jornal, entre os anos de 1895 e 1897. Ainda que a Gazetinha se intitulasse como jornal sempre ao lado do *Zé Povinho*, muitas vezes criticava sua conduta e algumas de suas atitudes ... O povo se tornou alvo do escárnio.

Como assinalado anteriormente, a Gazetinha construiu a imagem de uma Porto Alegre tomada pelo vício e pela devassidão, repleta de perigos para as famílias *de bem*, por suas ruas sujas, mal-iluminadas, com o trânsito de elementos suspeitos. A fala foi construída em diferentes espaços do jornal: a presença do tema nas capas, colunas, anúncios publicitários e charges, reforça a hipótese da *agenda setting*, a partir da constituição de códigos fortes que pautavam as discussões na sociedade.

Trabalha-se, aqui, com a hipótese de que os códigos morais estabelecidos foram, também, reforçados por estereótipos existentes na sociedade, com relação a papéis sociais assumidos, que regulavam os comportamentos em sociedade e a fala oficial (representada, aqui, pelo jornalismo). Estereótipos, estes, que dizem respeito ao imaginário social construído tanto pela literatura sul-riograndense quanto pelo próprio jornalismo.

se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhora dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado. (Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005, p.117-118) Também para o autor, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p.118).

Walter Lippmann discute a questão dos estereótipos ao abordar o tema da opinião pública²¹⁵. Os estereótipos, assim, envolvem o problema da aquisição do significado pelas coisas, ou de dar forma a hábitos de uma simples apreensão. Mas o tipo da definição e da consistência sobre os significados atribuídos depende de quem o introduz²¹⁶.

Assim, os estereótipos são produtos de uma fala hegemônica. Problematizando-se a Gazetinha, há que se considerar, portanto, que o discurso hegemônico na sociedade porto-alegrense do século XIX era o masculino, uma vez que os homens de Letras eram os que produziam os jornais. Poucas, ou raras, foram as participações femininas, como a de Luciana de Abreu, que encontrou destaque na Revista do Partenon Literário, publicada anos antes. A profissionalização do jornalismo e a ampliação das noções de mercado que cercam este ambiente somente encontrariam lugar no século XX. Em se tratando de um discurso predominantemente masculino, tanto a literatura quanto o jornal veiculavam estereótipos em relação a comportamentos e papéis sociais. Em ambos, a figura da prostituta ou a imagem sensualizada da mulher eram repudiadas por intermédio dos códigos morais de fala utilizados, que atribuíam significados a essas figuras.

Lippmann trabalha o entendimento de que se define, primeiramente, e, somente então, se vê²¹⁷. Existia um conhecimento prévio que se antecipa ao nosso olhar: um preconceito. No caso da Gazetinha, os atos das pessoas acabam balizados por essa fala estereotipada que se espalhou na sociedade e que se tornou hegemônica, ainda que nem todos tivessem o acesso à leitura, por razões anteriormente discutidas. Para o autor, se não se pode compreender inteiramente os atos de outras pessoas, antes de saber o que elas pensam que sabem, a fim de fazer então a justiça, tem-se que identificar não somente a informação que esteve em sua eliminação, mas as mentes que as filtraram. Há uma informação interceptada para estabelecer os tipos aceitos, os padrões atuais, as versões padrão²¹⁸.

²¹⁵ LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York / London: Free Press / Collier-Macmillan, 1966.

²¹⁶ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.45.

²¹⁷ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.55.

²¹⁸ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.57.

O que importa no caráter dos estereótipos é a forma como é empregado, em conformidade com as padronizações que constituem a filosofia da vida de cada um. Se, nessa filosofia se supõe que o mundo está codificado de acordo com um código que se possui, tende-se a fazer entendimentos sobre o que está acontecendo, ou uma descrição de um mundo de acordo com o código individual. Mas, conforme adverte Lippmann, se a filosofia particular diz que cada homem é somente uma parte pequena do mundo, que é parte de uma rede grosseira das idéias, então, quando se usam estereótipos próprios, tende-se a saber que são somente estereótipos, para os modificar. Percebe-se, então, mais e mais claramente quando as idéias pessoais começaram, onde começaram, como vieram, por que são aceitas. Permite-se, enfim, saber que contos de fadas, livros de escola, tradições e frases, plantaram um preconceito na mentalidade coletiva ²¹⁹.

O estereótipo, por conseqüência, é altamente carregado com os sentimentos a que lhes são unidos. São a fortaleza da tradição e ,atrás de suas defesas, pode-se continuar a se sentir seguro na posição em que se ocupa²²⁰. O olhar é treinado para ver da maneira como o estereótipo formou²²¹. Se o que se está olhando corresponde com sucesso ao que se antecipa, os estereótipos são reforçados para o futuro²²². Afinal, não se vê o que os olhos não estão acostumados a considerar²²³. Às vezes conscientemente, mas com freqüência sem sabê-lo, fica-se impressionado pelos fatos que cabem na filosofia individual de vida, ou seja, os estereótipos. Essa filosofia constitui, mais ou menos, uma série organizada de imagens para descrever o mundo despercebido, mas não somente para explicá-lo/descrevê-lo, para julgá-lo também. E, conseqüentemente, os estereótipos são carregados com as preferências, a afeição ou o desagrado, unidos aos medos, à luxúria, aos desejos fortes, ao orgulho, à esperança. O que quer que invoque o estereótipo, é julgado com o sentimento apropriado²²⁴. Enquanto há o ajuste ao código individual, há o ajuste dos fatos que se vê nesse código.

As abordagens dos jornais são construídas como narrativas. Buscam atingir o leitor, através da piedade, do horror, ou seja, pelo envolvimento emocional.

²¹⁹ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.60.

²²⁰ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.64.

²²¹ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.65.

²²² LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.65.

²²³ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.75.

²²⁴ LIPPMANN, Walter. Op. Cit., p.78.

A narrativa dada torna-se fundamental; a intriga, uma constante. Elementos que se constituem em imitações das ações humanas, como previra Aristóteles em sua **Poética**. Esses elementos estavam presentes, portanto, nos textos e imagens trabalhados pela Gazetinha em uma época onde Jornalismo e Literatura encontravam-se muito próximos²²⁵. A estrutura do texto literário encontra suas bases de entendimento nos estudos de Aristóteles.

Aristóteles (384 AC – 322 AC) dedicou-se, na sua **Poética**, a estudar o fenômeno do teatro. Explicita os elementos componentes da poesia a partir da análise de três grandes gêneros: a tragédia, a comédia e a epopéia. Privilegia a tragédia, como forma superior aos dois outros gêneros literários²²⁶.

Aristóteles sugere que o teatro, envolvendo o ato de representação, é algo natural no ser humano, uma vez que, para representar, é preciso imitar algo. Para o autor, poesia é imitação: *ao que parece, duas causas, e ambas naturais, geraram a poesia: o imitar é congênito no homem (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado*²²⁷. A partir desta perspectiva, a formação dos estereótipos e dos elementos intrigantes, de apelo emocional, também seriam um produto dessa capacidade de imitação inerente ao ser humano.

Segundo Aristóteles, por intermédio de uma peça teatral, imitam-se ações humanas, utilizando-se o recurso da *mímese*²²⁸. A transposição das ações

²²⁵ Segundo Manuel Medel, *resulta inegável a influência de pautas de escritura e modelos literários para a construção de determinados discursos jornalísticos, não é de menor importância a presença do jornalismo (com seus temas, recursos, procedimentos e técnicas) na criação literária (especialmente no século XX), sem esquecer o fato de que as figuras do escritor e do jornalista (sobretudo de opinião) às vezes coincidem com a mesma pessoa* (MEDEL, Manuel Angel Vasquez. *Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências*. In: CASTRO, Gustavo de & GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002, p.15).

²²⁶ Especula-se que o autor teria escrito uma obra específica sobre a comédia, razão pela qual na **Poética** muito pouco se refere a ela.

²²⁷ ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.445.

²²⁸ Entretanto, Marvin Carlson, em estudo acerca das teorias teatrais da Antigüidade aos dias atuais, aponta que não há definição exata quantos aos conceitos-chave existentes na **Poética** de Aristóteles, o que já ocorre, por exemplo, com o termo *mímese*: *Aristóteles emprega nitidamente a palavra para significar o simples ato de copiar – no começo do capítulo 4, diz que o homem aprende suas primeiras lições por meio da imitação –, mas também nitidamente, logo acrescenta algo mais: no capítulo 15, por exemplo, os bons pintores retratistas são aqueles que reproduzem os traços distintivos de um homem, mas, ao mesmo tempo, fazem-no mais belo do que de fato o é. O que se acrescenta não é embelezamento e sim preenchimento; o que se imita é um ideal de que o exemplo tende a aproximar-se, porém ainda não atingiu* (CARLSON, Marvin. **Teorias do teatro: Estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade**. São Paulo: Unesp, 1997, p.14 / 15). Segundo Patrice

humanas para o meio verbal é feita pelo modo narrativo ou dramático. Na *mímese*, há um importante elemento da representação, pois ela envolve um conhecimento original do representado, sem o qual não há imitação.

Outro elemento fundamental para o pensador grego é a *catarse*, que pode ser entendida como a purgação do espectador / leitor mediante sua identificação com os personagens, com a história, quando considera que aquilo que está sendo representado poderia acontecer com ele próprio²²⁹. Haveria, portanto, uma espécie de purificação da alma ou das emoções por meio da descarga emocional provocada por um drama. Na tragédia grega, a *catarse* ocorreria quando o herói da trama passasse da felicidade para a infelicidade, não ao acaso, mas como consequência de ações ou escolhas malfeitas por ele. Essa situação pode suscitar, no leitor, o terror e a piedade, especialmente se os envolvidos na tragédia possuírem laços de sangue, razão pela qual a *catarse* estaria mais relacionada aos textos trágicos do que aos cômicos.

Roger Chartier, abordando a História das Mentalidades²³⁰, utiliza a noção de *representação coletiva*, sendo que a idéia de representação de algo, de uma idéia, de um pensamento, de aspectos da mentalidade de uma época, interessam ao historiador. Segundo Chartier,

Pavis, *a mímese é a imitação ou a representação de uma coisa* (PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 241).

²²⁹ O termo *catarse* pode ser entendido tanto em seu significado médico, como metafísico ou estético, este último relacionado à literatura dramática. Platão designou-a como termo de acepção moral e metafísica, entendendo-a como *a libertação em relação aos prazeres; em segundo lugar, a libertação da alma em relação ao corpo, no sentido de que a alma se separa ou se retira das atividades físicas, já em vida, a separação total, que é a morte*. Aristóteles teria empregado o termo para designar um fenômeno estético, *uma espécie de libertação ou serenidade que a poesia e, em particular, o drama e a música provocam no homem. (...) algumas pessoas, fortemente abaladas por emoções como piedade, medo e entusiasmo, ao ouvirem cantos sacros que impressionam a alma, encontram-se nas condições de quem foi curado ou purificado*. (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.120) Conforme Pavis, *Aristóteles descreve na Poética a purgação das paixões (essencialmente terror e piedade) no próprio momento de sua produção no espectador que se identifica com o herói trágico. Há catarse também quando é empregada a música no teatro* (PAVIS, Patrice. **Op. Cit.**, p.40).

²³⁰ A História das Mentalidades concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social. Desta forma, aborda as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, entre outros objetos, para reconstruir a história de uma dada sociedade, utilizando-se inclusive de elementos de disciplinas vizinhas. Segundo Jacques Le Goff, *o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento*. (LE GOFF, Jacques. **Apud**. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.41).

pode-se pensar uma história cultural do social, que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse

²³¹

Chartier também trabalha com a idéia de *forma simbólica*, que abrange todas as categorias e processos que constroem o mundo como representação. A função simbólica é uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real: fornece-se uma organização conceitual ao mundo social e constrói-se, assim, uma realidade apreendida e comunicada ²³².

Estes elementos são melhor trabalhados, no jornal, no espaço opinativo. É importante, portanto, para o entendimento da influência dos estereótipos na assimilação da informação trabalhada nos jornais, compreender o papel do jornalismo opinativo. Segundo José Marques de Melo, o jornalismo se articula com os veículos que tornam públicas suas mensagens, o que não significa que o conteúdo seja, necessariamente, jornalístico²³³. Assim, um jornal pode ter diferentes formatos e diferentes propostas. O seu peso pode recair sobre a imagem, sobre a denúncia, sobre os anúncios publicitários. Pode ter caráter informativo, opinativo, interpretativo, conforme está relacionado na tabela a seguir:

TABELA 7: Classificação dos gêneros jornalísticos, segundo Luiz Beltrão:

INFORMATIVO	INTERPRETATIVO	OPINATIVO
1. Notícia	5. Reportagem em profundidade	6. Editorial
2. Reportagem		7. Artigo
3. História de interesse humano		8. Crônica

²³¹

CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p.19.

²³²

CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p.19.

²³³

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994,

p.12.

Fonte: MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994

Assim, pode desenvolver dos temas mais amenos aos investigativos. Entretanto, seja qual for a abordagem trabalhada, existe um ponto comum, que é o apego ao real, fazendo-se, porém, a ressalva de que, ao representar o real, trabalha-se com versões dos fatos. A partir daí, o jornalismo desenvolve o elemento persuasivo.

Para Melo, com o desenvolvimento maior da imprensa, a partir do final do século XIX, (período, cabe aqui ressaltar, da publicação da Gazetinha), o jornalismo opinativo passou a ficar mais restrito ao espaço dos editoriais²³⁴. Antes disso, o informativo e o opinativo, de certa forma, foram trabalhados juntos. Foi o que pareceu ocorrer com a Gazetinha em suas páginas: o elemento opinativo não estava restrito àquele espaço, transpondo-se aos demais, entre textos de colunas e ilustrações. Ao mesmo tempo em que o jornal informava sobre os acontecimentos em Porto Alegre, emitia opiniões sobre eles, especialmente sobre as temáticas que envolviam comportamentos, papéis sociais e estereótipos criados. Tal encaminhamento reforçava leituras sobre a campanha contra a prostituição, podendo ser articulada com a Hipótese de Agendamento.

O jornalismo opinativo desenvolve a proposta de influenciar o leitor²³⁵, exercitando o elemento opinativo do jornal. Os meios de comunicação se tornam aparatos ideológicos: agem influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os

²³⁴ MELO, José Marques de. Op. Cit., p.23.

²³⁵ O Jornalismo articula-se em função de dois núcleos: a *informação* (saber o que se passa) e a *opinião* (saber o que se pensa sobre o que se passa): *Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos*. É neste ponto que reside a autonomia do processo jornalístico (MELO, José Marques de. Op. Cit., p.63). Para o autor, *os meios de comunicação "se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem* (p.67).

controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem²³⁶.

Foi o que se percebeu no caso da Gazetinha que, ao abordar um tema tão polêmico, como o que envolvia a moralidade da sociedade porto-alegrense, buscava a comoção do público leitor e o envolvimento emocional, ao apelar para os perigos que a questão representava para as *famílias de bem*.

A abordagem construída pelo jornal permitiu vislumbrar aspectos expostos pelo veículo, ao mesmo tempo em que insinuava os que estavam ocultos, sugerindo alguns *silêncios*. Em que medida a fala da Gazetinha não faz refletir sobre comportamentos e mentalidades dos porto-alegrenses na virada do século não retratados, necessariamente, nos jornais? Em que medida a insistência pela erradicação das casas de má fama, como uma pretensa fala generalizada, não sugere a existência de um comportamento exatamente oposto, mas que, justamente por isso, não poderia vir à luz explicitamente, oficializado, por não se encaixar no modelo de retidão comportamental estereotipado? Assim, o dito, no jornal, acabava por revelar o não-dito, conforme salienta Mouillaud:

No próprio momento em que o acontecimento é projetado, um processo inverso o põe a distância como algo que é impossível de atingir-se ou, pelo menos, do qual a totalidade escapa. Todo acontecimento pressuporia que fossem desdobrados, um saber e um não-saber, um mundo e um fim de mundo. Os grandes acontecimentos da mídia sejam aqueles que permitem não somente ver, mas não ver. Seria aqui o caso de uma estratégia da mídia que injeta mais-valia à informação, fazendo recuar o acontecimento em um fundo de trevas; menos este é suscetível de ser conhecido, mais ele contém valor informativo. O acontecimento seria um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é. O excesso não estaria do lado onde se o deplora ordinariamente (um excesso de informações, de palavras e de imagens). Seria um excesso no não-saber; existiria um excesso a conhecer atribuído ao acontecimento, uma sobrecarga de sentido adicionada a seu sentido²³⁷ [grifo meu].

²³⁶ MELO, José Marques de. Op. Cit., p.67.

²³⁷ MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) **O jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: UnB,2002, p.81. O autor ainda salienta que *seria ingênuo imputar à mídia uma estratégia da qual ela fosse a grande maquinadora. Deve-se preferencialmente vislumbrar uma correspondência entre as estratégias da mídia e das fontes. As fontes tendem a reter a informação como um buraco negro atraindo para si a luz.*

Isto ocorre porque a imprensa constrói imagens. Para Mouillaud, promover uma imagem é destacar do real um simulacro. O que se vê construído, portanto, não é a realidade em si, mas um simulacro dela, a partir do momento em que foram feitas opções pelo veículo, pelo colunista, uma vez trabalhados seus pontos de vista: *O gesto de pôr adiante é inseparável de um olhar que vem a seu encontro*²³⁸. Percebe-se, neste ponto, a capacidade de mobilização da imprensa, pois pôr em visibilidade implica poder: decide-se o que pode ser visto e o que não pode ser²³⁹.

O próprio formato do jornal e aqueles que o produzem comandam o que será publicado posteriormente. É o que Mouillaud chama de *genética do texto*: o jornal é a matriz que existe antes do texto e que acaba por defini-lo, antes mesmo que ele exista, na prática. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o texto produzido também contribui com o jornal, também pode precedê-lo, assim como a forma precede ao texto, conforme salienta o autor:

Se agora considerarmos a relação do dispositivo e do texto de um ponto de vista genético, vemos que existe uma antecedência invertida de um para o outro, em que cada qual desempenha, de forma alternada, o papel de gerador. Descrevemos os dispositivos como sendo matrizes (muito mais que suportes) em que se vinham inscrever os textos. Neste sentido (livro, jornal, canção, disco, filme etc.) existe antes do texto, ele o precede, comanda sua duração e a extensão. A antecipação do dispositivo não significa, contudo, a passividade do texto. Se o jornal gerou os títulos, como a cidade gerou a vitrine e as tabuletas, os títulos 'fazem' o jornal e as tabuletas a

Qualquer que seja o sistema (e não unicamente os sistemas políticos), ele tende a ocultar seu funcionamento em sua função: ocultando-se, produz um efeito de segredo (p.81).

²³⁸ MOUILLAUD, Maurice. A informação ou parte da sombra. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) *Op. Cit.*, p.37.

²³⁹ MOUILLAUD, Maurice. A informação ou parte da sombra. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) *Op. Cit.*, p.38. Para o autor, *produzir uma informação supõe a transformação de dados que estão no estado difuso, em unidades homogêneas. Um processo que não é a propriedade da mídia. Esta apenas representa o fim de um trabalho social, uma formação que começa a montante dos aparelhos propriamente da mídia. A manifestação é apenas um dos múltiplos operadores pelos quais uma sociedade se torna visível a si própria* (p.42). Dizer o que ocorreu obriga a uma seleção de dados, a partir de uma variável grande de critérios (do veículo, daquele que produz o texto, a partir de noções de mercado, de público-alvo, espaço no jornal na comunidade): *a intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados e dada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos* (p.43).

cidade, da qual elas são a receita. (...) Em outro sentido, o texto precede o dispositivo²⁴⁰.

Foi levando em consideração essas questões que serão analisados os códigos morais construídos na Gazetinha. A partir dos textos de capa, das colunas publicadas (como “Apanhados” e “Pela Imoralidade”), e das charges, a fala da Gazetinha acabou se referindo não apenas à conduta de alguns, em particular, mas à própria organização do espaço urbano. O momento social parecia ser o da necessidade da disciplina. Para que o mérito fosse alcançado, não bastaria sugerir como o indivíduo deveria conduzir sua vida privada; a partir do momento em que ele tinha uma vida pública, esta também deveria ser monitorada. As abordagens trabalhadas e os códigos empregados produziram reflexos em anúncios publicitários que se utilizaram de imagens femininas para vender seus produtos. Assim, também esses anúncios se constituirão em objeto de análise neste estudo.

Foi justamente uma fala tão direta e tão pouco polida que possibilitou a formação de um código forte, como sugere Epstein. Afinal, foram repetidas as vezes em que a temática da moralidade e da prostituição foi abordada, em diferentes espaços. Assim, pode-se trabalhar a hipótese de que foi essa insistência e a presença constante do tema nas páginas da Gazetinha, somadas à abordagem em outros veículos (outros jornais, o teatro, a literatura) que formaram o código forte que permitiu a constituição de uma mentalidade coletiva a respeito do tema e a construção de estereótipos a respeito da mulher da época e dos comportamentos ideais. O agenciamento do poder (por meio de uma fala pensada e ritmada), tanto quanto o agendamento pela mídia, construíram os códigos necessários para a consolidação de uma mentalidade cujos elementos ainda hoje são sentidos.

Buscou-se, por intermédio da formação desse código forte, o envolvimento emocional do leitor com as narrativas (visuais e textuais) apresentadas, uma vez que eram discutidas cenas presentes no cotidiano, portanto,

²⁴⁰ MOUILLAUD, Maurice. A informação ou parte da sombra. *Op. Cit.*, p.33. O dispositivo impõe forma ao texto. Para o autor, os dispositivos são *os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornal, livro, rádio, televisão, etc.)* (p.34). O texto é qualquer forma de inscrição. *Considerados do ponto de vista genético, o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada (o dispositivo pode aparecer como uma sedimentação do texto, e o texto, como uma variante do dispositivo, por exemplo, um número do jornal diário e sua coleção)* (p.35).

próximas do público leitor. A atmosfera supostamente sensacionalista, como foi dito em momento anterior deste estudo, com abordagens constantes de assassinatos e casos de abuso sexual, contribuiu para a criação de uma imagem de caos em uma cidade que se queria civilizada. A proximidade das ocorrências com a vida do público leitor, até mesmo se for considerada o quão pequena era a cidade de Porto Alegre naquele momento, facilitava a identificação ou o temor dos leitores com relação aos temas discutidos, viabilizado pelo conceito de catarse de Aristóteles.

3.1. As capas

A Gazetinha, conforme foi visto anteriormente, e pelo que pôde ser percebido por meio das cartas dos leitores, consolidou-se, em Porto Alegre, como um veículo crítico, e mesmo de denúncia. O espaço da capa tinha características fortes nesse sentido. Enquanto as colunas e charges eram reservadas, aparentemente, para uma crítica do cotidiano, era na capa que os comentários sobre a situação política e econômica do Rio Grande do Sul e do país eram tecidos. Em meio a essa concepção, foi também na capa que estavam estampadas as maiores críticas às autoridades locais, quanto ao controle das *espeluncas* e aos comportamentos nas ruas de Porto Alegre.

Formou-se um espaço, na capa, específico para isso: a seção “Pela Imoralidade”, se detinha, em muitos momentos, a narrar os episódios escandalosos que envolviam o bordel da cafetina Fausta. Na maioria das vezes, a abordagem não era feita somente no sentido de denunciar o que ocorria nesses locais, mas a ressaltar o quanto a guarda municipal parecia inoperante frente às ocorrências.

Sob a ótica de Michel Foucault, a disciplina envolve o cerceamento, separando-se os corpos em espaços diferentes. Trabalha-se a idéia de cada indivíduo no seu lugar e, em cada lugar, um indivíduo. Na Gazetinha, além da solicitação de maior ação das autoridades policiais para a disciplina, solicitava-

se/pregava-se pelo o desejo pela *limpeza* da cidade, dos indivíduos e dos locais que promoviam a devassidão, conforme o salientado por Foucault:

A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande 'encarceramento' dos vagabundos e dos miseráveis, houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes²⁴¹.

Assim, para o autor, a idéia da disciplina vem acompanhada da concepção de espaço útil. A mesma concepção parece se aplicar em Porto Alegre, na virada para o século XX:

Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (...) Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas²⁴².

O controle far-se-ia necessário sobre todas as formas de conduta. Se era forte a fala contra a prostituição naquele momento, ela era complementada por uma série de outros discursos elaborados, de forma a dar ênfase ao que se pretendia com relação às posturas sociais do período. A idéia, provavelmente, era a de conferir retidão a esses comportamentos. Assim, ainda que a prostituição fosse o alvo maior na fala dos jornalistas, também havia espaço reservado para as denúncias de *escândalos morais* de outros cidadãos, como mocinhas que buscavam namorar às escondidas, mulheres que recebiam homens em sua casa, na calada da noite (mesmo as casadas...), ou ainda sofredoras, com o coração partido... De qualquer forma, a mulher era figura central, naquele momento, dos discursos moralistas da Gazetinha. A vigilância de suas atitudes seria uma constante, na tentativa de formar *corpos dóceis*, conforme salienta Foucault:

²⁴¹ FOUCAULT, Op. Cit. p.122 e 123.

²⁴² FOUCAULT, Op. Cit. p.122 e 123.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma *anatomia política*, que é também igualmente uma *mecânica do poder*, está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)²⁴³.

O propósito parecia ser, ao escandalizar e criar polêmica em torno de questões relacionadas, criar a obediência da população aos comportamentos desejados. Assim, conforme enfatiza Foucault, há a busca de técnicas para coerção individual e coletiva, em uma espécie de disciplina militar:

Pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza *táticas*²⁴⁴.

Os recursos para a boa obediência e o que o autor chamaria de *bom adestramento* passariam por jogos de olhar, sendo, portanto, visíveis. Esse olhar seria constantemente exercitado pela Gazetinha, em campanhas declaradas pela moralidade pública, com o foco centrado na prostituição: *O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam*²⁴⁵. A vigilância se tornou fator decisivo. Foi colocando-se ao lado do povo, com o *dever* de protegê-

²⁴³ FOUCAULT, Op. Cit. p.119.

²⁴⁴ FOUCAULT, Op. Cit. p.141.

²⁴⁵ FOUCAULT, Op. Cit p.143.

lo, que o jornal empreendeu sua jornada contra as chamadas *espeluncas*, as casas de prostituição e de jogos que tomavam conta da atual Borges de Medeiros.

O que se percebe é que o contraste entre modelos ideais de comportamento e as condutas vistas nas ruas de Porto Alegre, onde se cruzavam representantes de uma elite, que ditava normas, e representantes das camadas populares da sociedade, criou uma atmosfera de violência que, conforme a fala da imprensa, deveria ser freada. Adotou-se, portanto, nessa fala, e nas cobranças feitas aos poderes públicos, uma postura de coerção, conforme sugere Rachel Soihet:

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por elas encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar que não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações

²⁴⁶

Cabe, também, salientar o papel ativo do receptor nos atuais estudos de comunicação e nesta análise, em particular. Assim, ainda que aspectos subjetivos sejam considerados na recepção dos dados veiculados, o campo de análise da hipótese de *agenda* considera que os meios pautam o conteúdo da *agenda* do leitor, sugestionando-o sobre o que pensar (não impondo necessariamente um enfoque), afetando, sobretudo, os indivíduos que não possuem posicionamento sobre a temática em questão.

Tendo seu início em 1895, a campanha ficaria mais acirrada em 1896, quando as cobranças das autoridades pelo controle disciplinar do Centro da cidade e pela punição dos agitadores tornou-se também mais intensa. Em março daquele ano, o jornal reforçou esse seu papel social na capa:

²⁴⁶ SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 363.

Embora o nosso esforço em benefício da moralidade pública, isto é, a campanha que levamos travada contra a existência das espeluncas desta Capital tenha sido estéril, pois até hoje a autoridade competente não dignou-se considerar devidamente o quanto temos publicado nestas colunas a respeito daquele assunto, embora estejamos clamando no deserto, prosseguiremos mostrando à população honesta desta cidade a podridão do vício que aqui alastra-se cada vez mais, continuaremos a denunciar os covis, as espeluncas onde perdem-se para a vida honrada mulheres que se deixam vencer pelas cantilenas falsárias dos 'D. Juans' de todas as condições sociais

247

A vigilância, portanto, recaía não apenas sobre aqueles que poderiam ser apontados como criminosos, por instigar o vício e a imoralidade, mas também sobre as atitudes inoperantes das autoridades, a quem caberia a obrigação da vigilância. É como se a vigilância fosse transferida à Gazetinha, mostrando-se a Intendência Municipal ineficaz neste sentido.

Em janeiro de 1896, a capa da Gazetinha foi dedicada a fazer um panorama da vida de Porto Alegre na virada do século. Reportando-se a assaltos, assassinatos, *barbáries*, agressões e desordens, o jornal se perguntava: *Onde vamos parar com esta continuidade de fatos?* ²⁴⁸ Reconheceu-se que existiam autoridades policiais e que tomavam determinadas atitudes para manter a ordem na cidade, entretanto, as medidas pareciam não ser suficientes. O jornal afirmava, claramente, que *não temos satisfatória resposta para o imprevisto que todos os dias nos assalta, apresentando as cenas mais requintadas de perversidade levada ao excesso* ²⁴⁹.

A fala da Gazetinha, naquele momento, era de revolta, e os termos empregados acabaram por constituir um código forte, aliado ao *agendamento* da mídia sobre a questão:

A lei garante o indivíduo, de que modo? Fazendo a polícia operar, ter exercício dentro dos limites de suas atribuições. A ela compete, pois, fazer justiça e privar para todo o sempre a sociedade dos maus elementos, que se põem em ativa

247 Gazetinha, Porto Alegre, 15 de março de 1896.

248 Gazetinha, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1896, capa.

249 Gazetinha, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1896, capa.

conspiração contra a sua tranqüilidade e foros incontestes de civilizada²⁵⁰.

A paz da cidade, de acordo com a Gazetinha, parecia ser quebrada pela atividade imoral exercida em determinadas ruas, como o Beco do Poço, Rua Clara, Rua Dr. Flores, Rua dos Pecados Mortais e Alto da Bronze, dentre outros famigerados espaços²⁵¹. As palavras do jornal culpavam as autoridades pela manutenção da desordem nestes lugares:

Bastará que a autoridade competente responsabilize os proprietários das mesmas [as chamadas *espeluncas*] pelos desvarios que os seus fregueses praticarem, porque nestes casos, os ditos proprietários, no intuito de salvaguardarem-se da ação policial, serão os primeiros a evitar que em suas casas aglomerem-se aqueles que, por efeito do álcool ou por veso arraigado possam dar causa a conflitos²⁵².

O jornal, portanto, apontava uma solução: tornar os proprietários dos bares, bordéis e bodegas responsáveis por todas as irregularidades cometidas pela clientela. Para a Gazetinha, se isso fosse colocado em prática, diminuiria sensivelmente o encaminhamento de vândalos e bêbados à Casa de Correção, pois o jornal argumentava que a maior parte das arruaças cometidas era provocada pelo tipo de atividade promovida naqueles locais.

Na edição seguinte, o jornal reconheceu e salientou que estava realmente em campanha pela moralidade em Porto Alegre e contra as atividades das *espeluncas*, vistas como as maiores causadoras de todos os casos de desordem na cidade. A fala, que continuaria a ter o mesmo tom até meados do ano de 1897, e que já dava sinais de campanha em 1895, por meio de charges e caricaturas, encontrava repercussão nas ruas e tomava espaço também em outros veículos de comunicação. Jornais como a Gazeta da Tarde e O Mercantil passaram a ter preocupações semelhantes e atacavam os mesmos alvos: as ruas, a

²⁵⁰ Gazetinha, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1896, capa.

²⁵¹ Na coluna "Apanhados" de 8 de março de 1896, publica-se: *que resultado obtém-se com a existência desses ínfimos antros em nosso centro comercial e decente?*

²⁵² Gazetinha, Porto Alegre, 12 de março de 1896, capa.

prostituição e a figura de Fausta. Naquela ocasião, a Gazetinha atacava duramente as autoridades policiais, o que assinala um comportamento da imprensa da época bastante diferente dos dias atuais. Se, nos tempos que correm, existe uma preocupação em demonstrar uma suposta imparcialidade por parte dos próprios veículos (ainda que seja dificilmente alcançada), a imprensa do século XIX (e mesmo em transição para o século XX) estava claramente posicionada frente a uma série de questões. O veículo, assim, acabava se prontificando a também receber ataques, tanto de autoridades, quanto de políticos e, por que não, do próprio público, que poderia se sentir atacado em alguns momentos (a exemplo dos que eram citados na coluna do Beija-Flor).

Na edição de 15 de março de 1896, portanto, como foi comentado anteriormente, a Gazetinha publicou na capa, com o título de “Pela Imoralidade”, artigo que daria início a uma série de textos com o mesmo teor:

É preciso que compreendam que o nosso intuito não é unicamente atirar à execração social o criminoso de lesa-moral; a nossa intenção é mais extensa, alcança um fim mais vasto e tão vasto quanto nobre: queremos que se evite a facilidade com que a imoralidade abriga-se e desenvolve-se por todos os pontos de Porto Alegre ²⁵³.

No mesmo texto, a Gazetinha argumentou com o caso de um homem acusado de agenciar uma menina no mundo da prostituição, tendo a polícia sido absolutamente inoperante na questão. Mais uma vez, o jornal fez duras acusações quanto aos procedimentos das autoridades. Ao que pareceu, o que ocorria em Porto Alegre não era culpa somente das atividades das *espeluncas*, mas da própria polícia, pela sua falta de atenção, como se permitisse os *desvios* de comportamento:

Não há muito tempo, andou pelas ruas da cidade um miserável polaco negociando com o corpo de uma desgraçada menina, sua compatriota. A polícia lançou mão deste nojento *cáften* e da menina e então esta, à autoridade, fez revelações importantes nas quais deduzia-se facilmente que o Hotel Portugal, sito na rua 24 de Maio, era uma das tantas casas públicas onde há quartos e camas para alugar a tanto por hora a qualquer casal desconhecido. Foi intimado pela polícia o

²⁵³

Gazetinha, Porto Alegre, 15 de março de 1896, capa.

proprietário daquele hotel a restringir o seu sistema de ganhar dinheiro? Não. E talvez não o intimassem porque a constituição garante a liberdade profissional... E ainda servindo-se desta mesma garantia, o citado proprietário insiste no mesmo sistema, aperfeiçoou-o, desenvolveu-o até, fazendo aquisição de uma ou duas mulheres orgânicas para atrair freguesias e dispensar-lhe certas amabilidades extremas. [grifo meu]²⁵⁴

O texto foi finalizado por meio de uma cobrança às autoridades:

Se porventura não é ilegal um dono de hotel ter quartos em seu estabelecimento para certos fins que a decência obriga a não dizer-se claramente quais são – o fato dele domiciliar messalinas para ganhar dinheiro com elas, não parece isento de criminalidade. E julgamos, neste caso, à polícia cumprir fazer alguma coisa ²⁵⁵.

A *imoralidade* abordada pelo jornal, por intermédio da coluna, dizia respeito, especialmente, à conduta feminina, tida como inadequada, praticada nas chamadas *espeluncas*. A questão que parecia realmente incomodar a sociedade porto-alegrense, de que a Gazetinha era uma representação (por meio da difusão do discurso masculino vigente) era a liberdade sexual das mulheres populares, como nos aponta Rachel Soihet. O casamento, defendido pela imprensa da época e por outros meios, como o teatro e a literatura, não convinha a essas mulheres criticadas pela Gazetinha, em especial a Fausta. A rua passou a ter esse significado de liberdade sexual: o controle sobre os comportamentos femininos dar-se-ia na esfera privada, motivo pelo qual o casamento era visto como destino certo para as mulheres de elite e como uma prioridade para a fala oficial da época. Segundo a autora,

a liberdade sexual das mulheres populares parecia confirmar a idéia de que o controle intenso da sexualidade feminina estava vinculado ao regime de propriedade privada. A preocupação com o casamento crescia na proporção dos interesses patrimoniais a zelar. No Brasil do século XIX, o

²⁵⁴ Gazetinha, Porto Alegre, 15 de março de 1896, capa.

²⁵⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 15 de março de 1896, capa.

casamento era boa opção para uma parcela ínfima da população que procurava unir os interesses da elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais era um dos fatores que levavam as camadas mais pobres da população a viver em regime de concubinato²⁵⁶.

Logo em abril, de 1896, a Gazetinha festejou estar sendo ouvida pelas autoridades, reconhecendo que tinha poder de alcance na sociedade porto-alegrense. O jornal, então, noticiava que as autoridades pareciam ter compreendido o dever de reprimir os *lupanares* estabelecidos no centro da cidade. Na fala, aproveitou-se a oportunidade para fazer sugestões das atitudes devidas às autoridades com relação ao trânsito das mulheres de *mau proceder*.

Entendemos, pois, que em primeiro lugar as visitas policiais àquelas casas de má reputação devem ser feitas à noite, e de surpresa, e em segundo lugar, que essa providência seja realizada em todas elas na mesma noite para que assim os interessados não possam a tempo precaver-se da ação da Justiça²⁵⁷.

A Gazetinha considerava que, graças à campanha empreendida em suas páginas, a polícia então se dignara a tomar providências a respeito. As mulheres de *mau proceder*, além da liberdade sexual vista como ameaça à ordem desejada, também possuíam a autonomia tanto temida para a época. Viviam precariamente e improvisavam continuamente suas fontes de subsistência, diante de uma variada gama de possibilidades de trabalho, sob o alvo das críticas da sociedade. *Tinham, porém, naquele momento, maior possibilidade que os homens de venderem seus serviços: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e*

²⁵⁶ SOIHET, Rachel. Op. Cit., p.368. Sobre a questão do casamento, a autora ainda salienta que: *A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto* (p.368).

²⁵⁷ Gazetinha, Porto Alegre, 5 de abril de 1896, nº. 58, capa.

*vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados*²⁵⁸.

A questão da prostituição e da moralidade só voltou a ocupar a capa da Gazetinha em setembro do mesmo ano. Até lá, o tema continuava sendo desenvolvido em outros espaços do jornal, especialmente nas colunas, como “Hipóteses” e “Apanhados”. Provavelmente, o deslocamento da preferência do assunto para outros espaços tenha se dado em função da parcial vitória alcançada pela Gazetinha, no que dizia respeito à pressão estabelecida sobre as autoridades. Em abril, o jornal se considerava ouvido pelos policiais. Já em setembro, no texto de capa, a Gazetinha construiu uma fala por meio de uma comparação entre os procedimentos adotados na Europa e os seguidos pelo Rio Grande do Sul, quanto à prática da prostituição. Argumentava, nesse sentido, que, na Europa, ao contrário do que ocorria aqui, a polícia intervinha na expansão da *miséria social: a mulher de vida livre* tinha seu nome, local de trabalho e residência registrados na polícia. Assim, ela ficava sujeita ao controle das autoridades.

Quanto aos procedimentos aqui adotados, a Gazetinha se reservava a dizer: *o que pode fazer a polícia? Nada, porque justamente o que nos falta é uma providência que assinale a sua intervenção benéfica nesse assunto*²⁵⁹. As críticas ao que ocorria em Porto Alegre não pararam por aí: o jornal denunciava que boa parte das arruaças eram praticadas por *moços de boa sociedade*, logo, aqueles que deveriam dar o exemplo do bom comportamento... Eles também seriam responsáveis pela manutenção da prática da prostituição. Se a polícia não tomasse providências com relação às prostitutas, com relação aos que contribuíam com a prática também não parecia fazer nada que surtisse maiores efeitos.

Assim, argumentava que deveriam ser seguidos os exemplos do que era feito em São Paulo e no Rio de Janeiro, realidades mais próximas do que a europeia: *as nossas autoridades deveriam imitar em benefício da população honesta*. Comentou-se, então, que a polícia de São Paulo estabeleceu o Regulamento de Costumes²⁶⁰ e que em Porto Alegre deveria ser proposto algo

²⁵⁸ SOIHET, Rachel. Op. Cit., p.379.

²⁵⁹ Gazetinha, Porto Alegre, 6 de setembro de 1896, nº. 37, capa.

²⁶⁰ São exemplo do que é estabelecido pelo Regulamento os seguintes artigos: Art. 3º: não são permitidos os hotéis e conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular em nº. nunca excedente de três. Art. 4º: as janelas de suas casas deverão ser garantidas,

semelhante, para controle maior da vida pública. O jornal publicou o documento na íntegra, na capa da edição, e pediu que as autoridades atentassem para o que era proposto, no sentido de refletir sobre a prática de algo semelhante na cidade, face aos inúmeros hotéis e casas onde se praticava a prostituição.

A mesma abordagem continuaria a ser feita nas edições posteriores, sempre no sentido de atacar a falta de segurança pública nos locais onde os problemas eram mais recorrentes. O problema do policiamento e o crescimento dos focos de prostituição continuavam ocupando a primeira página. Se, antes, a Gazetinha parecia se vangloriar dos resultados alcançados, o que se percebe, a partir do mês de setembro de 1896, é, não apenas uma profunda decepção com o estado em que Porto Alegre se encontrava no momento, mas principalmente a fala de um jornal que sempre alertara para os perigos mas que não via suas reivindicações atendidas. Era como se a folha se colocasse em um papel de mártir: sofria críticas de quem atacava e, ainda assim, ao lado do *Zé Povinho*, prestava-se a fazer as solicitações e apontar as irregularidades: *já por tantas vezes temos falado dessas espeluncas que por aí existem que não só ofendem a moral como dão margem a sérios desatinos, porém todo o trabalho tem sido inútil*²⁶¹. Denunciando, mais uma vez, que as *espeluncas* continuavam a funcionar nos becos da cidade, livremente, sem ação da polícia, e que as pessoas que ali trabalhavam não tinham maiores interesses em buscar outra atividade (mais rentável, limpa e honesta e menos ociosa), a Gazetinha prometia continuar lutando contra essa verdadeira ameaça à imoralidade: *e nós não cessaremos de gritar destas colunas contra todos os lupanares, enquanto não vemos as autoridades tomarem-se as mais enérgicas providências para o completo desaparecimento de tais casas*²⁶².

Na edição de 10 de setembro, a Gazetinha já havia reforçado seu dever, dedicando a capa do jornal, não ao combate aos focos de prostituição, mas a

por dentro, de cortinas e por fora de persianas. Art.5º: deverão guardar toda a decência no trajar, uma vez que se apresentem na janela ou saiam à rua, para o que deverão usar vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto. Art. 6º: não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos e palavras e entabular conversas com os mesmos. Art. 8º: é proibido receber nas suas casas menores e alunos de escolas civis ou militares uniformizados. Art. 9º: nos teatros e divertimentos públicos que freqüentarem deverão guardar todo o recato (Gazetinha, Porto Alegre, 6 de setembro de 1896, capa).

²⁶¹ Gazetinha, Porto Alegre, 17 de setembro de 1896, ano 6, n.º. 40, capa.

²⁶² Gazetinha, Porto Alegre, 17 de setembro de 1896, ano 6, n.º. 40, capa.

detalhar o nobre papel da imprensa na sociedade, o que viria, provavelmente, a resumir o posicionamento assumido pelo veículo até então:

A imprensa, julgamos nós, deve ser uma boa conselheira, direta ou indiretamente a ação que ela desenvolve é digna de aplauso, porque é civilizadora, unicamente quando produz ou tende a produzir efeitos benéficos. Desde porém que não seja assim, o jornalismo falseia sua missão, desvirtua-se consideravelmente tornando-se sua origem de resultados condenáveis. ...²⁶³

Somente em dezembro do mesmo ano o jornal se mostrou um pouco mais satisfeito com as últimas ações policiais frente ao caso, uma vez que o encontro de casais desconhecidos, por poucas horas, passou a ser proibido em alguns hotéis e casas. Embora parecesse uma boa notícia, o jornal assumiu seu posicionamento pessimista a respeito, não acreditando que a norma permanecesse em voga por mais de três meses...

Já em janeiro de 1897, a folha considerou a hipótese de organizar um espaço específico no jornal para tratar da deficiência do policiamento urbano com relação aos focos de prostituição. Os termos utilizados sugeriam que a Gazetinha, na defesa do *Zé Povinho*, estava aos gritos, fazendo graves denúncias em todas as edições, enquanto não houvesse resposta das autoridades. Chegou-se a sugerir que haveria uma proteção aos baderneiros, tal era a falta da atuação policial, na opinião do jornal. A insistência sobre assunto foi grande, desde 1895, o que pode formular uma fala consistente e um código forte influente na mentalidade coletiva da população porto-alegrense sobre os males que atingiam a cidade no momento. Ao final do mês de janeiro de 1897, sob o título de “Ainda Mais!” a Gazetinha, mais uma vez, colocou diretamente o seu protesto por intermédio do texto de capa:

Há evidentemente ou muita proteção aos delinqüentes naquelas casas ou um ‘*pyrrhonismo*’ tolo, em oposição a que se executem providências no sentido de cercear as ilegalidades que temos denunciado em cogitar de que com isso possamos prejudicar o Fulano ou Sicrano porque acima das individualidades está o bem geral, o bem do povo para quem, em

²⁶³

Gazetinha, Porto Alegre, 10 de setembro de 1896, ano 6, nº. 38, capa.

compensação ao dever de pagar policiais, deve haver o direito de ser atendido e respeitado por estas ²⁶⁴.

A partir de agosto, o jornal começou a utilizar ironias para satirizar a situação do fraco policiamento, o que parecia se repetir sem maiores alterações. Passou a publicar uma série de textos de capa, sob o título “Água mole em pedra dura”, abordando já os ditados populares que aproximariam o texto do leitor ²⁶⁵. A série de textos teve espaços nas edições de 5, 12, 15 e 19 de agosto de 1897, sempre apresentando a idéia de que *transitar depois das 10h da noite pelas ruas da cidade é apresentar-se candidato à sepultura* ²⁶⁶.

Verifica-se que o código foi construído a partir da insistência quanto ao uso do texto escrito, mas também se assinala que esse não foi o único meio utilizado pela Gazetinha. As charges, publicadas mensalmente na contracapa do jornal (na última edição do mês, a “Edição ilustrada”), eram dedicadas a uma retomada das questões mais polêmicas discutidas pela folha, no mês anterior. Assim, boa parte das caricaturas versava sobre os comportamentos urbanos, desde deslizos políticos cometidos até problemas recorrentes, dentre os quais, o funcionamento das *espeluncas* e o caos (na fala da Gazetinha) em que Porto Alegre se via mergulhada naquele momento.

3.2. As charges e as caricaturas

É preciso lembrar, nesta etapa, que a fala da Gazetinha não estava isolada do próprio momento histórico que Porto Alegre viveu então. Como se considerou anteriormente, trata-se, aqui, do período de vigência do movimento positivista no Rio Grande do Sul. Enquanto o estado se encontrava sob as rédeas de

²⁶⁴ Gazetinha, Porto Alegre, 21 de janeiro de 1897, ano 6, n.º. 76, capa.

²⁶⁵ O próprio jornal diz: *qual dos nossos leitores não conhece o popular anexam que serve de epígrafe a estas linhas?* (Gazetinha, 5 de agosto de 1897, ano 7, n.º. 28, capa) No mesmo texto, irônico mais uma vez, publica-se: *Deus fez a noite para o descanso e para o tranqüilo funcionamento das casas de tavolagem e dos 'moralíssimos' estabelecimentos conhecidos pelos amadores por '42, 101, 123 e 4' [numeração das espeluncas], e não para que os nossos municipais se aventurem a um encontro com o homem do cacete.*

²⁶⁶ Gazetinha, Porto Alegre, 19 de agosto de 1897, ano 7, n.º. 32, capa.

Júlio de Castilhos, a Chefatura de Polícia era ocupada por Borges de Medeiros, que tomaria posse da presidência do estado em 1898, como sucessor de Júlio de Castilhos²⁶⁷.

Conforme Margaret Bakos, de acordo com o contexto, pretendia-se que Porto Alegre se tornasse uma espécie de *sala de visitas* do Rio Grande do Sul. Era preciso definir os limites da cidade e o que poderia ser considerado urbano e suburbano. O próprio Borges de Medeiros classificava a cidade como uma *cidade-aldeia* ou uma *povoação de categoria inferior*²⁶⁸. O policiamento se fazia necessário para colocar o município dentro da ordem pretendida. Além disso, seriam implementados melhoramentos urbanos, como o investimento em saneamento básico, iluminação pública, criação de depósitos de lixo urbano, fornecimento de transporte elétrico (em substituição aos carros puxados por burros), construção de prédios e planos de remodelação de Porto Alegre, com o intuito de torná-la mais moderna, para acompanhar as mudanças do estado. Esses investimentos, entretanto, não seriam aplicados na cidade como um todo: apenas nas áreas consideradas mais nobres, deixando-se o suburbano em segundo plano. A limpeza da área reservada às *espeluncas* faria parte desse grande projeto como se a limpeza urbana fosse acompanhada do asseio moral dos habitantes de Porto Alegre.

A Gazetinha, como integrante desse cenário, cobrou da Intendência a reorganização de uma Guarda Municipal, promessa que poderia contribuir para o trabalho da vigilância e do controle da ordem. A questão do policiamento era discutida por meio dos textos publicados, como foi assinalado em outro momento. Mas, utilizando-se da ironia e do fácil entendimento permitido pela representação gráfica, a temática foi transferida para as caricaturas do Intendente, como se pode ver na figura que segue:

²⁶⁷ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa cruz do Sul: Edunisc, 2004. p.167.

²⁶⁸ BAKOS, Margaret Marchiori. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: VARGAS, Andreson Zalewski. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS/ ULBRA / UNISINOS, 1994, p.144.

FIGURA 16: Incubação da Guarda Municipal



“A famosa incubação:

[no ovo lê-se ‘Reorganização da Guarda Municipal]: Quando o dr. Intendente acabará de chocar?”

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 20 de setembro de 1896.

Representou-se, aqui, a idéia de uma Intendência acomodada com relação aos aspectos que urgiam na cidade. Apesar das investidas feitas pelo governo da época, de acordo com a fala da Gazetinha, não parecia haver a velocidade necessária para que os problemas da moralidade pública, em especial a

questão da prostituição, fossem resolvidos. O intendente parecia esperar pacientemente que a nova Guarda Municipal se reorganizasse, como se fosse independente, enquanto que deveria partir do próprio governante a iniciativa para colocá-la em ação.

Um mês após a publicação da charge, fora definida a nova Polícia Administrativa. Com a nova organização, viriam também novos regulamentos, conforme salienta Cláudia Mauch:

Em junho de 1896 ficou estabelecido que os indivíduos postos em custódia pelas autoridades municipais não deveriam mais ser enviados à casa De Correção, pois o estabelecimento era o único de que dispunha o estado para a execução das penas dos sentenciados e se encontrava superlotado. Desde modo, os 'turbulentos que, por palavras ou ações ofendam à moral e bons costumes', os 'bêbados por hábito' e as 'prostitutas que perturbem o sossego público' deveriam se detidos em xadrezes municipais construídos nos postos policiais. Estas detenções não poderiam em hipótese alguma ultrapassar as 24 horas previstas em lei. Caso depois de decorridas 24 horas não fosse expedida portaria de soltura, os encarregados dos xadrezes municipais seriam obrigados a fazer apresentar na Intendência ou na Sub-Intendência do distrito a pessoa recolhida sob custódia para que fosse imediatamente posta em liberdade²⁶⁹.

A questão remete-se à promessa de extinção da Guarda Municipal, então existente, em prol da criação de um Corpo de Vigilantes, que abarcaria a mesma função. A medida entraria em vigor a partir de 09 de novembro de 1896, como um dos últimos atos do intendente Faria Santos antes de transmitir o cargo para seu sucessor. A Gazetinha demonstrava preocupação quanto ao sucesso da empreitada, conforme sugeria a nota publicada em 8 de novembro daquele ano, às vésperas das modificações:

A Guarda Municipal sob o comando do coronel Andrade é deficiente para o policiamento, porém quanto à

²⁶⁹ MAUCH, Cláudia. Op. Cit., p.172-173.

moralidade de suas praças bem nos parece que não se lhe podia exigir mais. Sucederá o mesmo a respeito da nova guarda que vai substituí-la? É difícil saber ao certo. Pode ser, e Deus permita que assim aconteça, que consigam pessoal muito ativo, e dotado de idoneidade precisa. Para este ponto, que é o principal, deve convergir toda a atenção dos cidadãos que se acham encarregados do alistamento das praças²⁷⁰.

Um mês após a implantação das mudanças, a Gazetinha denunciava os abusos cometidos pelo Corpo de Vigilantes, confirmando as preocupações anteriores: *Melhoramentos de policiamento na cidade? Não. Os mesmos defeitos, os mesmos inconvenientes da polícia que havia nesta cidade existem ainda; e o pior é que acresce agora a eles outro que não sofríamos, o exorbitamento das funções por parte de algumas praças*²⁷¹.

Michel Foucault salienta a necessidade de pessoas especializadas para a organização do controle social, a partir do momento em que o desenvolvimento do mundo do trabalho e urbano torna a sociedade mais complexa. Ainda que Porto Alegre, na virada do século XIX para o século XX, não fosse uma grande metrópole se comparada aos modelos europeus, pode-se considerá-la como um município em franco processo de desenvolvimento, pelo menos desde meados dos anos 1850. Como se comentou anteriormente, com o crescimento da cidade, vieram os novos comportamentos, criando uma sociabilidade urbana que tornou o cotidiano mais complexo do que o vivido momentos antes. Com essas novas formas de sociabilidade, que incluíam procedimentos inovadores de ação cultural (teatros, cafés...) e o incremento de uma vida urbana noturna, e a comercial, a necessidade da vigilância far-se-ia mais presente, papel este reservado à Intendência e à Guarda Municipal. Para Foucault,

à medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o nº. de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo o seu cumprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários²⁷².

²⁷⁰ Gazetinha, Porto Alegre, 8 de novembro de 1896, nº. 55, ano VI, capa.

²⁷¹ Gazetinha, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1896, nº. 63, ano VI, capa.

²⁷² FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p.146.

Na mesma edição de publicação da caricatura relativa à reorganização da Guarda Municipal, outra imagem foi publicada com abordagem do mesmo tema: a Guarda Municipal. Os membros da Guarda, de aspecto nada confiável, de acordo com os traços do jornal, portavam vassouras, acompanhando o discurso escrito das páginas do jornal.

A instabilidade e a pouca credibilidade representada na imagem refletiam a própria trajetória da Guarda Municipal, criada em 3 de novembro de 1892, por meio do Ato nº. 6, do intendente Alfredo Augusto de Azevedo. Desde então, até o ano de 1893, ficou atrelada à Brigada Militar do estado. Durante esse período, o pagamento dos oficiais, dos praças e do aluguel do quartel coube às contas do município. Mas a partir de 1896, surgiram as reformas às quais as caricaturas teceram as críticas. Em 10 de outubro de 1896, o novo intendente, João Luiz de Farias Santos, organizou a Polícia Administrativa do Município. Em 17 de novembro de 1896, o intendente interino Febeliano da Costa, decretou a extinção da Guarda Municipal e corpo de fiscais, incorporando a Guarda Municipal à Polícia Administrativa até 1928 ²⁷³.

Tanto no discurso escrito, quanto no gráfico, a idéia representada era a falta de confiança e de esperança da Gazetinha na polícia que se organizava no momento, ineficiente frente aos verdadeiros problemas, dentre os quais a prostituição parecia ser um dos mais sérios. Eram questões que, nas páginas do jornal, andavam juntas: não havia solução aparente para o meretrício sem investimento no policiamento urbano – setor responsável por controlar o funcionamento das *espeluncas* e punir responsáveis pelas *imoralidades* cometidas. Ao mesmo tempo, a imagem, publicada em setembro de 1896, representou uma falsa expectativa em torno daqueles que comporiam futuramente a Guarda Municipal pela organização do intendente, o que somente viria a acontecer alguns meses depois:

²⁷³ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 01/07/2006.

FIGURA 17: A Nova Polícia



“A nova polícia, que o gigantesco Sr. Coisada está organizando. Gente toda escolhida... começando pelo próprio organizador.”

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 20 de setembro de 1896, contracapa.

A charge fez uma alusão bastante irônica ao Sr. Francisco de Paula Louzada, subintendente do 1º distrito, em um contexto de críticas e de ataques constantes, que se tornariam ainda mais acirrados a partir do final de 1897, às autoridades policiais. Dentre o corpo de apreciações desfavoráveis, conforme salienta Cláudia Mauch, estava a condenação às arbitrariedades policiais. Tendo publicado o episódio em que um homem negro fora preso, aparentemente sem motivos, por Louzada, e que fora submetido a castigos por palmatórias, a Gazetinha sofreu reprimendas uma semana depois: *dizendo-se ameaçada de processo pelo*

*Subintendente Louzada e ofendida por ter sido por este chamada de jornaleco sem importância, desafiava-o a ter coragem de levar adiante tal ameaça*²⁷⁴.

A charge, possivelmente, referiu-se também ao processo de recrutamento de policiais, realizado na época, o que causara algumas controvérsias. O tema ganhou grande espaço na Gazetinha ao longo do segundo semestre de 1896 e início de 1897. Em janeiro daquele ano, novamente o jornal demonstrou preocupações e teceu críticas relativas à questão, abordando seriamente o tema que fora objeto de sátira nas caricaturas publicadas:

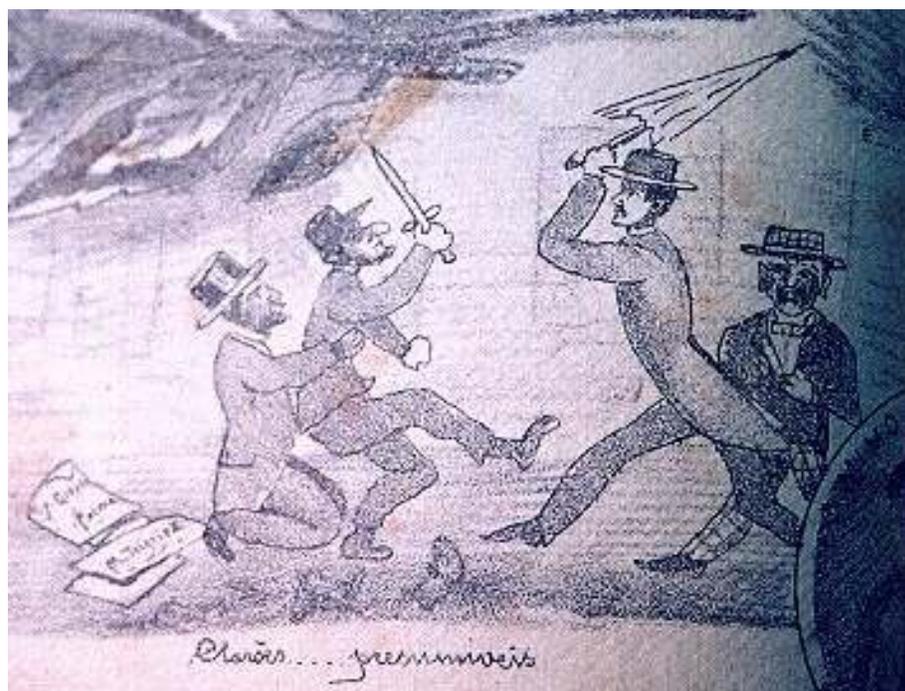
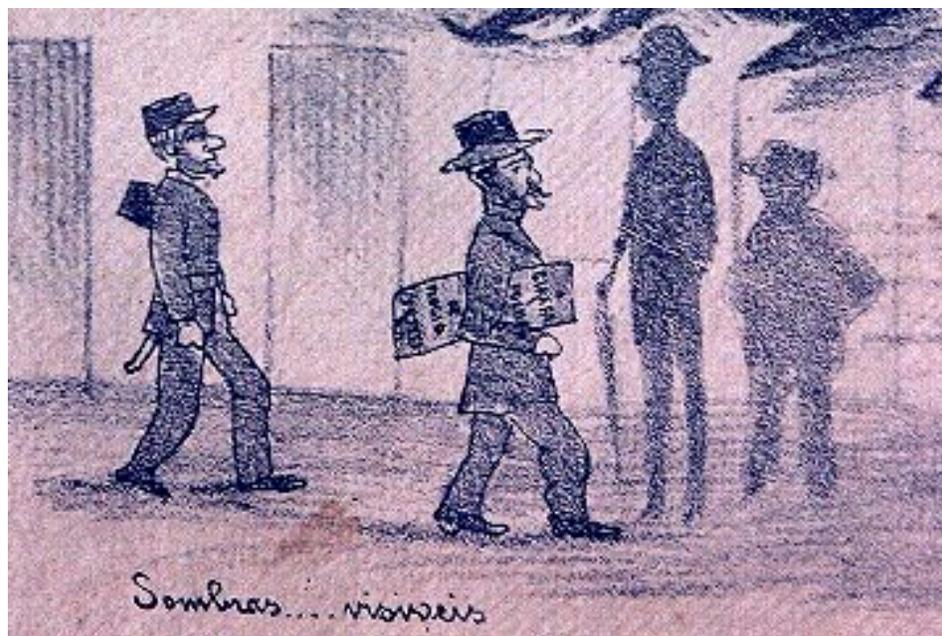
Há alguns dias, um dos nossos companheiros ouviu dizer que se estava procedendo o recrutamento nesta cidade e que os cidadãos presos por este modo eram destinados a preencher os claros desertos batalhões da Brigada do Estado. (...) Se realmente o Sr. Louzada anda recrutando, é bom que se lhe faça compreender que isto é ilegal, a fim de evitar que alguém, perfeitamente conhecedor de seus direitos de cidadão livre, não querendo sujeitar-se a coações criminosas, seja-se obrigado a recorrer a qualquer meio mais fácil para se livrar e que também seja ilegal²⁷⁵.

Uma charge, divulgada um ano antes, em outubro de 1895, já dava conta das confusões ocorridas nas ruas. Sugerindo que as desordens não partiam apenas das pessoas que se encontravam à margem da sociedade, a Gazetinha representou dois homens distintos da sociedade porto-alegrense em desentendimento em plena rua, sendo apartados por outros dois indivíduos que os acompanhavam:

²⁷⁴ MAUCH, Cláudia. Op. Cit., p.154.

²⁷⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 7 de janeiro de 1897, n 72, ano VI, capa.

FIGURA 18: Sombras visíveis e clarões presumíveis



“Sombras... visíveis / clarões... presumíveis”

Fonte: Gazetinha, 27 de outubro de 1895, contracapa.

Devido às novas necessidades urbanas, portanto, a cobrança da Gazetinha se dava não apenas clamando pela organização da Guarda Nacional, mas principalmente sobre o papel que esta teria no controle das chamadas *casas de prostituição*. Eram constantes as chamadas no jornal sobre batidas das autoridades a esses locais, mas as ações sempre se mostravam ineficientes (na fala do jornal, cabe lembrar), uma vez que não era dada continuidade às iniciativas. A cobrança era pela organização e pela vigilância constante, e o papel a que o jornal se atribuiu era o de empreender uma campanha, zelando pelo *bem do povo*. Neste sentido a Gazetinha também se utilizava da ironia para insinuar que os mesmos homens da alta sociedade porto-alegrense, que tanto criticavam a prostituição em nome da moral, eram os que usufruíam dos cuidados prestados pelas mulheres das *espeluncas*, como sugeriu a charge abaixo, exemplar da crítica feita pelo jornal. O indivíduo, bem apresentado, ficou horrorizado com a notícia publicada pela Gazetinha:

FIGURA 19 : Um dos muitos moralistas



“Um dos muitos moralistas:

Oh! Pedir à autoridade que proíba uma espelunca! Que injustiça! Nunca! Nunca viu-se tal barbaridade.”

Fonte: Gazetinha, 29 de março de 1896, contracapa.

A obediência e o controle, portanto, também deveriam passar por essas pessoas, que formavam um discurso moralizante, ao mesmo tempo em que pareciam apenas ficar no papel, sugerindo a hipocrisia da sociedade porto-alegrense daquele período. Pouco antes da publicação da charge relativa aos moralistas, a Gazetinha insinuava que, além dos serviços prestados pelas *espeluncas*, mais acessíveis à população de baixa renda, de acordo com o discurso apresentado, os cidadãos de alta estirpe também estariam dispostos a pagar altas quantias pela companhia de moças de mais alta categoria, como sugeriu a outra caricatura publicada em fevereiro de 1896:

FIGURA 20 : Marquês das castanhas



“Sim; feliz Berto, ora bolas,
Custou cara a bailarina.
Qual! Marquez das castanhas,
Si é coisinha papafina...”

Fonte: Gazetinha, 09 de fevereiro de 1896.

As charges “Um dos muitos moralistas” e “Marquês das castanhas” também iam ao encontro das supostas tendências socialistas do jornal. A hipocrisia

da sociedade porto-alegrense, denunciada nas páginas da Gazetinha, ficava vinculada a uma camada elitizada da sociedade, ao serem representados homens muito bem vestidos, em contraste com a imagem caricata do Zé Povinho, já mostrada anteriormente. A participação de um setor elitizado também ficava evidente ao representar, na primeira imagem, um indivíduo letrado, em uma sociedade de acesso deficiente ao mundo das Letras, e, na segunda, a insinuação de que *custou cara a bailarina*..

Se se pode considerar a cidade de Porto Alegre daquele momento como inserida em um estado de vigilância, vê-se que as atitudes dos cidadãos eram permanentemente fiscalizadas, pois ocupavam as páginas dos jornais, buscando a educação pelo exemplo e incentivando a punição dos que provocavam desvios na ordem da vida em sociedade. Instalou-se um poder disciplinar, como salienta Michel Foucault, que perpassava todas as instâncias. A disciplina se tornou uma forma de poder, por meio da qual foi elaborado um estereótipo de comportamentos, especialmente os femininos e os pertencentes aos círculos familiares, que fez parte da mentalidade coletiva até pouco tempo atrás. O estereótipo de retidão foi reforçado, entre outros veículos, pela literatura e pela imprensa. A moral, o bom comportamento e a disciplina tornaram-se inerentes:

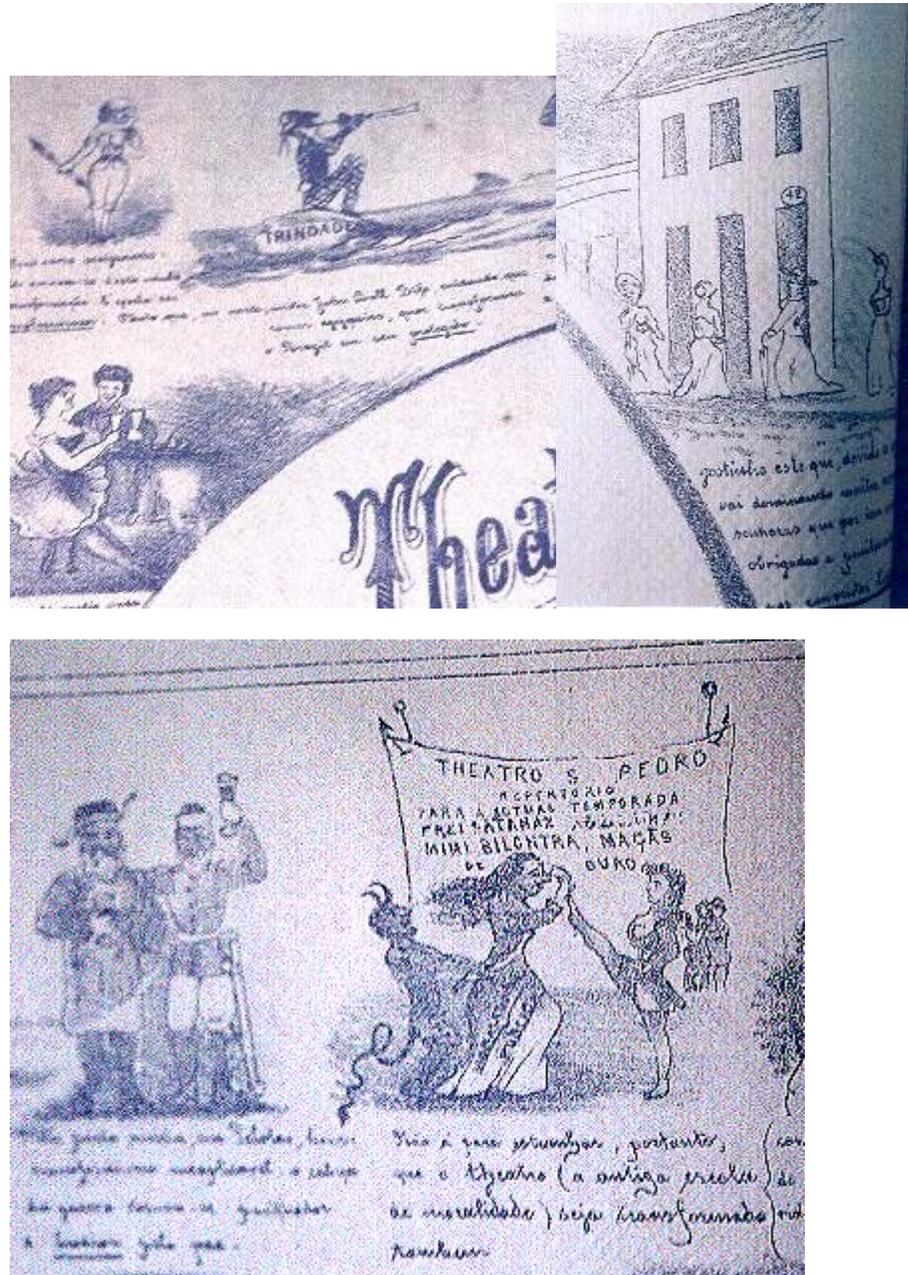
O poder disciplinar, graças a ela [a vigilância], torna-se um sistema *integrado*, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto e baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede *sustenta* o conjunto, e o repassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros; fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. (...) O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente *discreto*, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio²⁷⁶.

²⁷⁶ FOUCAULT, **Op. Cit.**, p.148. O poder *discreto* que é criado através da disciplina acaba sendo exercido sobre todos de maneira nem sempre perceptível. Para o autor, *a disciplina cria entre os indivíduos um laço privado, que é uma relação de limitações inteiramente diferente da obrigação contratual; a aceitação de uma disciplina pode ser subscrita por meio de contrato; a maneira como ela*

O momento pelo qual Porto Alegre vinha passando, em meio ao desenvolvimento urbano e aos problemas sociais, era explicável, de acordo com a fala da Gazetinha, pelas transformações que o país e o mundo também vinham sofrendo. Na edição ilustrada de outubro de 1895, essa idéia foi trabalhada por meio de uma série de figuras na contracapa, onde as caricaturas se complementavam. Os desenhos se referiam a esse período de transformações, e até mesmo o Teatro foi apontado como colaborador para o surgimento da imoralidade. É importante lembrar que se tratou também do momento em que o Cinema surgiu no cenário cultural. Ainda que, em Porto Alegre, ele só tenha encontrado espaço a partir de 1896, no mundo, a arte cinematográfica já fazia sentir seus efeitos: dentre eles, a acusação de ser uma arte menor. Junto a isso, também surgiram provocações de que o teatro perdera qualidade, apelando para as operetas que mostravam as pernas das belas dançarinas. Na imagem representada, as operetas parecem ter caído no gosto popular, especialmente das mulheres que, de acordo com a Gazetinha, sentiam-se mais à vontade de freqüentar os *conventos livres*, em uma clara alusão ao bordel de Fausta (o nº. 42 da General Paranhos, representado na caricatura). A figura à esquerda, com a caneta na mão, representava a Gazetinha, que narrou a história:

é imposta, os mecanismos que faz funcionar, a subordinação não reversível de uns em relação aos outros, o mais-poder que é sempre fixado no mesmo lado, a desigualdade de posição dos diversos parceiros em relação ao regulamento comum opõem o laço disciplinar e o laço contratual, e permitem sistematicamente falsear este último a partir do momento em que tem por conteúdo um mecanismo de disciplina (p.183).

FIGURA 21: Teatro: antiga escola da moralidade

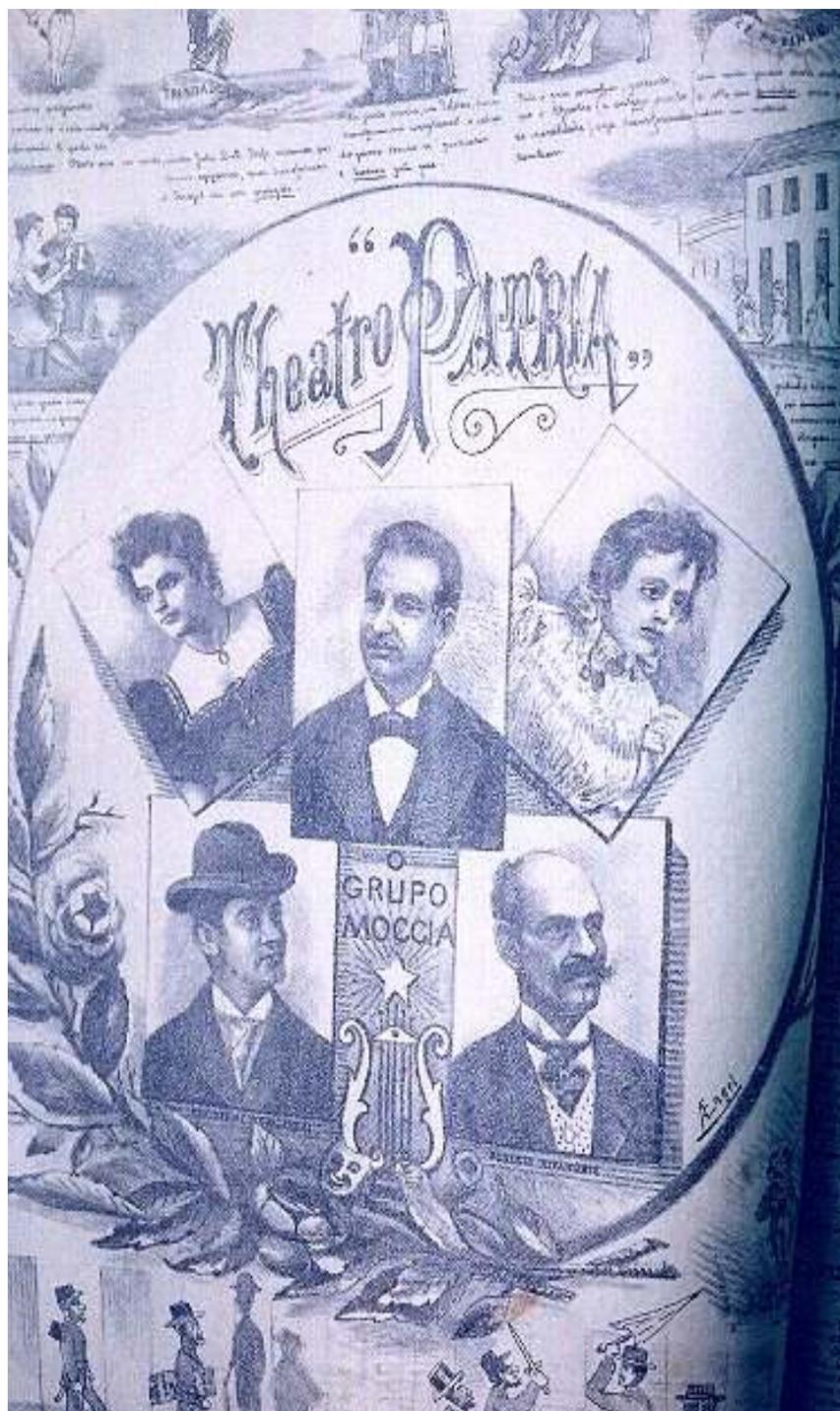


“Meus caros assinantes: não admirem-se desta minha transformação. É época de transformismos. Tanto que, no norte, mister John (...) quer transformar o Brasil em seu protegido. Mais perto ainda, em Pelotas, houve transformismo inexplicável: a cabeça da guerra tornou-se pacificador a brandir pela paz. Não é para estranhar, portanto, que o teatro (a antiga escola da moralidade) seja transformado também. (...) Gostinho esse que, devido a operetas, vai dominando muitas respeitáveis senhoras que por isso viram-se obrigadas a penitenciar-se nos conventos livres.”

Fonte: Gazetinha, 27 de outubro de 1895, contracapa.

As ilustrações foram publicadas junto a um anúncio do espetáculo do Grupo Moccia, em cartaz em Porto Alegre. O grupo apresentou na cidade um conjunto de peças líricas, atraindo grande público. Foram encenados os espetáculos **A viúva das Camélias, Um tigre de bengala, A filha do primeiro casamento, O barbeiro de Sevilha**, entre outros:

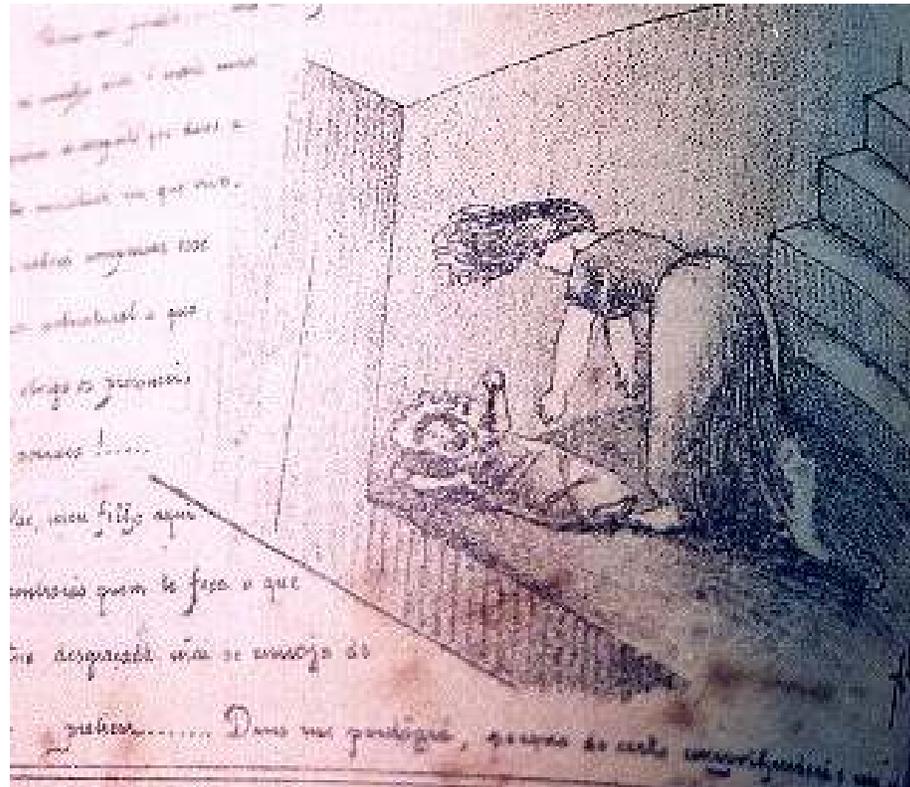
FIGURA 22: Theatro – Pátria



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 27 de outubro de 1895, contracapa.

Percebe-se que o foco das caricaturas publicadas pela Gazetinha estava concentrado, ora na guarda municipal e em sua organização, ora sobre as mulheres. A fala construída era a de que as mulheres eram seres muito volúveis, instáveis, sujeitas às más influências e aos galanteios. Cabe lembrar, aqui, a capa dedicada à suicida Paulina Fuchs, vítima de um amor não correspondido. Se, nas caricaturas, vê-se mulheres corrompidas pelo teatro (que teria *abandonado* seu papel moralizador) e ruas tomadas pela desordem, a Gazetinha também dedicava suas páginas ilustradas ao que já vinha fazendo nas páginas de texto: as lições de moral. Sabe-se que, tão escandalizador quanto à prática da prostituição (e, é claro, a presença de mulheres casadas e moças de boa família nas casas de prostituição) era a gravidez indesejada, fora do ambiente do casamento. Destino certo das crianças nascidas nessas condições era a Santa Casa de Misericórdia, que, a exemplo das entidades homônimas existentes no restante do país, mantinha em funcionamento a Roda dos Expostos, que recolhia crianças por ocasião de abandono. Ficava claro o posicionamento crítico da Gazetinha a respeito, como se pode verificar pela charge abaixo. Entretanto, a imagem construída pela ilustração era a de que a grande culpada pelo abandono da criança nascida de mãe solteira seria a própria sociedade, e não apenas a moça:

FIGURA 23: Mãe abandona o filho



“Deus me perdoe... este sacrifício de minha vida é mais uma prova do respeito que devo a esta sociedade em que vivo. Ela saberá compensar este esforço sobrenatural a que me obriga os preconceitos sociais! Vai, meu filho, aqui encontrarás quem te faça o que tua desgraçada mãe se enoja de praticar... Deus me perdoará, porque de certo compreenderá meu sacrifício. Eu te abençôo.”

Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1896, contracapa.

O preconceito social a que a personagem caricata se referiu poderia estar relacionado ao modelo de família desejado no momento. Eni de Mesquita Samara, utilizando as Ordenações Filipinas de 1850, que ditaram as causas pelas quais os pais poderiam deserdar seus filhos, destaca um dos artigos relacionados à lealdade das moças aos pais:

Se alguma filha, antes de ter vinte e cinco anos, dormir com algum homem, ou se casar sem mandado de seu pai, ou de sua mãe, não tendo pai, por esse mesmo feito será deserdada e excluída de todos os bens ou fazenda do pai, ou mãe, posto que não seja por ele deserdada expressamente²⁷⁷.

Seria, provavelmente, o destino da moça representada na ilustração, caso não abandonasse o filho. O medo maior das *famílias de bem* era a gravidez das filhas antes do casamento e o seu encaminhamento para as casas de prostituição, como o bordel da cafetina Fausta, por *pessoas de má índole*. Muitos dos casos provavelmente eram abafados em função da grande repercussão social que gerariam, razão pela qual é recorrente a pouca quantidade de documentação histórica que ateste a existência desses acontecimentos.

Os anúncios publicitários da época também reforçavam a existência dessas mulheres cuja conduta fugia aos padrões desejados. Relacionadas a produtos direcionados ao público masculino, eram vinculadas a uma idéia de prazer, juventude e liberdade, regalias permitidas somente àquelas que não estavam restritas ao lar e à vida em família.

3.3 Os anúncios publicitários

Em meados do século XIX, a propaganda na imprensa brasileira apresentava-se ainda muito incipiente. Em um país onde a plena industrialização não era uma realidade, as páginas dos jornais resumiam-se a anunciar estabelecimentos de comércio com venda de produtos importados, restaurantes, cafés, denúncias de escravos fugidos, etc. Poucos eram os produtos nacionais. Na transição do século XIX para o XX, a maioria dos anúncios se referia a medicamentos, farmácias e artigos de vestuário e fumo.

²⁷⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p.94.

Na Gazetinha, os anúncios não eram freqüentemente muito elaborados, com exceção dos publicados nas edições ilustradas, colocados lado a lado com as caricaturas. A figura da mulher era associada a produtos como roupas, medicamentos e fumo. Entretanto, foram diferentes as imagens de mulher trabalhadas. As imagens associavam os tipos femininos considerados ideais com o conforto da família e o bem-estar, enquanto que os comportamentos provavelmente inadequados eram vinculados com produtos que vendiam os prazeres mundanos, como o fumo e um tônico estimulante. Essas representações se somavam aos discursos veiculados pela Gazetinha em outros espaços do jornal. Um somatório de falas – visuais ou textuais – contribuiu para a formação de um código forte de agenciamento de poder, acerca da grande temática em debate: a moralidade, especialmente representada pelo problema social criado pela prostituição. Agenciamento, este, que se tornou possível por meio da grande insistência do jornal com relação ao tema, durante tempo considerável, mediante o agendamento.

A publicidade é elemento importante no processo de comunicação. Ela se inscreve em um circuito de trocas de bens de produção, utilizando-se de parcerias unidas por contratos de interesse: fabricantes, anunciantes²⁷⁸ e consumidores, conforme salienta Rosane Monnerat:

A publicidade é, portanto, uma das várias forças de comunicação que deve levar o consumidor através de vários níveis (desconhecimento – conhecimento – compreensão – convicção – ação) ao objeto visado – a compra do produto (ação). Nela, um emissor onisciente e onipotente, através do qual se dissimula habilmente a figura do publicitário (verdadeiro emissor, que normalmente permanece ausente do circuito de fala), confere a um receptor – o consumidor – a fórmula 'mágica' para conseguir determinado atributo que ele, consumidor, ainda não possui²⁷⁹.

²⁷⁸ Segundo Rosane Monnerat, existiriam diferentes faces do termo anunciante: *aparece sempre sob a máscara de um enunciador. (...) Pode representar a empresa, o publicitário, um terceiro ausente, detentor do saber ou ainda desempenhar diversos papéis como de conselheiro, solicitador, apresentador, testemunha, etc. (...) qualquer que seja a forma de apresentação do anunciante, ele deverá sempre se mostrar como um benfeitor, doador de um bem que permite satisfazer desejos e necessidades pessoais* (MONNERAT, Rosane S.M. O discurso publicitário e o jogo de máscaras das modalidades discursivas. Revista do GELNE – Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, UFC, Fortaleza, vol.2, nº 2, 2000, p.36).

²⁷⁹ MONNERAT, Rosane S.M. Op. Cit., p.35.

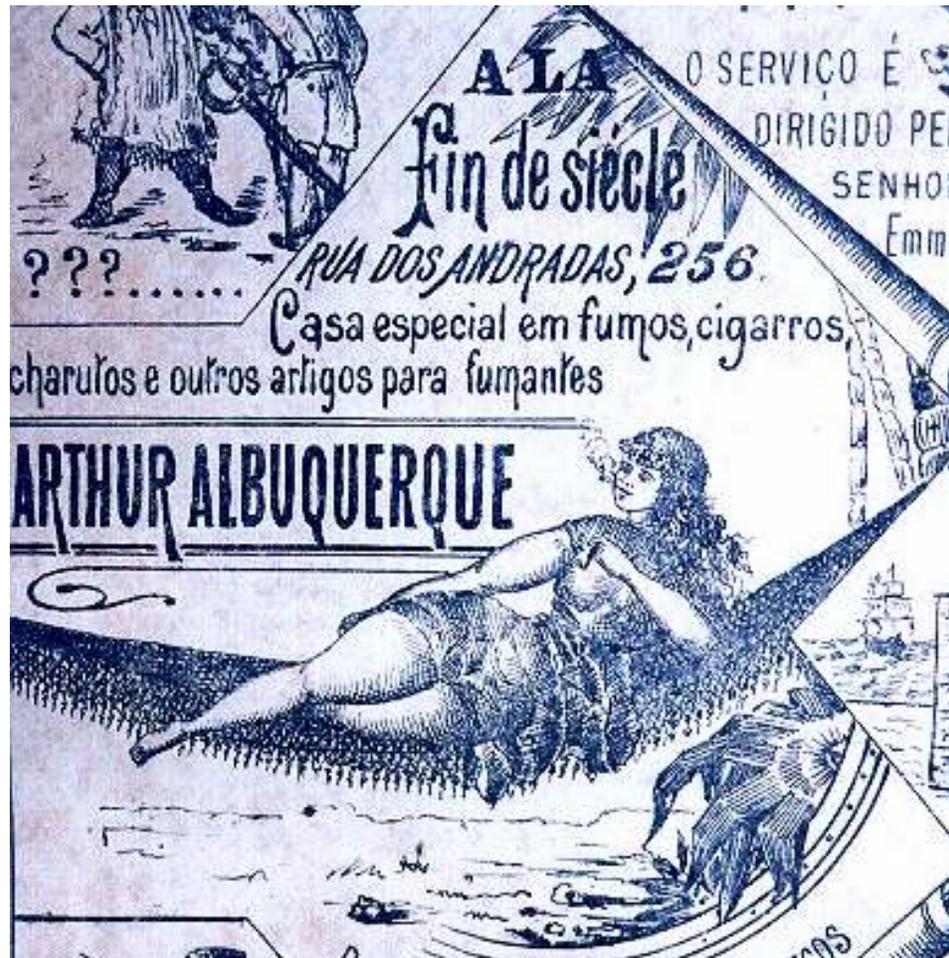
Para a autora, a publicidade é capaz de alterar comportamentos, lidando com desejos e expectativas do ser humano:

Os objetos que ela toca conferem prestígio, porque o produto anunciado extrai seu valor menos de sua utilidade objetiva do que de um sentido cultural, servindo para manter um status efetivo, ou sonhado. Torna-se, então, um fenômeno econômico e social capaz de influenciar e modificar os hábitos de uma população no seu conjunto²⁸⁰.

O prazer do fumo, por exemplo, ficava associado, nos anúncios publicados pela Gazetinha, às mulheres a quem o prazer era permitido: mulheres como as que davam vida ao bordel de Fausta. A loja especializada em fumos, cigarros e artigos para fumantes “A La Fin de Siécle”, localizada na rua dos Andradas, em Porto Alegre, vinculava seus produtos a uma mulher sensualizada, livre para os prazeres da vida. Diferentemente das mulheres de boa família, ela era mostrada com o corpo à mostra e em posição sugestiva, aproveitando os prazeres do fumo:

²⁸⁰ MONNERAT, Rosane S.M., Op. Cit., p. 35.

FIGURA 24: *A La Fin de Siecle*



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, 3 de dezembro de 1895, contracapa.

A imagem feminina também atendia aos padrões estéticos da Belle Epoque, quando espartilhos afinavam a cintura e salientavam os quadris, marcados por roupas ajustadas ao corpo. Em uma época onde a mulher ainda não se libertara das longas vestes, a figura feminina praticamente desnuda para os padrões do período, como a que ilustra o anúncio da casa de artigos para fumantes, acabava vinculada à idéia de prazer, permitido para poucos. O cenário para o anúncio também favorecia esse conceito, sugerindo o calor da cena litorânea.

Assim, o fumo foi associado ao universo masculino, a quem o anúncio parecia ser dirigido. Atende-se, aqui, ainda, ao princípio, na publicidade, da satisfação de desejos pessoais, representados tanto pelo cenário quanto pela imagem da mulher, que parecia fumar tranqüilamente e com ares de satisfação... O texto do anúncio se resumiu a identificar o estabelecimento que vendia artigos para fumantes e a localizar seu endereço, contudo, a imagem, por si só, já transmitia uma mensagem vinculada ao tema da moralidade.

De certa forma, essa abordagem complementa o que já vinha sendo discutido nos outros espaços do jornal: o comportamento devido às mulheres, a moralidade pública. Ainda que, na realidade, pudessem ser muitas as mulheres fumantes, a associada ao vício era a *mulher da vida*. Deve-se levar em conta que o anúncio seria direcionado aos homens e que essa imagem de mulher sugeria a idéia de prazer, ao contrário da imagem da mulher casta, mãe e esposa.

Uma outra imagem – também trabalhada nos anúncios –, entretanto, acompanhada de homens bem mais velhos, forma uma idéia de família. O anúncio do Caporal Marion, de 1897, mostrava uma mulher de família, adequadamente vestida (ao contrário da imagem extremamente sensualizada da moça representada no anúncio da loja “A La Fin de Siecle”), acompanhada de uma menina (provavelmente sua filha) e um senhor idoso (de acordo com essa mesma lógica, o avô da menina):

FIGURA 25: Caporal Marion I



Fonte: Gazetinha, edição ilustrada de agosto de 1897, contracapa.

Uma vez que a mulher de família não aparecia associada ao prazer, da mesma forma que a *mulher da vida*, o anúncio foi apresentado em um tom bem diferente, ao dizer que o *Caporal Marion não tem rival: é puro, fraco, higiênico e saboroso*. O tipo feminino ideal, ao contrário do que foi representado no anúncio da

loja A La Fin de Siécle foi vinculado, nesse anúncio, não apenas à família, mas à segurança, ao cuidado com o lar e com os entes queridos, com a saúde, com a higiene e com o bem-estar. Esse era o papel feminino esperado, alcançado mediante o controle e a vigilância. O mesmo produto, do mesmo estabelecimento (a Casa Primavera) já era mostrado com outra conotação quando se retirou a imagem da mulher de família do anúncio, como no que foi publicado em 20 de setembro de 1896:

FIGURA 26: Caporal Marion II



Fonte: Gazetinha, 20 de setembro de 1896, contracapa.

Desta vez, foi representado um homem bem mais jovem do que o do anúncio anterior, de boa aparência, conferindo *status* social ao consumidor do produto. Mais do que uma utilidade objetiva, portanto, havia um sentido cultural no anúncio, assim como nos demais publicados na contracapa das edições ilustradas da Gazetinha. Em relação ao primeiro anúncio da Casa Primavera e o Caporal

Marion, também o texto, nesse segundo anúncio, mostra-se diferente: Caporal Marion é a *delícia dos fumadores de bom gosto*, diferente da fala comportada do outro anúncio, que buscou associar o produto a algo higiênico... O termo *puro* permaneceu, mas associado aos adjetivos *aromático* e *saboroso*, que passaram a ser vinculados ao prazer de consumir o produto.

Ambas as imagens de mulher trabalhadas salientavam tanto a mulher idealizada, por princípios como os do Positivismo, evidenciando a dedicação ao meio familiar, como a mulher que desviava a boa moça desse caminho, a exemplo da cafetina Fausta, parâmetro desta discussão: há, portanto, certa ambigüidade da mulher nas imagens construídas. Nota-se uma onipotência do ser feminino para o bem e para o mal, pois exerceria poderes muito mais fortes, na sociedade da época, do que se pode supor. Havia o poder de formação do cidadão, o poder de união da família, uma vez que caberia a ela os cuidados com o lar, com o marido e com os filhos; e existia ainda um poder sexual, representado, aqui, pela figura de Fausta. Caso contrário, que outros motivos levariam a tanta polêmica em torno da cafetina e daquelas que trabalhavam em seu bordel, além do fato de fugirem ao estereótipo formado quanto aos papéis femininos desejados?

Michelle Perrot, em estudo sobre os excluídos da História, analisando os papéis de operários, mulheres e prisioneiros no século XIX, salienta essa ambigüidade: *observemos quão atual é essa problemática da inversão. Ela é reforçada pela importância conferida à sociedade civil e seus atores, à dimensão privada da vida. Em época de privatização, para retomar as formulações de Hirschman, o pólo feminino da sociedade se torna prioritário*²⁸¹.

Percebe-se, portanto, que o que estava em discussão, nas páginas da Gazetinha, não era somente o escândalo provocado pelas imoralidades das *espeluncas*, mas a própria distinção e os limites estabelecidos entre o público e o privado²⁸². Os comportamentos privados, no ambiente doméstico, poderiam ser

²⁸¹ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.169.

²⁸² Na série organizada por Georges Duby, sobre a história da vida privada, discute-se conceitos de *público* e *privado*, salientando-se o quão tênues são as fronteiras entre ambas as esferas. O autor, em apresentação à obra, diz que: *nos dicionários de língua francesa compostos no século XIX, ou seja, no momento em que a noção de vida privada adquiria seu pleno vigor, descubro de início um verbo, o verbo privar, significando domar, domesticar, e o exemplo dado por Littré, um pássaro privado, revela o sentido: extrair do domínio selvagem e transportar para o espaço familiar da casa. (...) Entre os exemplos que escolheu, Littré cita a expressão que se impunha em seu tempo: a vida*

controlados, teoricamente, a partir dos princípios defendidos pelos jornais, pelo teatro, pela literatura. Mas, como controlar os comportamentos públicos, que pareciam ser tão diversos da esfera privada? De acordo com os indícios que o jornal forneceu, haveria diferentes condutas, tanto para homens quanto para mulheres: homens que, na esfera pública, condenavam a vida de *vícios* representada pelas mulheres das *espeluncas*, pelo jogo e pela bebida; enquanto que, na vida privada, se entregavam aos prazeres mundanos que contradiziam a fala oficial. E imagens de mulheres que se dividiam entre o ofício nesses estabelecimentos e, na vida privada, exerciam também o papel de mãe, de irmã, dedicadas à família. Afinal, conforme salientaram muitas falas da Gazetinha e o processo-crime movido contra Fausta, uma das acusações à cafetina fora o aliciamento de mulheres de *boa índole*.

No caso das abordagens feitas na Gazetinha sobre a prática da prostituição e o problema social por ela gerado, percebe-se que o público e o privado passaram a se misturar: torna-se público, e de interesse público, o que ocorria na esfera privada dos bordéis e dos que os freqüentavam. O privado, aqui, ocupava a esfera pública, mesmo em tempos em que essa distinção parecia estar mais bem definida do que nos dias que correm.

O anúncio do Bazar Gertum, tal como o primeiro do Caporal Marion, também construiu a imagem da mulher de família, ao colocá-la, novamente bem vestida, rodeada de familiares, em uma festa de final de ano, no aconchego do lar, uma vez que assinalava o recebimento de artigos para as festividades de Natal e de Ano Novo. A cena representada sugeria recato, tradição (ao mostrar as pessoas reunidas ao redor do piano), algo intimista, que envolvia laços mais fortes, ao contrário da imagem da moça deitada na rede, na beira de uma praia, livre desses vínculos, como sugestionava o anúncio da “A La Fin de Siécle”, comentado anteriormente:

*privada deve ser murada. (...) Eis-me então remetido à palavra público. Definição de Littré: o que pertence a todo um povo, o que concerne todo um povo, o que emana do povo. Portanto, as autoridades e as instituições que sustentam essa autoridade, o Estado. Esse primeiro sentido evolui para uma significação paralela: diz-se público o que é comum, para o uso de todos, o que, não constituindo objeto de apropriação particular, está aberto, distribuído, resultando a designação no substantivo o público, designando o conjunto daqueles que se beneficiam dessa abertura e dessa distribuição (DUBY, Georges. Poder privado, poder público. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (org.). **História da vida privada**: da Europa feudal à renascença. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.19-20).*

FIGURA 27: **Bazar Gertum**



Fonte: Gazetinha, Porto Alegre, edição ilustrada de dezembro de 1896.

Uma imagem bem diferente foi trabalhada no anúncio de um tônico estimulante. O próprio nome do produto, considerando-se o contexto da vida social de Porto Alegre no momento, onde uma mulher negra era alvo de crítica dos jornais (em especial na Gazetinha) – a negra cafetina Fausta e seu polêmico bordel –, era bastante sugestivo: “Negrita”, uma bebida tônica estimulante. A mulher que

anunciava o produto usava decotes e roupas provocantes, dando a entender o prazer que poderia ser alcançado com a utilização do tônico. Certamente, roupa inadequada para uma mulher de família, ao deixar o corpo tão à mostra. Um detalhe importante foi o texto escrito na perna da mulher representada no anúncio: o tônico “Negrita” seria *o segredo do Tio Pedro*, em uma clara alusão ao folhetim publicado pelo Jornal do Comércio entre os meses de outubro e dezembro de 1895, **A casa do Tio Pedro**.

A novela, de três autores gaúchos que atendiam pelos pseudônimos Júlio, Lemos e Lauro Rosa, obteve sucesso. Segundo Antonio Hohlfeldt: a partir do início de sua publicação, **A casa do Tio Pedro** *haveria de ter enorme repercussão. Pelo menos, essa é a suposição que nos querem levar os editores do Jornal do Comércio, quando resolvem repetir a dose, antecipando o próximo lançamento de **A Tasca***²⁸³.

O texto abordava questões cotidianas, comportamentais e de cunho sexual, preocupando os pais de família, à época. O Tio Pedro era um velho feiticeiro que fora procurado por uma adolescente, Sarita (segundo sua mãe, *em idade para se casar*), que pretendia arrumar um marido, a exemplo do que já haviam feito suas amigas. O pai da moça arranhou-lhe o casamento com o Comendador Eustáquio, um homem de 50 anos que, com problemas de indisposição sexual, e preocupado em bem atender à noiva após a cerimônia, também procurara os serviços de Tio Pedro. O velho feiticeiro lhe receitou algumas pastilhas para resolver a situação e viabilizar o relacionamento. Segundo Hohlfeldt, *concluídas as bodas, durante o jantar, Eustáquio se mostra cada vez mais nervoso e, em dado momento, joga-se sobre Sarita, devorando-a aos beijos e tentando despi-la à vista de todos*²⁸⁴.

A relação entre o anúncio do tônico estimulante e a publicação do folhetim, durante o mesmo período, sugere a incidência de outros veículos de comunicação, como o Jornal do Comércio, sobre a Gazetinha, e reforça a *hipótese de agenda*, uma vez que uma mesma temática passou a ocupar diferentes instâncias em diversos veículos. Também é interessante notar, com relação ao anúncio de *Negrita*, que a mulher, associada ao prazer, não era simplesmente a

²⁸³ HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p.196.

²⁸⁴ HOHLFELDT, Antonio. Op. Cit., p.202.

De acordo com a hipótese de agendamento, como foi discutida anteriormente, a temática agendada por um determinado veículo é transposta para seus diferentes espaços de outro. O mesmo vale para um único veículo. Além dos textos de capa e dos elementos ilustrativos, presentes em charges e nos anúncios publicitários, um espaço privilegiado da Gazetinha, para discutir a prostituição e a moralidade, tornou-se a coluna “Apanhados”, escrita sob o pseudônimo de Beija-Flor, já comentada em outro momento deste estudo, como estratégia de vigilância da sociedade porto-alegrense do período. Uma prevenção quanto ao bom comportamento, ao bom cumprimento dos papéis sexuais estabelecidos e aos espaços a serem devidamente ocupados por homens e mulheres. Conforme Perrot,

o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. (...) A economia política reforça essa visão das coisas, ao distinguir produção, reprodução e consumo. O homem assume a primeira e a mulher o terceiro, e cooperam na segunda ²⁸⁵.

Como salienta a autora, a definição desses papéis e a questão do matriarcado foram o grande alvo das discussões filosóficas e antropológicas do século XIX ²⁸⁶. A grande polêmica em torno de Fausta estava no simbolismo que essa mulher representava: o distanciamento do papel civilizatório reservado às mulheres, uma vez que a elas caberia a formação dos futuros cidadãos: *a mulher seria igualmente investida de um imenso poder social, para o melhor e para o pior* ²⁸⁷. Discute-se, portanto, a ambivalência entre esse poder civilizatório, idealizado por intermédio de uma série de linguagens que representaram um discurso tipicamente masculino, à época, e o poder do sexo, que deveria ser controlado e que encontrava, como um ícone, a figura de Fausta.

Essa mulher *para o melhor e para o pior* – a mulher para o bem e para o mal – não formou discurso exclusivo na Gazetinha. Se em momentos anteriores,

²⁸⁵ PERROT, Michelle. Op. Cit., p.178.

²⁸⁶ PERROT, Michele. Op. Cit., p.175.

²⁸⁷ PERROT, Michele. Op. Cit., p.179.

como se viu, foram construídas imagens de mulheres por meio da literatura (aqui representada pela literatura dramática), cabe lembrar que esses textos também estabeleciam esta divisão de papéis. Peças teatrais como **Mulheres**, de Apolinário Porto Alegre, abordavam a diferença entre a mulher para casamento e a que tinha o perfil de amante.

A peça **Mulheres** foi publicada pela Revista do Partenon Literário, em 1873, contando com 4 atos, distribuídos em 4 edições da publicação (de janeiro a abril daquele ano), como era de costume na imprensa literária do período. O rol de personagens era composto pela parteira Pancrácia; Landulfo, jovem dividido entre os amores de Antônia e Henriqueta; Panúrgia, grande amiga de Pancrácia, a quem confiara um segredo, e mãe de Henriqueta; Henriqueta, jovem mimada e namoradeira; Antônia, jovem trabalhadeira e amável, que dividia com a mãe Mariana o ofício de costureira; Manoel Lobeira, marido de Panúrgia, que tinha mania de doença e acreditava estar à beira da morte; Quitéria e Anastácia, parteiras, apenas mencionadas na trama, não atuaram diretamente; Anacleto, um boticário que também não atuou na peça, mas que tinha função fundamental para o desenrolar dos acontecimentos; Dr. Lélío, médico em quem Manoel depositara suas esperanças de cura; os empregados de Manoel, o cozinheiro Rattazani e o escravo José.

As protagonistas do drama – a parteira Pancrácia e a adúltera Panúrgia – concentraram a atenção do leitor durante toda a trama. Pancrácia era a mulher forte e decidida da peça, enquanto que Panúrgia, na sua condição de infiel, foi trabalhada de forma mais fragilizada, sempre com a consciência culpada por seus atos.

Mulheres traz temas com relação à mulher e à sociedade em que se inseriu: o adultério (feminino e masculino); os deveres da mãe de família; o que se constituía um casamento; o preparo da moça para o papel de mãe (ou seja, a importância da educação familiar); a mulher solteira; a violência de Porto Alegre, em meados do século XIX; a mulher ideal para esposa e para amante; o noivo, escolhido pelo pai da moça; o comportamento feminino ideal na ausência do marido; a mãe solteira; a honra da família; a sabedoria materna; a mãe adotiva; o namoro no século XIX.

A trama de **Mulheres** se passa na Porto Alegre da segunda metade do século XIX, no período em que o próprio autor, Apolinário Porto Alegre, escreveu a peça. Ele descreveu uma cidade que passava por transformações, em especial a descoberta do mundo noturno, onde os episódios violentos se tornavam mais freqüentes, obrigando os seus habitantes a modificarem certos hábitos.

Em cena da trama, Landulfo confessou à mãe que amava Henriqueta e Antônia de forma diferenciada, mesmo porque, elas apresentavam perfis distintos. Nesse momento da peça, trabalhou-se a idéia de que existiriam mulheres diferentes para determinados papéis na sociedade, perfil que foi reforçado pelo tipo de educação que receberam da família. Assim, existia a mulher para o casamento e aquela cujo comportamento a conduzia para a amante. O amor pela esposa deveria ser recatado, respeitoso; o amor ardente seria reservado para a amante:

Pancrácia – Como é isto? Ama todas as mulheres!
Já se viu coisa igual?

Landulfo – Não, somente Henriqueta e Antônia.
Diante da primeira sinto o sangue incendiado correr-me pelas veias, ardo, não fico em mim, tenho vontade... não sei de que...
Diante da segunda, minha linda companheira de infância, tenho timidez, guardo-lhe todo o respeito e acatamento, se há anjos da guarda, se há adorações para eles, é o que sinto para Antônia.
(...)

Pancrácia – É um engano. Voltas a Henriqueta o ardor dum amante e a Antônia o respeito dum esposo; mas quanto a primeira, não podes ser, nem uma, nem outra coisa, principalmente havendo entre ti e ela, como te disse, um mistério

288

Ressaltava-se, portanto, a importância do recato, da educação familiar, do acompanhamento constante da mãe aos filhos, do bom comportamento feminino, o que formaria o perfil desejado para a mulher do século XIX. A conduta libertina deveria ser desencorajada, uma vez que desviaria a mulher desse seu nobre papel, razão pela qual a prostituição pareceu ser tão criticada nas páginas da Gazetinha.

Pancrácia, que somente mais tarde revelaria o *mistério* a que se referia, insistiu que Henriqueta não seria uma moça adequada para o casamento,

²⁸⁸ PORTO ALEGRE, Apolinário. PORTO ALEGRE, Apolinário. Mulheres. Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário, Porto Alegre, ano 2, nº. 1, janeiro de 1873 ato 1, cena 4, p.17

procurando fazer o filho mudar de idéia quanto às suas intenções futuras. Segundo a parteira, a origem da diferença entre as duas estava na educação que receberam. A mulher para o casamento, conforme o modelo feminino ideal difundido no período, era aquela afeita às prendas do lar, preparada para os afazeres domésticos, para o trabalho, para o zelo da família e, principalmente, não muito apegada aos prazeres mundanos, que a desvirtuariam de tais propósitos. Na visão da personagem, *Antônia serve para tua mulher, pois foi criada no trabalho; e Henriqueta, uma leviana que te seduz, como julgo, por passatempo, e te aconselha toda a sorte de doidices, afeita ao luxo, não sabe, nem pode dar um pesponto, e muito menos cortar uma camisa*

289

Na cena seguinte, o mistério que impedia a união de Landulfo e Henriqueta foi revelado ao espectador, mas não às personagens, o que fez com que o espectador/leitor se tornasse uma espécie de confidente, interagindo com as personagens, o que poderia ser uma tática do autor para aproximá-los, provocando empatia. Esse momento trouxe à tona uma terceira idéia: a temática do adultério feminino, como era visto pela sociedade do período, a culpa que acarretava e as formas de evitar que tal tipo de escândalo viesse a público.

Pancrácia recebeu a visita da amiga Panúrgia e sua filha Henriqueta. Landulfo, não querendo rever a amada, escondeu-se na cozinha. Por meio do diálogo que se estabeleceu entre as personagens, o espectador ficou ciente de que Panurgia tinha um filho fora do casamento – Landulfo –, e que o dera para Pancrácia criar, pois o adultério era algo imperdoável perante a sociedade. Não querendo perder o amor do marido, foi que se instaurou toda a farsa²⁹⁰.

Na literatura do século XIX, inclusive na dramática, percebe-se um discurso relacionado à manutenção dos padrões vigentes, assim como continuaria sendo percebido na imprensa local, a exemplo da Gazetinha: no que dizia respeito à mulher, o discurso se direcionava à padronização dos papéis femininos, calcada no modelo feminino ideal da sociedade. *A crítica literária do século XIX foi uma produção através da qual os homens construíram o mundo à sua imagem*²⁹¹,

²⁸⁹ PORTO ALEGRE, Apolinário. Op. Cit., p.18

²⁹⁰ A farsa era prática usual nas comédias do período, construída sobre bases realistas. É elemento das comédias de costumes, a exemplo das peças de Martins Pena.

²⁹¹ SCHMIDT, Rita Terezinha. Cultura e dominação: O discurso crítico do século XIX. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.32, n3, setembro de 1997, p.90.

valorizando as obras de autoria masculina, que veiculava modelos e padrões tidos como universais. Discurso masculino, este, conforme já mencionado, predominante na imprensa da época.

As colunas da Gazetinha se tornaram um dos principais veículos do jornal e desse discurso masculino sobre os papéis femininos, na campanha contra Fausta, os bordéis e os infelizes deslizes, tão inadequados quando a prostituição, nas ruas de Porto Alegre.

3.4 As colunas

A coluna “Apanhados”, como foi dito, dedicava-se a vigiar os desvios e as escorregadelas cometidos pelos cidadãos, em especial as mulheres: as que tinham comportamentos suspeitos; as que eram vistas na companhia de homens estranhos; as mulheres jovens em atitudes públicas inadequadas com seus namorados. Como se viu, em alguns momentos, a coluna chegou a receber a contribuição do público para as suas denúncias. Entretanto, mais do que falar da vida alheia, a coluna “Apanhados” também contribuía para reforçar o discurso construído no restante das páginas do jornal, com relação aos focos de prostituição em Porto Alegre.

As colunas publicadas na Gazetinha acabavam por construir crônicas do cotidiano, por abordar tanto os temas de interesse público, como os escândalos e confusões ligados à prática prostituição, como situações isoladas, como os deslizes de moças solteiras. De pequenos eventos, freqüentemente, surgiam histórias que ecoavam pelas ruas. Esses breves relatos contribuíram, em muitos momentos, para aumentar a repercussão e a polêmica de temas ligados à mulher, na busca de atrair, também, o interesse do público leitor. É como se, por intermédio de crônicas, o jornal estivesse vendendo mercadorias, como salienta Sandra Pesavento:

Há um viés que se insinua e que, de certa forma, é filho da crônica: a tendência a fazer, de um nada, de um fragmento de acontecimentos, um assunto. Na narrativa do cotidiano, esse é talvez o desafio que se apresenta ao escritor. O cronista tem a missão de falar da vida de cada dia e dela fazer seu

artigo. É claro que os acontecimentos notáveis também podem animar a sua escrita e inspirá-lo a redigir sua crônica, mas não é sempre que tais eventos irrompem no cotidiano. Por outro lado, o jornal vende mercadorias, e o seu artigo é a notícia. É ingênuo pensar que o jornal possa apresentar como artigo, através da crônica, a vida como ela é, sem maquiagem alguma, sem criação ou elaboração. O artigo de jornal é uma representação que se propõe no lugar daquilo que se passou, apresentando uma imagem que, no mínimo, prenda a atenção, fazendo desaparecer a distância entre a representação e o representado. Ela vende um 'pedaço' do real manipulado e tendencialmente sedutor, porque há um público a captar²⁹².

A cada edição da coluna, uma série de questões eram tratadas, por meio de tópicos. Logicamente, a maioria deles se referia aos comportamentos cotidianos. Mas alguns se reservavam a assinalar os acontecimentos das *espeluncas*. No início do ano de 1896, por exemplo, um trecho da coluna se preocupou em questionar qual o papel da zona de prostituição: traria algum benefício para a cidade?

Conforme temos demonstrado às nossas autoridades, está perfeitamente evidenciado que essas *espeluncas*, com especialidade a do Beco do Poço, Rua Clara e da decantada Marte, da rua Dr. Flores, etc, etc, só nos tem trazido o detrimento, a vergonha para nossos focos civilizados! Que resultados obtém-se com a existência desses ínfimos antros em nosso centro comercial e decente?²⁹³ [grifo meu]

O termo *vergonha* era utilizado com freqüência nessas colunas, sugerindo a preocupação com a construção da moral e da boa conduta do cidadão porto-alegrense. O que se percebe também é o intuito de mapear²⁹⁴ os locais onde essa falta de vergonha acontecia, fazendo a ressalva de que a General Paranhos não tinha exclusividade no foco da prostituição (embora fosse o maior alvo de críticas, em função do bordel de Fausta):

²⁹² PESAVENTO, Sadra. O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.336.

²⁹³ Gazetinha, Porto Alegre, 8 de março de 1896, p.2.

²⁹⁴ O colunista justifica a atitude: *é mister que fique mais uma vez acentuado: não falamos por vício, nem temos intenção alguma de magoar quem quer que seja, só pelo fato de querermos nos tornar grandes no jornalismo da Capital; mas, é que, não obstante termos alguns insignificantes desafeiçoados, sempre conservamos esta mania de pugnar pelo progresso moral da sociedade em que vivemos.* (Gazetinha, 13 de abril de 1896, p.3)

Que os lupanares das ruas da Alegria, Ladeira, Andradas, Santa Catarina, General Paranhos e Beco do Rosário continuam cada vez mais fortes em seus tremendos desígnios. E a tudo isso as autoridades da terra não dão sinal de si... um cúmulo!²⁹⁵

Na coluna de 28 de junho do mesmo ano, Beija-Flor não se resumiu a apontar as ruas em que as atividades imorais aconteciam, mas identificou os hotéis e bares mais suspeitos. O tom de denúncia foi assinalado quando os locais foram grifados em letra maiúscula pelo jornal:

Quantas vezes temos ajustado ao largo peito as fortes armaduras de aço, para denunciarmos publicamente, com todos os dados, um antro de perdição que se abre triunfante para a morte do pudor / quantas vezes temos nós, sem desmerecer de forças clamando por justiça, a quem de direito compete! (...) E agora, ainda para maior vergonha dos *autoritaris* senhores, deixaremos aqui, gravadas em letras negras, os sinistros nomes dos sinistros antros de impudicícia e desonra:

O N°. 42, RUA GENERAL PARANHOS

O HOTEL UNIÃO

O HOTEL PORTUGAL

O 101 DA PRAÇA DO PORTÃO

AS BODEGAS DA RUA GENERAL PARANHOS

O 130 DA RUA DA PONTE

HOTEL PICCOLA

HOTEL ROMANO

E... até outra vista, senhores. O espelho alifica.
Mirem-se...²⁹⁶

A “Apanhados” trabalhava idéia semelhante à da caricatura publicada dois anos antes, relacionando o teatro, a decadência do princípio moralizador dos espetáculos e a migração das mulheres para a prostituição. O colunista relatou, horrorizado que, nos locais antes dedicados exclusivamente à cultura já se

²⁹⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 10 de maio de 1896, p.2.

²⁹⁶ Gazetinha, Porto Alegre, 28 de junho de 1896, p.3.

encontravam anúncios das casas de prostituição, indício, segundo ele, da decadência da sociedade porto-alegrense. Também se pontuou a falta de educação pública como responsável pela situação, pois as moças, de instrução limitada, cairiam facilmente nas armadilhas da prostituição:

Oh! Moralidade! Moralidade onde estás tu? Ela desapareceu por inteiro dentre as virtudes mais belas e aparece um caos medonho onde a prostituição desdobra o seu manto e quer absorver tudo quanto lhe aparece. Imaginem, meus caros leitores, que até no teatro já aparecem os anúncios dos antros de perdição? (...) Aí está o mote para pobres moças, fracas de idéias, impressionarem-se e quererem imiscuir-se no que queriam dizer aqueles dísticos...²⁹⁷

O colunista ficou ainda espantado com a explicação dada pelas mulheres para o que faziam nos locais de prostituição. A fala do colunista sugeriu que ele próprio perguntara a elas o ofício praticado nas *espeluncas*. Entretanto, como poderia ele saber, de fato, suas atividades? Como defensor²⁹⁸ da moralidade e dos bons comportamentos, seria ele um freqüentador desses espaços? É importante assinalar aqui, mais uma vez, uma provável hipocrisia da sociedade porto-alegrense à época, quando os discursos proclamados com paixão nem sempre eram seguidos no cotidiano, na vida prática dos que os defendiam. Homens defensores da moral e da família, com freqüência, mantinham relacionamentos fora do casamento. Do contrário, quem manteria funcionando, por exemplo, as bodegas da General Paranhos?

Os lupanares continuam a funcionar com a mesma concorrência de mulheres. Todas elas dizem ter ocupações nessas casas sendo umas cozinheiras, outras criadas, umas companheiras, outras copeiras, no entanto é certo que elas vivem para mercadejarem com o corpo e o proprietário usufruir dos respectivos lucros desse comércio nefando.

²⁹⁷ Gazetinha, Porto Alegre, 18 de julho de 1897, p.2.

²⁹⁸ Em maio de 1897, o colunista realça, mais uma vez, a nobreza de sua tarefa: *quantos cronistas há por aí que deixam de rabiscar por lhes faltar assunto, porém aqui não acontece o mesmo, infelizmente. Teria o prazer de fazer desaparecer essa seção porque assim poderia gritar bem alto que a sociedade está moralizada. Mas isto jamais se dará, pois em cada minuto que atravessamos neste planeta chamado Terra mais um escândalo surge em seus domínios. E é dessa forma que eu nunca poderei concluir essa seção* (23 de maio de 1897, p.2).

Entre as que assim procedem citaremos uma que existe na rua Santa Catarina e sobre a qual temos recebido muitíssimas reclamações. As mulheres que ali existem vêm à janela em trajés menores e proferem palavras que a moral manda calar, o que já deu motivo, segundo nos consta, a um abaixo assinado dos moradores das vizinhanças pedindo a extinção da mesma. ...²⁹⁹ [grifo meu]

A coluna “Imoralidades” também apontava os locais de prática da prostituição, entretanto a ironia não era tão grande como a empregada pelo Beija-Flor. Cabe aqui o questionamento quanto à fonte de informações do colunista: teria ele presenciado diretamente os acontecimentos? O colunista, não identificado, resumia-se a revelar que os dados chegaram até ele. Os elementos apresentados complementavam os publicados pela coluna “Apanhados”:

Chegam ao nosso conhecimento informações de que na Rua do Arvoredo, entre os becos Meireles e Império, a depravação tem subido a seu apogeu, de uma forma completamente escandalosa. É o fato que naquelas imediações existem várias vielas entre as quais o celeberrimo Beco do Céu, onde mulheres e homens da última camada social ali juntam-se para cometer as maiores obscenidades. (...) Como é sabido existem naquela quadra da rua já citada grande quantidade de vielas, dentro as quais há quartos ocupados na sua totalidade por mulheres de maus costumes. Essas mulheres, já por sua índole, já pela péssima educação que receberam, não trepidam em pronunciar as palavras mais repulsivas diante das famílias que ali moram a quem insultam acremente, muitas vezes.³⁰⁰

Sobre a ação policial nesses casos, a coluna assinalava, no mesmo texto: *É notório que em quase todos os postos policiais são recolhidas diariamente Fulana, Beltrana, Sicrana, esta por ofensas à moral e aquela por embriaguez. Porém de que serve isso, desde que não obriguem a delinqüente em tais casos assinar termo de bem viver?*³⁰¹ Era explícita, portanto, na fala do jornal, a idéia de que a garantia da honra da mulher estaria na reclusão do ambiente doméstico, e não nos prazeres mundanos, simbolizados pelo jogo, pela bebida e pela prostituição, que

²⁹⁹ Gazetinha, Porto Alegre, 25 de abril de 1897, ano 6, nº. 103, p.2.

³⁰⁰ Gazetinha, Porto Alegre, 24 de janeiro de 1897, p.2.

³⁰¹ Gazetinha, Porto Alegre, 24 de janeiro de 1897, p.2.

ameaçariam essa reputação. Tal comportamento se tornaria fundamental para as mulheres, conforme salienta Maria Beatriz Nizza da Silva, em estudo sobre o Brasil Colonial, que apresenta elementos que permaneceriam ainda no século XIX:

Os moralistas aconselhavam, a fim de evitar às mulheres a tentação do adultério, poucas visitas e estas sempre diante de outras pessoas; também poucas saídas, pois a própria frequência das igrejas poderia tornar-se perigosa. A reclusão da mulher era, portanto, a melhor garantia para sua honestidade e boa fama, como se a própria sociabilidade e a participação na vida da comunidade constituíssem outras tantas ocasiões de pecado³⁰².

Além do recato, também se desejava que aquele que se casasse ou que pretendesse se casar, tivesse a exclusividade total da mulher. Conforme salienta Thales de Azevedo,

um motivo de orgulho e mesmo uma prova de dignidade para a mulher e, nos meios mais conservadores, para o rapaz, é haver casado com o primeiro namorado, o que significa que não houve partilhamento da afeição, nem simultânea nem sucessivamente com outrem. Esse é, por assim dizer um atributo moral da virgindade perfeita e um elemento da monogamia. O romance, a crônica, o conto do século XIX e do atual ressaltam freqüentemente esse exclusivismo. A repetição de namoros, ainda que sucessivos, denuncia uma característica negativa da personalidade que a cultura rejeita, como volubilidade e inconstância³⁰³.

A exaltação do recato, requisito fundamental para o comportamento feminino, ficava claro na imprensa da época. Além da ressalva feita pela Gazetinha, em vários espaços do jornal (se se considerar que a crítica aos prazeres mundanos representava um desejo pelo decoro e pelo bom proceder), outros veículos, anteriores à Gazetinha, já publicavam concepções semelhantes, a exemplo da crônica publicada pelo Colibri que, em termos de estrutura e de informalidade da linguagem utilizada, em muito se aproximava das colunas do jornal aqui em estudo:

³⁰² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp / TA Queiroz, 1984, p.197.

³⁰³ AZEVEDO, Thales de. As regras do namoro no Brasil. América Latina, Rio de Janeiro, nº. 2-3, ano 13, abril – setembro de 1970, p.140.

Estrondosa novidade! Na retreta de Quinta-feira o Sr. P. fez proezas de arrepiar os cabelinhos de minhas pestanas... O Sr. P... abismem-se todos! Recebeu da sua deidade uma cartinha e depois... depois... (Creio em Deus padre, etc.) e depois retribuiu-lhe com um ... beijo!

E ela de dia é tão recatada, ele tão sisudo...

Tenham paciência... Não é com essas..³⁰⁴

Ao apontar comportamentos inadequados, o cronista do Colibri se aproximava das ironias empregadas pelo Beija-Flor da Gazetinha, salientando, também, a hipocrisia da sociedade da época: o recato que não correspondia à postura pública, tão imprópria para as mulheres.

Em 1897, a Gazetinha considerou ter cumprido seu papel de vigilante da moral e de protetora da população porto-alegrense com relação às casas de prostituição, embora ainda houvesse necessidade de que as ações policiais continuassem investindo. As ditas *espeluncas* foram proibidas de continuar funcionando, e o jornal atribuiu o fato à campanha empreendida. Hoje, sabemos que, após a publicação desse texto, as casas voltaram a abrir, ao mesmo tempo em que o jornal parara de circular. Em fala pelo fim da campanha pela moralidade pública, a Gazetinha colocou:

MUITO BEM! Finalmente, após uma campanha tenaz contra a longanimidade policial quanto à permanência fixa de mulheres de costumes reprováveis em pequenos hotéis e bodegas do centro da cidade, podemos cantar vitória.

Finalmente, a coisa moralizadora de que muito somos os únicos arautos na imprensa porto-alegrense, acaba de ser tomada em consideração, séria e profícua, pela policia.

Afinal, está proibido aquele desrespeito à moral, contra o qual batemos resolutos e escudados na crença firme de que assim prestamos um valioso serviço à sociedade decente³⁰⁵.

A partir do desfecho, segundo a Gazetinha, vitorioso, com relação aos lupanares e meretrícios, o foco do jornal passou a ser a atenção à ação do policiamento urbano, constituindo-se em uma nova temática, entretanto, nem tão

³⁰⁴ O Colibri, Porto Alegre, 23 de setembro de 1877, ano 1, nº24, p.8.

³⁰⁵ Gazetinha, Porto Alegre, 28 de janeiro de 1897.

diferente daquela trabalhada entre os anos de 1895 e 1897. O enfoque da Gazetinha poderia não ser mais a mulher como prostituta nem as *espeluncas*, mas essas questões continuariam presentes em outros veículos da imprensa da época. A preocupação com a moralidade porto-alegrense seria sempre uma constante, naquele momento de transição política e social, embora a pauta passasse a ser a polícia. Ao exigir melhorias do policiamento urbano, a partir de 1897, a Gazetinha iria continuar exercendo seu papel de vigilante *ao lado do povo*, buscando uma nova forma de abordar a necessidade da disciplina, em uma cidade que chegava ao desenvolvimento e se tornava a *sala de visitas* do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que Porto Alegre passava por um processo significativo de transformações sociais, políticas e econômicas, na virada para o século XX, a imprensa local apresentava maior interesse sobre as questões socioculturais. Jornais, como a Gazetinha, abriam espaço para crônicas de cotidiano, assinalando a movimentação urbana da cidade. Identificada como um veículo que estava sempre ao lado do povo, a quem chamava de *Zé Povinho*, a Gazetinha passava a desenvolver, durante um período de três anos de publicação, uma campanha aberta contra a prostituição e os focos de imoralidade de Porto Alegre. O alvo central do jornal era a figura da cafetina Fausta, acusada de aliciar menores e mulheres de família para trabalharem em seu estabelecimento: o famoso nº. 42 da Rua General Paranhos.

Durante o período de estudo da publicação, percebeu-se que a insistência de uma fala repleta de códigos sociais fortemente construídos, presentes em vários espaços do jornal, colaborou para a formação de uma mentalidade coletiva a respeito da prostituição e dos comportamentos ideais para se viver, saudável e harmoniosamente, em sociedade.

Em um processo de desenvolvimento que Porto Alegre vinha vivenciando, ao lado da prosperidade comercial e dos investimentos, ainda incipientes, em

melhorias dos equipamentos urbanos, formou-se uma massa de indivíduos excluídos. Fausta integrava esse grupo e escandalizava porto-alegrenses pelas ocorrências no bordel que dirigia. O caso também alcançava repercussão em função da vigência dos ideais positivistas que, além da proposta modernizadora para o Estado, também propagavam um padrão de comportamento feminino, o ideal da mulher enquanto portadora da divina missão de ser mãe e esposa, cabendo a ela a formação do futuro cidadão. As *mulheres de mau proceder* representavam o desvio de comportamento, sugerindo a consolidação de estereótipos femininos. Ações da imprensa e das autoridades locais se davam em função da ameaça que a rua, representada negativamente pelas *espeluncas*, simbolizava frente à manutenção da ordem social vigente.

A abordagem de temas como a desordem, a imoralidade e as questões sociais relacionadas à prática da prostituição ganhou força, nas páginas da Gazetinha, em meados do ano de 1895, em função da utilização do material visual de que a publicação passava a dispor naquele momento. Demonstrou-se uma preocupação muito grande com as mudanças que a cidade vinha sofrendo; com o crescimento da capital, modificaram-se os comportamentos. Com o incremento da vida noturna, proliferaram bordéis como o de Fausta, parte deles servindo de espaço de trabalho para mulheres negras em um período pós-abolição da escravatura, ocorrida em 1888. Ao mesmo tempo, surgiram críticas negativas à limpeza urbana e à manutenção da ordem nas ruas. As temáticas passaram a ser veiculadas de forma interligada: de um lado, o problema social, a saúde pública e a segurança – ameaçada pela prostituição –, de acordo com a representação feita pela Gazetinha; a crítica ao *vício*, à desordem nas ruas e à moral do cidadão porto-alegrense. Além disso, seria preciso erradicar da cidade os focos de desvio dos modelos comportamentais considerados ideais. Ao lado desse processo modernizador, apontou-se para estratégias midiáticas que, ainda que caracterizem a mídia contemporânea, já se faziam sentir ao final do século XIX.

Assim, foi possível compreender que o entendimento da sociedade porto-alegrense do final do século XIX passa, necessariamente, pelo olhar construído sobre ela por intermédio da imprensa, conforme se discutiu em um segundo momento deste estudo. Formaram-se, ao longo dos anos, estereótipos que colaboraram para a consolidação de um senso comum, presente ainda hoje, acerca

dos comportamentos da época. Na atualidade, ainda se acredita no predomínio, durante o século XIX, de mulheres que não tinham outra opção de vida que não fosse a reclusão do lar. Esse estereótipo foi reforçado pela Gazetinha, bem como por outros veículos de imprensa (tais como a imprensa literária) e pela literatura, onde se inclui a dramaturgia. São fontes de imaginário que salientaram a negatividade de outros papéis sociais, associando a prostituição à desordem, ao caos e à falta de higiene. As mulheres *de mau proceder* representavam o desvio do comportamento feminino ideal.

Para tanto, buscou-se entender, neste estudo, a colaboração mútua entre dois suportes teóricos: a *Agenda-Setting* e o *Agenciamento de Poder*. De acordo com a perspectiva de *agenda*, a comunicação é considerada como um fluxo contínuo, sob a perspectiva de que os fatos estão encadeados. Os acontecimentos não se esgotam em um espaço de 24 horas, mas são sentidos os seus efeitos a médio e longo prazo.

Os temas polêmicos, como os apresentados pela Gazetinha, em sua reconhecida campanha pela moralização de Porto Alegre, são capazes de promover o agendamento nos meios de comunicação. Não se impõe ao público exatamente o que pensar, mas sugere-se sobre que temas pensar a respeito, pautando a agenda diária do leitor. Por meio de uma grande insistência sobre o tema, provocando o seu agendamento, ao longo de três anos, a Gazetinha parece ter contribuído para a formação de uma mentalidade coletiva acerca de padrões morais. O agendamento foi reforçado pelo agenciamento de poder do jornal, que elaborou códigos fortes, de acordo com a perspectiva de Isaac Epstein, na tentativa de evitar dissonâncias.

Ao mesmo tempo em que códigos foram construídos mediante a fala da Gazetinha, pautaram-se temas para a agenda diária do leitor, por meio do agendamento das questões ligadas à moralidade dos porto-alegrenses. A utilização de poder favoreceu o mandante, o emissor do código: neste estudo, a Gazetinha. Houve uma aceitação pública da fala construída, ainda que essa aquiescência não fosse consciente por parte do público, embora passasse a fazer parte da estrutura da mentalidade coletiva, conforme sinalizaram os estereótipos criados quanto aos padrões comportamentais. Essa assimilação, não consciente, surgida a partir da insistência quanto à polêmica gerada na época, também favoreceu a possibilidade do agendamento, uma vez que o jornal sugeria temas para se pensar a respeito.

Códigos foram construídos e passaram a repercutir. Agenciar o poder, portanto, implica em agir e produzir efeitos.

Na Gazetinha, os códigos se tornaram fortes, não apenas pela insistência em trabalhar o tema, ou pela repetição dos termos empregados – tais como *espeluncas* e *mulheres de mau proceder* –, mas também pela contribuição para a formação de um conhecimento prévio, que permitia ao leitor fazer associações quando da leitura do jornal. Instalaram-se estereótipos femininos por meio de códigos estabelecidos, cujas ordens ou comandos acabaram sendo acatados pela população. Havia um conhecimento prévio que colaborava com uma fala estereotipada. Assim, parecia não haver dissonâncias quanto ao conteúdo das cartas enviadas pelos leitores, (de acordo com o que sugeriam as poucas contribuições dos leitores à Gazetinha, dadas as próprias características dos veículos de imprensa da época, de espaço reduzido – proposta que se difere da contemporânea). Com a formação de um código forte, acatava-se a ordem emitida, ainda que não se percebesse esse processo. A ordem legítima, conforme salientou Epstein, é emanada segundo um contexto; e o que se percebeu, neste estudo, foi que o próprio momento histórico vivido pela sociedade porto-alegrense favoreceu a campanha moralizadora empreendida pela Gazetinha, havendo um projeto modernizador para o Estado. Estabeleceu-se, assim, o *modo normal* de *agenciamento de poder*, decorrente de uma relação assimétrica de poder, entre o papel exercido pelo Agente (a Gazetinha) e pelo Paciente (o público leitor da Gazetinha, que recebeu as ordens emitidas).

Em um terceiro momento deste estudo, buscou-se analisar mais especificamente de que maneira a Gazetinha articulou os códigos fortes construídos em diferentes espaços e momentos do jornal. Conforme mencionado, percebeu-se uma grande insistência sobre a temática da moralidade e da prostituição, cujos efeitos foram sentidos a médio e longo prazo, caracterizando o agendamento dessas questões.

Em meio a textos que discutiam a situação política e econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul, espaço significativo foi dedicado, nas capas, às denúncias de casos polêmicos, escândalos e às ocorrências na Rua General Paranhos. Ressaltava-se a necessidade da disciplina. Abordagem semelhante era feita por colunas como a “Apanhados”, assinada pelo Beija-Flor, que denunciavam

maus comportamentos e deslizes morais dos porto-alegrenses. Ao mesmo tempo, as reportagens de capa buscavam fazer as mesmas denúncias. Entretanto, nesse caso, o tom irônico, que marcava as colunas, cedeu lugar a uma fala que contestava o papel das autoridades frente aos problemas: buscou-se salientar, nesses textos, uma intendência municipal e sua guarda igualmente inoperantes.

Acompanhava essas falas certa tendência ao sensacionalismo: ainda que maior espaço fosse reservado às questões que envolviam a moralidade (ou sua ausência...), temas como assassinatos, casos de abuso sexual, suicídios e escândalos públicos também ganhavam repercussão, e a chamada de capa, como se percebeu em algumas das edições ilustradas, destacavam-nas. Foi o caso de capas que retratavam os assassinados ou a suicida Paulina Fuchs, temas que continuariam sendo trabalhados em edições seguintes. Esse apreço pelos escândalos e pelas denúncias cotidianas revelou uma intencionalidade de aproximação do jornal com o público, uma vez que, cabe lembrar, a Gazetinha sempre se intitulou como o jornal que estaria *ao lado do Zé Povinho*, defendendo seus interesses e protegendo-o das imoralidades que tomavam conta das ruas da cidade. As tendências socialistas da publicação também colaborariam neste sentido.

Trabalhou-se, assim, com a hipótese de que um atendimento ao gosto popular não se deu ao acaso. Buscou-se, por intermédio dos temas publicados e dos termos empregados nos textos e nas imagens, uma estratégia de manutenção do consumo do jornal, de interesse pela folha. Seria necessário manter o interesse do público e aproximar o texto do leitor, por isso mesmo, o tom irônico era elemento sempre presente em diferentes espaços, especialmente nas colunas assinadas pelo Beija-Flor. Cabe lembrar, aqui, das palavras empregadas, que iam ao encontro desse propósito. Além de uma preocupação em tornar Porto Alegre uma cidade civilizada, ao gosto das pretensões políticas da época, o que estava em questão, também, era uma proposta de consumo do jornal, no sentido de promover o aumento de sua circulação. Esta é uma estratégia midiática que acaba aproximando o Jornalismo da História: o jornal constrói realidades a partir dos mais variados propósitos, sejam eles políticos, de cunho *civilizador*, *moralizador*, sejam, ainda, interesses particulares da própria publicação.

Na Gazetinha, além dos textos veiculados em torno de temas polêmicos, tais como a prostituição, também os elementos ilustrativos do jornal

contribuíram para a campanha contra a imoralidade em Porto Alegre. Charges e caricaturas sintetizavam as idéias publicadas textualmente, ao mesmo tempo em que as tornavam mais acessíveis ao público leitor, pela sua objetividade. O *Zé Povinho*, sempre representado com ares de sofredor, constantemente era amparado pela figura que simbolizava a Gazetinha. As caricaturas publicadas, muitas vezes, possuíam caráter político, cobrando maior atuação das autoridades locais quanto às ocorrências denunciadas pelo jornal. Paralelo a essas cobranças, as caricaturas também representaram o nº 42 da General Paranhos, freqüentado por mulheres bem-vestidas; padres seduzindo moças inocentes em salas paroquiais; abandono de crianças (fruto da gravidez indesejada de moças solteiras); a desordem das ruas de Porto Alegre, a sujeira da cidade. Por intermédio de imagens que corroboraram os textos de capa e as colunas publicadas semanalmente, a Gazetinha trouxe à luz uma cidade real em contraponto ao ideal modernizador e civilizador desejado para a época. A onipresença dessas questões, bem como o interesse em continuar abordando-as negativamente, foi que tornaram possíveis tanto a possibilidade do agendamento quanto a prática do agenciamento de poder por parte da Gazetinha.

Os reflexos do tema debatido na sociedade (uma vez que a questão também fora discutida em outras instâncias – favorecendo, assim, a hipótese de agendamento do tema) eram sentidos, também, nos anúncios publicitários. O tema saiu do espaço formal da redação do jornal e acabou trabalhado, mesmo que indiretamente, nos anúncios publicados. O anúncio do tônico *Negríta* fazia clara alusão à Fausta e às prostitutas negras, ao conferir caráter sexual ao produto, revelando que se tratava do *segredo do Tio Pedro* (em referência ao folhetim publicado na mesma época, sugerindo a incidência de um meio de comunicação sobre o outro; o que, também, reforça a possibilidade do agendamento). As imagens construídas sobre as prostitutas, nos textos publicados nas capas e colunas, referiam-se àquelas que provocavam arruaça, causadoras da desordem ao arrastar os homens para o interior dos estabelecimentos. Mas, ao mesmo tempo, pareciam portadoras de uma liberdade de conduta negada às mulheres de família, que carregavam o estigma da boa mãe e da boa esposa. Essa imagem sensualizada, portanto, cabia a poucas, e estava em acordo com as figuras construídas pelos anúncios de produtos direcionados ao universo masculino. Os anúncios se aproveitavam desta imagem. A propaganda do tônico estimulante dava a dimensão

dessa construção, ao elaborar a figura de uma mulher esteticamente fora dos padrões de bom comportamento. Outros anúncios trabalharam diferentes imagens femininas: enquanto figuras de mulheres sensualizadas eram associadas ao prazer, as mulheres de família eram representadas recatadamente, sugerindo conforto, confiança e segurança.

Em 1897, a Gazetinha considerava que sua missão de defender a civilização e os bons costumes em Porto Alegre fora reconhecida pelas autoridades. Uma vez que sempre alinhavara o problema da prostituição com a questão da saúde e da segurança pública, a notícia da organização de um novo corpo de polícia na cidade encheu o jornal de orgulho. Pouco tempo depois, o julgamento de Fausta, em processo-crime instaurado em 1898, pareceu coroar a campanha moralizadora da Gazetinha.

A partir desse momento, o foco do jornal passaria a enfatizar a ação do policiamento urbano, constituindo-se em uma nova temática a fazer parte da agenda do leitor. Ainda que a preocupação com a moralidade porto-alegrense ainda estivesse presente, a pauta passou a ser a polícia. Se, antes, a frequência de textos com o título “Pela Imoralidade” era grande, indicando uma série de reportagens que enfatizavam sempre o mesmo assunto, a partir de 1897 surgia uma nova série, com o título “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”..., indícios de uma possível nova iniciativa de agendamento pela Gazetinha.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARBEX JR., José. Showrnlismo: A notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org.). Imprensa e história. Porto Alegre: APGH / PUCRS, 1997.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. (et.al) Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (org.). História da vida privada: da Europa feudal à renascença. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

ARMAND & MATTELART. História das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 2004.

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

AZEVEDO, Thales de. As regras do namoro no Brasil. América Latina, Rio de Janeiro, nº. 2-3, ano 13, abril – setembro de 1970.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BAKOS, Margaret Marchiori. Porto Alegre e seus eternos intendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BAKOS, Margaret Marchiori. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: VARGAS, Andreson Zalewski.(et. Alli) Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre: ed. da Universidade / UFRGS/ Ed. da ULBRA / Ed. da UNISINOS, 1994.

BARBOSA, Marialva. Os donos do Rio: Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. O que a História pode legar aos estudos de Jornalismo. Anais Intercom 2005: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Ensino e Pesquisa em Comunicação, Rio de Janeiro, UERJ, setembro de 2005.

BERGER, Christa. *Do Jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*. In: MOUILLAND, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) O Jornal: Da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARLSON, Marvin. Teorias do teatro: Estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: Unesp, 1997

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

CASTRO, GUSTAVO DE & Galeno, Alex. (org.) Jornalismo e literatura: A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Grammaire du sens et de l'expression. Paris: Hachette, 1992.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COMTE, Auguste. Catecismo positivista. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre moderna. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.XX, n.2, dezembro de 1994.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: U.E. Porto Alegre, 1996.

DEBRAY, Régis. O estado sedutor: As revoluções midiológicas do poder. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem: Uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: A formação do estado e a civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EPSTEIN, Isaac. Gramática do poder. SP: Ática, 1993.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, p.269-289, dezembro de 1998.

FALCON, Francisco. História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1975.

FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre / Rio de Janeiro / São Paulo: Globo, 1962.

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1988.

GADET, F. & HAK, T. (org.) Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Decoro e decência: Civilização, iluminismo e educação. Ciências & Letras, Porto Alegre, nº 25, 1999.

HAROUEL, Jean-Louis. História do urbanismo. Campinas: Papyrus, 1990.

HOHLFELDT, Antonio & RAUSCH, Fábio Flores. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussões sobre critérios para uma padronização. Anais do Intercom 2006: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, UnB, setembro de 2006.

HOHLFELDT, Antonio. Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 7, novembro de 1997.

HUYSEN, Andreas. Mídia e discursos da memória. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, vol. XXVII, nº1, jan/jun 2004.

ISMÉRIO, Clarisse. Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: Estudos culturais: Identidade política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: A caricatura na literatura paulista: 1900/1920. São Paulo: Unesp, 1996.

LEITE, Miriam Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Edusp / Hucitec, 1993.

LIMA, Jorge Augusto & MOTTA, Luiz Gonzaga & COSTA, Gustavo Borges. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, vol. XXVII, nº 2, julho / dezembro de 2004, p.31-51.

LIPPMANN, Walter. Public opinion. New York / London: Free Press / Collier-Macmillan, 1966.

LOWERY, S.A. & DE FLEUR, M.L. Milestones in mass communication research. New York: Longman, 1993.

McCOMBS, Maxwell. *The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas*. In: Journal of Communication, 43 (2), Spring 0021 – 9916, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Imprensa farroupilha. Porto Alegre: EDIPUCRS / IEL, 1994.

MAUCH, Cláudia. Ordem pública e moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: VARGAS, Anderson Zalewski. (et.alli) Porto Alegre na virada do século 19: Cultura e sociedade. Porto Alegre: UFRGS / ULBRA / UNISINOS, 1994.

MEDEL, Manuel Angel Vasquez. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo de & GALENO, Alex. Jornalismo e literatura: a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002.

MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONNERAT, Rosane S.M. O discurso publicitário e o jogo de máscaras das modalidades discursivas. Revista do GELNE – Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, UFC, Fortaleza, vol.2, nº 2, 2000.p.35-38.

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. (org.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

MOREIRA, Maria Eunice. Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre: IEL, 1989.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. O império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PAOLI, Maria Celia. Mulheres: Lugar, imagem, movimento. Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro, nº 4, Zahar editores, 1985.

PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del. (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Unesp / Contexto, 1997.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra. Emergência dos subalternos. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1989.

PORTO ALEGRE, Apolinário. PORTO ALEGRE, Apolinário. Mulheres. Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário, Porto Alegre, ano 2, nº. 1, janeiro de 1873.

PRADO, Áurea. A formação do professor primário no Rio Grande do Sul. In: PRADO, Áurea. (et.all.) Rio Grande do Sul: terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, Hilário. Risos e lágrimas. Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário, Porto Alegre, segunda série, número 1, julho de 1872.

RIVERS, William L. & SCHRAMM, Wilbur. Responsabilidade na comunicação de massa. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

RÜDIGER, Francisco. Tendências do jornalismo. 2ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1998.

R. MAGALHÃES JÚNIOR. Antologia de humorismo e sátira. Rio de Janeiro: Bloch, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Cultura e dominação: O discurso crítico do século XIX. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.32, n3, setembro de 1997.

SILVA, Jandira M. da. & CLEMENTE, Elvo & BARBOSA, Eni. Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVA, Juremir Machado da. A noite dos cabarés. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil Colonial. São Paulo: Edusp / TA Queiroz, 1984.

SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. Gênero nos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, vol.XX, nº1, jan/jun 1999.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como barbárie. In: MORAES, Denis de. (org.) Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2004.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro de. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó / Florianópolis: Argos / Letras Contemporâneas, 2002.

TREVISAN, Eunice. Leitura: Coerência e conhecimento prévio: Uma exemplificação com o frame carnaval. Santa Maria: UFSM, 1992.

ZILBERMAN, Regina. Estética da recepção e história da literatura. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos; 41)

De Província de São Pedro a Estado do RS: Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

Páginas da Web:

Constituição de 1891. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao91.htm> Acesso em 12/05/2007.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 01/07/2006.

Relatórios de presidentes de Província

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Espiridião Eloy de Barros Pimentel. 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Provincial, Porto Alegre, 10 de março de 1864.

Processos – Inventários e Testamentos

Autos de inventário em que são partes Elisa Marciana Chaves e o marido Capitão Antônio Rodrigues Chaves Fº, inventariados, e D. Ana Joaquina Chaves, viúva, cabeça de casal, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1868, autos nº 1953.

Autos de testamento em que são partes Ana Maria da Conceição, testadora, e Ângelo José Goulart, testamenteiro. Porto Alegre, Cartório da Provedoria, 1850, autos nº 1195.

Autos de inventário em que são partes José de Sá Brito, inventariado, e Maria Henriqueta de Sá Brito, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1858, autos nº 1818.

Autos de inventário em que são partes José Teixeira Nunes, inventariado, e D. Bernardina Maria da Conceição, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1866, autos nº 1920.

Autos de inventário em que são partes Januário Antônio de Sousa, inventariado, e Cândida Carolina de Sousa, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1869, autos nº 1975.

Autos de inventário em que são partes Eufrásia Maria da Trindade, inventariada, e Jerônimo de Sousa Rocha, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1877, autos nº 2136.

Autos de inventário em que são partes Albino José de Mattos e sua mulher Luciana Maria da Conceição, inventariados, e Antônio José de Mattos, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1880, autos nº 2203.

Autos de inventário em que são partes Israel Francisco Nunes, inventariado, e Gertrudes Maria Ignacia, Inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1881, autos nº 2221.

Autos de inventário em que são partes Antônio José de Vargas e sua mulher D. Iria Ignácia de Sousa, inventariados, e D. Idalina Pacheco de Vargas, inventariante. Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos, 1897, autos nº 2425.

Processo-crime

Processo-crime. Ré: Fausta Marçal. Porto Alegre, Juízo Distrital da sede do município da Capital, 1898, autos nº 3699, maço 115. Arquivo Público do Estado do RS.

Jornais:

A Gazetinha, Porto Alegre, 1895 a 1897.

A Federação, Porto Alegre, janeiro de 1899.

O Colibri, Porto Alegre, setembro de 1877.